

TESE DE LIVRE DOCÊNCIA

**PAIXÕES CIVIS E INTELECTUAIS
EMPENHADOS**

WALQUIRIA G. DOMINGUES LEÃO RÊGO

**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

CAMPINAS

1999

100
1000000

À memória de meus pais, Argemiro e Iná.

A minoria vê sempre melhor as coisas ocultas; a maioria, as evidentes. ...Contrariamente, é temerário, perigoso e, com o passar do tempo, inútil, contrariar a opinião da maioria a respeito de matérias civis.

Giacomo Leopardi
(1798-1837)

A democracia é possível porque os homens são capazes do bem, mas é necessária porque os homens são capazes do mal.

Pietro Scoppola
(1991)

Em nenhum país, como na Itália, o destino do liberalismo foi tão polimorfo e contraditório. ...Neste país, o liberalismo conseguiu manter sua potência normativa radical, que havia perdido em outros lugares...

Perry Anderson
(1989)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	01
INTRODUÇÃO	04
I. LIBERALISMO E CONFLITO SOCIAL NA ITÁLIA	
DOS ANOS VINTE	07
CAPITALISMO TARDIO E LIBERALISMO DESFIBRADO	11
<i>RISORGIMENTO</i> E COMUNIDADE POLÍTICA MODERNA	15
MAZZINISMO E NAÇÃO	18
O <i>RISORGIMENTO</i> E OS INTELLECTUAIS	21
O <i>RISORGIMENTO</i> E O CONTEXTO INTERNACIONAL	22
II. O LIBERALISMO DEMOCRÁTICO DE PIERO	
GOBETTI (1901-1926)	27
A REVOLUÇÃO LIBERAL	28
VÍCIOS DE ORIGEM	30
“AUTOCRÍTICA” DO LIBERALISMO	34
MOVIMENTO OPERÁRIO E TRADIÇÃO INTELLECTUAL	35
<i>L'ORA DI MARX</i>	39

GIOLITTISMO E ANTE-SALA DO FASCISMO	47
ELITISMO MOSQUEANO, LIBERALISMO CROCEANO E GRAMSCI	50

III. LIBERAL-SOCIALISMO : PROBLEMAS DE CONCEITUAÇÃO (EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO LIBERAL-SOCIALISTA NOS ANOS TRINTA)	55
A INFLUÊNCIA DE CROCE	59
LIBERAL-SOCIALISMO E A RESISTÊNCIA EMPENHO RADICAL	61
A GUERRA E A LUTA <i>PARTIGIANA</i>	62
ELITISMO E COMPROMISSO MORAL	64
O PRIMEIRO MANIFESTO LIBERAL-SOCIALISTA	65
O SEGUNDO MANIFESTO LIBERAL-SOCIALISTA	71
MORALIDADE E CIDADANIA	76
LAICISMO E DEMOCRACIA	77
	78

IV. O CONCEITO DE JUSTIÇA OU DE JUSTA LIBERDADE EM GUIDO CALOGERO	80
CIVILIZAÇÃO E IGUALDADE	83
ORDENAMENTO JURÍDICO E JUSTIÇA DISTRIBUTIVA	85
A TEORIA DEMOCRÁTICA DE CALOGERO : A DEMOCRACIA INTEGRAL	87
DIREITOS SOCIAIS E A TRANSFORMAÇÃO DA DEMOCRACIA LIBERAL	90

V. A GUERRA, A RESISTÊNCIA E AS REDEFINIÇÕES POLÍTICAS	97
A CONSTITUINTE	101
A REPÚBLICA DO TRABALHO OU DOS PARTIDOS	101
O NOVO PRÍNCIPE	102
DEMOCRACIA E UTOPIA	105
<i>A CONVENTIO AD EXCLUDENDUM</i>	107
FORÇA DAS CIRCUNSTÂNCIAS/ <i>VIRTÙ</i> DO PRÍNCIPE	109
O NOVO <i>PATHOS</i> REVOLUCIONÁRIO DO PÓS-GUERRA	110
A CRISE DO ACIONISMO	111
LEGADO DO ACIONISMO E BALANÇO CRÍTICO	114
VI. DIÁLOGO ENTRE COMUNISTAS E LIBERAIS- -SOCIALISTAS. A LIBERDADE COMO TEMA	118
A POLÊMICA COMUNISTA COM OS LIBERAIS- SOCIALISTAS	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
BIBLIOGRAFIA	139

APRESENTAÇÃO

Este trabalho objetivou realizar uma contribuição ao debate sobre os dilemas que a esquerda democrática enfrenta hoje. O modo que escolhi para fazê-lo foi tentar o resgate de uma parte da memória progressista deste século, analisando as linhas principais das relações históricas existentes entre o comunismo italiano e parte de sua tradição liberal, o liberal-socialismo, suas polêmicas e os seus momentos de compartilhamento cívico.

O exame deste objeto, de natureza profundamente política, só tornou-se possível de ser deslindado na sua particularidade quando a análise procurou seus nexos mais fundos na história social e política do país. As categorias sociológicas e do pensamento político que foram mobilizadas para concretizar esse empreendimento, se mesclaram e se interpenetraram, na tentativa de capturar o fluxo dos fatos nas suas multifacetadas dimensões. As ações dos homens não são motivadas e realizadas no interior de compartimentos fechados às injunções do tempo e das múltiplas condicionalidades da vida em sociedade. Portanto, práticas sociais e paixões políticas interpenetram-se na vida, no pensamento e no coração dos homens, determinando, em grande medida, suas escolhas morais e políticas. Desse modo, para se captar a riqueza de uma dada experiência política e intelectual é preciso sempre tentar, parafraseando T. Adorno, não *departamentalizar o espírito*.

A busca da compreensão dos eventos que foram decisivos para que ocorresse na Itália o debate e a aliança política entre certas correntes liberais e os marxistas, forçou a análise a retroceder no tempo, perscrutando no passado o sentido e os impulsos mais profundos das possibilidades abertas por este compartilhamento. Neste sentido, convém

recordar o papel imprescindível do exame do passado na elucidação mais completa dos fatos do presente e dos possíveis delineamentos do futuro. Afinal, adverte E. Bloch, “...se o passado assume o significado de uma mitologia hostil ao progresso, precisamos nos desembaraçar dele, mas o passado como um todo, jamais está morto, pois ...nele ocorreram eventos que continuam as luzes do futuro e que ainda hoje nos iluminam.

Faço destas palavras minhas esperanças de que este trabalho, por tudo que pretendeu resgatar e sugerir, tenha contribuído para lançar novamente entre todos os inconformados e indignados com o atual curso das coisas uma grande vontade de retomar as paixões utópicas que hibernam há um tempo já insuportavelmente longo.

Na realização deste trabalho contei com uma infinidade de sugestões de amigos generosos do Brasil e da Itália. Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu orientador italiano, o professor Umberto Cerroni, do Departamento de Sociologia e *Giurisprudenza* da Universidade de Roma que me recebeu para um *soggiorno* acadêmico, sugerindo-me as primeiras leituras, e as bibliotecas e fundações em que devia pesquisar. Mais tarde obtive a ajuda e extrema generosidade de muitos amigos que fiz na Itália. A eles devo uma infinidade de sugestões que obtive sempre em meio a discussões acaloradas. A Antonio Santucci, Giacomo Marramao e Gabriela Bonacchi, que me abriram os arquivos do Instituto Gramsci e da Fundação Lelio Basso, minha amizade e gratidão. A Domenico Losurdo e Ute devo a generosa acolhida em sua casa de Urbino, onde pude desfrutar privilegiadamente da biblioteca daquela universidade, das conversas com Losurdo e com o professor Livio Sichirollo. Este último ensinou-me a pensar uma parte do problema referente à profunda relação que os intelectuais italianos mantêm com a ação política, concedendo-me uma longa entrevista, na qual sustentou a tese de que esta tradição, na Itália, foi inaugurada por Dante Alighieri. Não posso deixar de agradecer profundamente ao historiador Enzo Santarelli, comunista e *ex-partigliano*, pelas sugestões bibliográficas e pela sua enorme capacidade de conversar por horas a fio, rememorando fatos importantes da história italiana que interessavam a minha investigação. A sua mulher Bruna Gobbi, militante comunista hoje desiludida com os rumos tomados com o espólio do velho PCI, minha gratidão, pois, na sua divertida irreverência, ensinou-me o tamanho das diferenças culturais e regionais da Itália. Meus sinceros e afetuosos agradecimentos ao amigo

Salvadore Veca, atual presidente da Fundação Feltrinelli de Milão, que me abriu os arquivos da resistência italiana existentes naquela instituição, e a sua secretária Angela, que com gentil presteza ajudou-me a lidar com toda aquela documentação.

Estas viagens de pesquisas não seriam possíveis sem o financiamento de instituições como Cnpq, Fapesp, Faep-Unicamp e a licença de meu departamento para que elas se realizassem.

Aos amigos-irmãos, Gildo Marçal Brandão e Élide Rugai Bastos, minha mais profunda gratidão pela leitura e crítica cuidadosa dos textos originais. À amiga Célia Galvão Quirino pela disponibilidade de sempre discutir comigo as dúvidas que me perseguiram o tempo todo na realização deste trabalho.

Ao meu marido Rubem Murilo Leão Rego, meu amor, meu amigo, meu muito obrigado pela imensa paciência em revisar atentamente minha caótica escrita. Por fim, a meus filhos queridos, Luciano e Daniela, que nasceram e viveram em uma casa cujos pais estão sempre às voltas com teses e pesquisas, minhas desculpas pela tensão que por vezes desaba sobre eles.

Finalmente, devo muito aos seminários e debates que por quatro anos realizamos no Grupo de Teoria Política, vinculado ao Instituto de Estudos Avançados da U.S.P.

INTRODUÇÃO

Os ensaios que estou apresentando constituem o resultado das pesquisas que realizei na Itália entre os anos de 1991/1992 e depois completadas em janeiro-fevereiro de 1998. Os conteúdos trabalhados neles se realizaram em um triplo foco. No primeiro, procedeu-se a uma abordagem das relações entre intelectuais e política através da narrativa histórica de um determinado movimento político : o liberal-socialismo italiano dos anos vinte e trinta, onde intelectuais estiveram profundamente envolvidos; no segundo, o trabalho moveu-se em torno da tentativa de captar, através das análises históricas da situação italiana e das propostas de intervenção pública dos intelectuais envolvidos, a forte presença metodológica do princípio analítico do elitismo de Mosca e Pareto, de longa tradição no pensamento italiano; no terceiro, houve o intento de perceber os elementos de política normativa contidos nos projetos liberais-socialistas. Pode-se mesmo dizer que principalmente em Guido Calogero, seu principal teórico, se encontram esboços bastante sugestivos do que se denominam hoje de *teorias da justiça*. Neste sentido o resultado das reflexões e propostas do autor se encaminham para fornecer também elementos para uma teoria normativa da cidadania e da democracia.

Desse modo, o trabalho se estruturou tendo em vista a reconstituição histórica das principais categorias analíticas envolvidas no projeto liberal-socialista. Por essa razão, tornou-se imperativo referir-se reiteradamente à especificidade da tradição liberal italiana, destacando sempre que necessário as passagens em que seu principal teórico - Benedetto Croce - pavimentou o caminho para o surgimento de semelhante movimento de idéias e de ação política efetiva.

As trajetórias de compromisso democrático do liberalismo, do socialismo e do comunismo italianos, só podem ser compreendidas se a análise procurar sua inteligibilidade na história do país, sobretudo na natureza de seu *statebuilding* e nas condições políticas e espirituais que engendraram o fascismo. Dentro do espírito que

orientou o trabalho procurou-se realizar uma apreensão mais ampla possível dos eventos e dos personagens estudados. Para isto, inspirou-se na advertência feita por Michael Walzer sobre a necessidade de, nos dias que correm, a análise social ter que se pautar por padrões que articulam o menor evento do passado e do presente a uma visão mais geral dos problemas abordados. Em caso contrário, arrisca-se sepultar a razão crítica indispensável para a avaliação das estruturas de poder, de ontem e de hoje, “que obstaculizam a participação mais ampla do povo nas questões que lhe dizem respeito”.¹ Esta atitude intelectual, ainda segundo Walzer, implica superar as derrotas e manter uma forma de crítica relevante e fiel à política democrática.

Os objetivos do trabalho também se guiaram pela intenção de, ao narrar uma experiência teórica e política real e concreta, colocar em ato as categorias fundamentais do pensamento social e político. Os personagens, suas idéias e projetos pensados e vividos no interior de uma determinada sociedade encontram seu sentido heurístico para a teoria social somente enquanto encarnações vivas de vontades apaixonadas de intervir no mundo dos homens, para melhorá-lo e tornar assim mais plena de sentido a aventura da vida. Os erros cometidos, as conquistas conseguidas, as insuficiências das formulações teóricas não serão aqui expostas para *provar* o acerto ou o equívoco dos caminhos perseguidos, serão examinadas apenas como modo de tornar mais inteligíveis os dilemas, dificuldades e tensões vivenciados por homens que se dispuseram a não virar as costas aos tormentos vividos por seus concidadãos.

Os atores políticos que protagonizaram as aventuras e desventuras da experiência narrada viveram a política no sentido clássico, na qual se busca realizar a *liberdade substancial*, aquela inseparável da maior equidade possível entre os homens. Neste sentido, a democracia para se realizar supõe a preparação através da educação para a cidadania, aquilo que Calogero chamou de educação para a *conversação organizada*, que no fundo ignifica a disposição dos sujeitos para ouvir e debater à exaustão as razões do interlocutor, não tolhendo com artefatos autoritários institucionalizados o clássico *direito de tribuna* dos cidadãos.

¹ Cf. Walzer, Michael. *The Company of Critics. Social Criticism and Political Commitment in the Twentieth Century*. New York, Basic Books, 1988, pp. 287-304.

Contemporaneamente, Habermas também chamou a atenção para a importância do que denominou de *formação democrática da vontade*, como condição fundamental para a edificação de uma nova *civiltà*, onde a ação comunicativa orientada ao entendimento pode ser pensada, porque não, como pressuposto de uma convivência civil fundada na conversação organizada entre os diferentes atores políticos.

O liberal-socialismo, debatido nestes ensaios, situa-se com bastante nitidez na tradição das filosofias morais e mais precisamente seguindo as pegadas de um liberalismo heróico e missionário. O trabalho que agora se apresenta em nenhum momento pretendeu medir força explicativa ou mesmo emancipatória com outras tradições de pensamento. Desse modo, por exemplo, o marxismo penetrou na discussão, mais como movimento político que catalisou fortemente as paixões civis deste século do que como peça de comparação entre diferentes modelos analíticos. A força extraordinária do pensamento de Marx, que permite ainda hoje o desvendamento das determinações essenciais do capitalismo como forma societária, esteve sempre como referência fundamental no debate liberal-socialista italiano, por mais ingênua que fosse sua compreensão do marxismo. Afinal, o partido comunista italiano conseguiu realizar, em nome de Marx, as tarefas que o liberalismo ético da tradição croceana havia colocado como suas. Um longo caminho ainda a Itália deve percorrer para deixar de se apresentar ao mundo com um rosto laico coberto por uma máscara medieval religiosa. Talvez esta longa experiência italiana com as máscaras explique que em pleno *risorgimento*, portanto no momento de seu *statebuilding*, o Príncipe Salinas, no romance *Il Gattopardo*, de Lampedusa, se pergunte : *por que nunca se morre com uma máscara sobre o rosto?*²

Os ensaios mantêm unidade e articulação entre si, neste sentido configurando a apresentação de uma tese. Ao mesmo tempo cada ensaio, de *per se*, pretende manter certa autonomia narrativa.

² Conforme notas da aula proferida pelo Prof. Umberto Cerroni, em seu curso *Categorie fondamentali del pensiero politico*. Universidade de Roma *La Sapienza*, novembro de 1991-maio de 1992.

I. LIBERALISMO E CONFLITO SOCIAL NA ITÁLIA DOS ANOS VINTE

O liberalismo italiano - escrevia Guido de Ruggiero em 1925 - “na economia geral do movimento político europeu... tem uma importância modesta. Não é mais que um reflexo de doutrinas e de orientações estrangeiras. Notável é, sem dúvida, seu esforço de adaptação às condições particulares da Itália, bem como a estreita conexão que revela com o processo de unificação nacional”.³ É exatamente neste esforço de adaptação às peculiaridades das diferentes sociedades nacionais que um corpo doutrinário como o liberalismo, ou qualquer outro, acaba por ser impelido a redefinir suas categorias fundamentais, e que, por vezes, pode esta operação resultar em redimensionamentos inovadores para a teoria. Ou seja, *a obstinação dos fatos* impõe desafios à reflexão, obrigando-a superar, pelo menos em parte, os limites mais fortes da estrutura categorial e normativa do corpo teórico.

Na história do liberalismo italiano das décadas de vinte e trinta deste século as redefinições e redimensionamentos da teoria foram uma constante. É claro que ao longo de sua trajetória o liberalismo europeu passou por várias transformações. Pode-se mencionar apenas um caso paradigmático, o das mudanças operadas já por Stuart Mill no final de sua

³ Ruggiero, Guido de. *Historia del Liberalismo europeo*. Madrid, Ed. Pegaso, 1944, p. 247.

vida, quando, de certa forma, preconiza o fabianismo.⁴ O fabianismo foi muito influente na sociedade inglesa contemporânea e na Europa em geral. Seu programa de reformas sociais incluiu a taxação de heranças já em 1894, as cooperativas de produtores e algumas formulações em direção a algo como um *socialismo municipal*. Foi grande sua contribuição à formação de uma espécie de *acervo espiritual* do *Labour Party*.

No caso italiano as cirurgias e os implantes foram iniciados por Benedetto Croce. Sobre o alcance destas intervenções falaremos mais adiante. Entretanto, para os historiadores como Guido de Ruggiero, que estamos tomando como referência, o liberalismo italiano sofria de uma espécie de doença congênita, ou seja, não possuía originalidade, carecia de *vigor íntimo*. Dadas as condições da história do país, como o tradicional fracionamento político, ao lado das rivalidades regionais e municipais, o liberalismo não conseguira se constituir em importante corrente nacional de opinião pública. Além do mais, este déficit de vitalidade liberal ligava-se às condições muito específicas da revolução nacional italiana, onde as palavras independência e liberdade foram entendidas como sinônimos, fazendo então com que o termo liberdade tivesse para os italianos apenas um *valor contingente*. Esta configuração ainda encontrava suas origens mais profundas no coração da história do país e em uma constelação de fatores entre os quais cabe assinalar um elemento destacado por Ruggiero : o papel da contra-reforma no cancelamento das possibilidades de emergência de um sentimento de individualidade, princípio fundante do liberalismo. Este tecido cultural e político impediu que a liberdade se consubstanciasse como valor perene da convivência civil, assim como impediu a conformação de costumes laicos e libertários na vida societária italiana.

De modo algum se pode negligenciar o peso sufocante do catolicismo, sempre envolvido na mais asfixiante repressão de qualquer veleidade reformista. As ricas heranças advindas do florescimento cultural decorrente do renascimento se dissiparam enquanto patrimônio emancipatório e se converteram em objetos de deleite de minorias econômicas e culturais. Neste sentido, a Itália não conheceu um movimento social que revolucionasse as estruturas políticas e culturais em âmbito mais amplo, como o ocorrido com a reforma

⁴ A *Fabian Society fellow ship of new life* foi fundada na Inglaterra em torno de 1884, constituindo-se num movimento fundamentalmente de intelectuais, cujas principais figuras foram Sidney Webb, Beatriz Webb, Bernard Shaw e Alfred Marshall.

protestante na Alemanha. A sociedade italiana chega à *era moderna* esmagada pelo clericalismo, tendo como referência de poder universal a potência do papado e seu séquito de arbitrariedades. Os métodos políticos clericais cristalizaram-se naquele país em hábitos e costumes sócio-culturais poderosos, legitimando fortemente as mais abjetas formas de dominação.

Esta complexa totalidade tem suas origens fincadas na longínqua Idade Média, na derrota para a Igreja do projeto de soberania laica, cuja expressão teórica máxima está na obra *Da Monarchia*, de Dante Alighieri. Neste empreendimento intelectual antecipador de Maquiavel e Hobbes, e portanto da reflexão teórica sobre o Estado moderno, Dante preconiza a necessidade de se constituir uma *autoridade laica* separada da autoridade religiosa, conferindo a esta separação a condição essencial para a emergência de uma verdadeira *civitas*, espaço indispensável à realização do processo de individuação dos homens.⁵ Uma das consequências históricas desta derrota consubstanciou-se no fato de não ter se configurado na Itália um solo fértil no qual poderia ter se desenvolvido uma *cultura política plebéia*, aquela que Thompson analisou como sendo a portadora dos germens fecundadores de um futuro *pathos de citizen*.⁶ Este último, ingrediente fundamental na conformação de um terreno propício à emergência de uma modernidade civil e laica.

Esta pesada herança sempre reiterada pela capilaridade com que o poder religioso estende seu controle sobre a sociedade, moldando atitudes e visões de mundo, conforma o solo árido da cultura da intolerância, no qual torna-se difícil a germinação de valores libertários de cunho universalizante, como os contidos, por exemplo, no projeto iluminista. Deste modo, na Itália realizou-se o paradoxo de ter sido a modernidade - a teoria da soberania laica e da necessidade do Estado como poder unificador do povo - pensada em plena Idade Média, patenteando assim a precocidade da reflexão teórica italiana sobre estas questões. No entanto, na história real a Itália manteve até o século XX estruturas medievais de dominação, dificultando enormemente os processos de laicização imprescindíveis à racionalidade intrínseca ao Estado moderno. Será esta a *matéria hostil* que desafiará a

⁵ Notas de aulas proferidas pelo Prof. Umberto Cerroni no curso na Universidade de Roma *La Sapienza*. Citado. Roma, novembro de 1991-maio de 1992.

⁶ Cf. Thompson, E. P. "*Patrician Society and Plebeian Culture*". In: *Journal of Social History*, julho de 1974.

reflexão e a prática política dos intelectuais reformistas italianos. Com base neste legado a Itália edificará seu Estado Nacional. Por tudo isto seu processo de *statebuilding* realizar-se-á tardiamente e, tanto quanto no caso alemão, terá no centro da questão nacional a *questão social*.⁷

O capitalismo como forma histórica atingirá a fase na qual sua regulação econômica passará a depender progressivamente do poder normativo e regulador do Estado, portanto dispensando de fato os *santos óleos* legitimadores do discurso liberal livre-cambista. A marcha da acumulação capitalista mundial trazia em seu bojo a expansão da classe operária. O *progresso dos povos* possuía agora um conteúdo muito concreto, patenteado pelo crescimento numérico do proletariado industrial, com *suas lutas e suas dores*.

Este acréscimo de complexidade colocará um dilema crucial ao liberalismo italiano, pelo menos aquele comprometido minimamente com a elevação moral dos povos e uma vida digna para as grandes maiorias. Importa lembrar que no famoso Pacto de Roma, de 13 de maio de 1890, a questão social constituiu o tema principal dos debates de uma grande reunião operária. Nesta ocasião, “centenas de associações operárias, fiéis ao pensamento do mestre Mazzini, proclamavam reunidos em Roma num solene congresso que... as providências mais urgentes a serem tomadas dali em diante, para atingir os ideais mazzinianos, dizia respeito à necessidade de conquistar para a democracia o desenvolvimento constante de estudos, esforços e lutas tendo em vista a redução dos profundos desequilíbrios causados pela produção da miséria de um lado e a produção de privilégios de outro”. Para tanto, prescreviam “...imposto progressivo às grandes fortunas e grandes propriedades agrícolas, bem como uma legislação social”. Neste dia, asseverava Rodolfo Calamandrei : “o radicalismo italiano reafirmava que o seu programa não era uma mistura inorgânica de reformas infecundas, mas era um complexo orgânico de reformas pré-ordenadas e predestinadas a um fim : *a solução do problema social na Itália*”.⁸

⁷ Cf. Leão Rêgo, Walquiria D. “Questões sobre a noção de *Via Prussiana*”. In: Antunes, R. e Leão Rêgo, W. D. *Lukács - Um Galileu no Século XX*. São Paulo, Ed. Boitempo, 1996, pp. 104-124.

⁸ Calamandrei, Rodolfo. *La Logica del Radicalismo Italiano*. Firenze, Coi-Tipi-Di L. Niccolai, 1985. Grifos meus.

Não é demasiado recordar que o próprio Mazzini, no seu conhecido panfleto *Os deveres do homem*, punha no centro das suas exigências políticas a República como forma de governo mais adequada ao progresso da humanidade. Outro ponto enfatizado por ele estava na resolução da questão social. Aliás, Mazzini considerava que a construção da nacionalidade italiana como missão moral universal passava imprescindivelmente pela resolução do problema social.⁹ Estas exigências de *república social* conformarão a matéria de fundo e o desafio constante a figurar em qualquer agenda reformista. Da capacidade de encaminhar e posteriormente resolver estas questões dependia a própria possibilidade de realmente fundar um *organismo unitário* na Itália, ou seja, o Estado-nação.

CAPITALISMO TARDIO E LIBERALISMO DESFIBRADO

O dilema do liberalismo italiano residia no fato de que ele estava historicamente impedido de proceder a qualquer formulação original. Havia mudado radicalmente a *fortuna* de seus portadores *naturais*.

Entraram em cena novos personagens sociais, como a classe operária, para a qual o liberalismo de tipo cavouriano-manchesteriano reservara um papel de no máximo agir na esfera pública como coadjuvante dos atores principais, a burguesia e seus principais aliados. Tudo indicava que o vasto mundo era um palco onde podiam contracenar apenas aqueles a quem o destino, ou a providência havia dotado de *talento e razão*. Como advertira Maquiavel : *a natureza particular de uma época é que imporá os modos adequados dos procedimentos do príncipe*. A astúcia, a impetuosidade ou a prudência dele estão destinadas em boa medida a serem atributos ditados pelas *particularidades dos tempos*.¹⁰

Os tempos de ora em diante dispensarão cada vez mais liberalismo econômico e Estado mínimo. Pelo contrário, passarão a requerer com crescente força a intervenção decisiva na economia de um complexo ator político - o Estado - até então destinado, pelo discurso liberal, a ocupar um papel secundário nos *negócios do mundo*. Afinal, o mercado -

⁹ Mazzini, Giuseppe. *Dei Doveri Dell'Uomo*. Milano, Ed. Rizzoli, 1949, pp. 95 e segs.

¹⁰ Maquiavel, N. *O Príncipe*. Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, s/d, cap. XXV, p. 148.

que também no discurso liberal liberal é a instituição que mais se harmoniza com a *natureza humana*, utilitária e calculista - demonstrava já há algum tempo não possuir a racionalidade suficiente para garantir a *felicidade dos homens*. A astúcia natural do *homo economicus* não fora suficiente para evitar as crises de realização do capital, e muito menos os cada vez mais frequentes conflitos distributivos. Em tempos de hilferdiniano *capitalismo organizado* aparecia com progressiva nitidez a necessidade imperativa da ação do Estado. Paradoxalmente, o liberalismo constituía-se em *ideologia orgânica* do processo de *statebuilding* italiano, ou seja, ao mesmo tempo em que se construía de fato um estado intervencionista e com grande poder de regulação das forças de mercado, brandia-se, no nível retórico, as mágicas palavras *laissez faire, laissez passer*, prometendo que agora, enfim, o mundo seria conduzido pelos melhores, por aqueles que portadores de talento e capacidade de luta conformariam o mundo à sua imagem e semelhança.

O dilema liberal italiano estava inscrito no destino dos povos que chegaram tardiamente ao capitalismo. Este foi também o caso alemão com seu *chegar atrasado ao capitalismo*. Entretanto, o liberalismo aí não se constituiu como ideologia orgânica do seu *statebuilding*, pelo contrário, o Estado forte sempre foi um personagem evocado enfaticamente pelo pensamento naquele país. De certo modo, a forte presença empírica do Estado no desenvolvimento do capitalismo alemão apenas realizou um papel invocado muito antes pela tradição teórica e prática política alemãs. No caso italiano, as promessas emancipatórias do liberalismo, como por exemplo a liberação do despotismo religioso e, por conseguinte, a instauração de uma cultura laica, não encontrara no país combatentes de carne e osso. O poderio da Igreja permanecerá compacto, quase impenetrável. Neste sentido o liberalismo, como corpo de idéias, acabou por se cristalizar na vida social como um corpo descarnado, sem sangue, sem veias, sem vida. Neste caso, tanto quanto na Alemanha, mas por razões diferentes, não pôde desempenhar o papel de *catalisador de paixões cívicas*.

A sociedade italiana não conheceu a fermentação liberal na sua longa e tortuosa transição à modernidade burguesa, como por exemplo foi o caso da França do século XVIII. Harold Laski considerava ser necessária, para o enraizamento de uma cultura liberal, a criação de um *clima mental*, onde as idéias liberais germinassem como princípios

que ao mesmo tempo fornecessem as bases teóricas e políticas demolidoras do *ancién regime* e infundissem a orientação geral para a construção das principais instituições do novo mundo.¹¹

A fragmentação política da Itália está aliada ao imenso atraso de sua economia, isto é, ao desenvolvimento em ritmo extremamente lento e desigual das forças econômicas capitalistas. Por exemplo, somente a Lombardia comportava, no final do século XVIII, algumas condições favoráveis para impulsionar uma *revolução industrial*. Havia desenvolvimento agrícola mais *moderno* na região do Vale do Pó e na Toscana. No restante do país, mas sobretudo no Sul, o feudalismo pesava demasiadamente na economia e na estrutura social. Este atraso era cimentado ideologicamente por um catolicismo tridentino e absolutista. Esta lentidão na transição capitalista teve como consequência o não desenvolvimento de uma estrutura social mais diferenciada, na qual podem emergir os grupos sociais *naturalmente* mais disponíveis para se constituírem em portadores dos valores liberais, como as *classes médias*.¹² Esta ausência no momento do *Risorgimento* conformará um quadro político pleno de *potencialidades malignas*. O desenvolvimento posterior da história italiana demonstrará ao mundo, quase pela primeira vez, com o seu triste pioneirismo na experiência fascista, o altíssimo preço que a liberdade e a democracia pagaram por não ter nas classes médias um protagonista formado e comprometido com valores liberais. Hoje sabemos, pela dura prova dos fatos, o importante papel que os grupos médios desempenham como *opinion leaders* nos processos políticos do mundo contemporâneo. A *testemunha do tempo* está sempre a nos recordar da *fúria reacionária* de parte das classes médias, quando carentes de experiência liberal por ocasião dos grandes movimentos progressistas da história no presente século. Lembre-se apenas de seu sinistro desempenho por ocasião da revolução democrática alemã de 1918, e depois como uma das principais bases de apoio do totalitarismo nazista. Seu papel foi terrível também nos acontecimentos que ensanguentaram a brilhante experiência de democracia participativa da chamada *Viena Vermelha*, entre o início dos anos vinte e meados dos anos trinta.

¹¹ Cf. Laski, Harold. *El Liberalismo Europeo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1939, pp. 139 e segs.

¹² Ruggiero, Guido de. *Historia del Liberalismo Europeo*. Op. cit., p. 248.

A esta altura da história do século que se finda não se pode mais negligenciar sobre o papel que uma *civilização política*, provida de *civic culture*, objetivada em instituições e normas jurídicas, desempenha nos momentos de aguçamento das tensões sociais. O grave déficit de valores liberais mínimos como tolerância e sentido de *coisa pública*, em qualquer sociedade, constitui o caminho mais certo à marcha veloz dos *processos de barbarização* da vida social, assim como consubstancia plenamente o fim da política como atividade de persuasão e de busca do consenso através da formação da *opinião esclarecida*.

Ao realizar um mergulho na história da Itália, principalmente no que diz respeito às tradições de cultura política e jurídica, percebe-se a existência de robustos obstáculos à emergência, ao nível do *espírito*, de um *pathos* propício ao florescimento das liberdades políticas liberais. Pode-se seguir esta questão nas palavras de Ruggiero : “não se chegou a extinguir na Itália, desde a mais remota Idade Média, a tradição de direito romano, e esta persistência conteve com eficácia o domínio exclusivo do direito feudal. As consequências de tal fato foram bastante complexas. O direito privado dos romanos, com sua instituição da *propriedade quirítaria*, e em geral com sua tendência a fazer de todas as instituições jurídicas um domínio comum para todos os cidadãos, dificultou a formação de um direito *privilegiado* demasiado exclusivo, favorecendo assim as liberdades civis dos indivíduos. Porém, ao mesmo tempo como era um direito dos súditos, de homens iguais diante da obediência, isto impediu que se enraizasse na consciência do povo a idéia de um direito próprio e originário, independente do Estado e oposto, portanto, ao *direito do príncipe*. Daí faltar aos italianos a vital experiência, produto da antítese entre o povo e o príncipe, que em outras partes havia ajudado a criar o sentido e o amor para com as liberdades políticas. Estados gerais, Dietas, Parlamentos que na França, na Alemanha e na Inglaterra surgiram daquela antítese, formam desde a Idade Média as primeiras lutas do liberalismo político. Isto é quase completamente estranho à tradição italiana”.¹³

Entretanto, esta herança cultural pelas mesmas razões que não fertilizou o solo para as liberdades políticas liberais, fecundou-o eficazmente para a prática das liberdades civis. Isto se deve ao fato de que na “Itália, houve com efeito uma secular tradição jurídica,

¹³ Idem. *Ibidem*, p. 250.

donde a existência de um sentido mais desperto para a liberdade civil. Isto preparou os ânimos para admitir nos princípios do século XIX as leis que suprimiram o regime feudal e estabeleceram a propriedade burguesa”.¹⁴ Todavia, esta complexa configuração histórica compôs uma dramática tessitura sócio-cultural que veio progressivamente se condensando em difíceis contradições que explodiam nos diversos momentos de crise político-social.

RISORGIMENTO E COMUNIDADE POLÍTICA MODERNA

Não se pretende neste trabalho realizar uma imersão profunda sobre as determinações essenciais que conformaram a revolução nacional italiana - o *Risorgimento*. Importa, para os objetivos do estudo em curso, deter-se no legado político e econômico do *statebuilding* italiano. Deve-se assinalar que os principais intelectuais do país do início do *novecento* às décadas de vinte e trinta, de formas variadas elegeram o processo de unificação da Itália, mas principalmente as suas *promessas não cumpridas*, como objeto analítico privilegiado de suas investigações sociológicas e históricas. Evidentemente, não se está querendo dizer que a inteligência italiana não se ocupou do problema depois desta época. Pode-se assegurar que o caráter da revolução italiana constitui, para a reflexão intelectual daquele país, quase que uma saudável *obsessão nacional*. Afinal, para muitas análises a semente da barbárie fascista foi realizada naquele momento, através da natureza dos acordos políticos selados entre as classes sociais dominantes. Em outras palavras, o nascimento do Estado Nacional italiano trouxe no seu bojo as condições de germinação de uma *cultura plena de ressentimentos*, advinda das enormes frustrações, sobretudo sociais, que o pacto de poder vitorioso sequer encaminhou politicamente. Isto significou que os sonhos de Mazzini, mas principalmente a utopia igualitarista de Garibaldi, haviam sido despedaçados pela dureza com que os pobres e desvalidos são contemplados nos processos de *modernização conservadora*.

Portanto, e aqui tomando de empréstimo uma expressão de Harold Laski, o *pacto de destino* que pairava na atmosfera mental do cidadão italiano era providenciar de qualquer modo um *condottiere redentor*, aquele que realmente fosse capaz de desencadear

¹⁴ Idem. Ibidem, p. 251.

e também personificar o verdadeiro processo de *nationbuilding*, que no fundo significava a realização de alguns *sonhos de grandeza*. Não por acaso Mussolini, *Il Duce*, utilizou-se várias vezes da expressão : “é preciso resgatar a sagrada vingança das massas para edificar a grande pátria italiana”.¹⁵

Desse modo, as diferentes revisões que se procederam no liberalismo - que funcionara como referência teórica importante na revolução *risorgimentale* - certamente possuem *afinidades eletivas* com as sucessivas iniciativas ocorridas na história italiana do entre guerras de *refundar o liberalismo*, tornando-o contemporâneo das novas necessidades do país. É claro que estes impulsos deitavam raízes não somente nas graves lacunas no encaminhamento da questão social, deixadas pela classe dirigente *risorgimentale* na gestão pública do novo Estado Nacional, mas também no fato de que no horizonte político e social ganhava cada vez mais nitidez o volumoso corpo de um novo *dramatis personae*, o proletariado industrial.

Além do que, as idéias socialistas materializadas em novas instituições políticas, os partidos socialistas com seus programas reformistas ou claramente revolucionários, falavam aos novos atores políticos uma linguagem direta e muito mais afinada com as expectativas de participação efetiva nos destinos do mundo. Em todo continente, o *fantasma da revolução social rondava a Europa*. A linguagem da política ganhara há muito um novo léxico, impunha-se imperativamente a *gramática da igualdade social e econômica*. Tudo levava a crer que os novos personagens da cena histórica não estavam dispostos a permanecer como figurantes no palco da política. Manifestavam por todos os lados suas exigências de que a fórmula abstrata do cidadão universal da Revolução Francesa de 1789 ganhasse conteúdos concretos de liberdade e igualdade. Com isto, impeliam o velho liberalismo a paulatinamente expulsar de seu corpo teórico as cláusulas de exclusão dos homens que não se enquadravam nos seus critérios restritivos de cidadania, pautados pela quantidade de renda, riqueza, situação de raça, sexo e grau de escolaridade. É claro que estes critérios na sua aplicação concreta incidiam sobre as *grandes maiorias*, que com seu trabalho produziam a *riqueza das nações*. Entretanto, como diria Thomas Carlyle : “sobre os frutos de seu trabalho pesa o *nefasto imperativo do encantamento*. Eles

¹⁵ Tasca, Angelo. *El Nacimiento del Fascismo*. Barcelona, Ediciones Ariel, 1963.

não podem tocar, desfrutar daquilo que produzem, pois se trata de um *fruto enfeitado*”.¹⁶ Estas restrições patenteavam um estreitamento dos atributos definidores do que seria um homem-cidadão, impedindo assim o aparecimento na esfera pública, em toda sua plenitude, do homem universal, do cidadão do mundo, ou seja, do *ser genérico* de que falara o jovem Marx nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844.¹⁷

Em todas as partes, o movimento operário, os intelectuais socialistas e por vezes liberais avançados, bem como as mulheres do movimento sufragista, lutavam pela ampliação dos direitos eleitorais. Com isto abria-se o caminho para o triunfo do sufrágio universal e efetivava-se a existência, como conceito e realidade, do *homem universal*. Deste modo, estava em marcha a construção, como diria Karl Mannheim, por processos reais de *democratização substantiva*, de um novo regime político, a democracia moderna de massas.¹⁸ Esta nova *comunidade política* progressivamente irá se assentar em um corpo político alargado, na medida que se amplie o universo de eleitores através da adoção do princípio de *cada cabeça um voto*. Isto necessariamente redefinirá empírica e conceitualmente *o povo*.

De fato eram estas as tendências internacionais e nacionais dos movimentos sociais e das lutas de classes. O caso italiano punha para a reflexão local, sobretudo depois da vitoriosa *marcha sobre Roma* em 1922, uma urgente necessidade de compreensão por parte dos intelectuais da peculiar tessitura histórica que se abrira com o *Risorgimento* e conduzira a recém unificada Itália rumo à barbárie fascista. Afinal, que mistérios encerravam o processo de *statebuilding* italiano? O pacto de classes conservador que dirigiu a *revolução passiva* da unificação não esteve à altura das tarefas do seu tempo. Será na identificação dos principais problemas irresolvidos no *Risorgimento*, ou até naqueles que sequer foram devidamente equacionados pela classe dirigente *risorgimentale*, que a inteligência italiana se debruçará na tentativa quase desesperada de compreender os

¹⁶ Citado por Leão Rêgo. Walquiria D. *Indivíduo, Liberdade e Igualdade no Pensamento Liberal e em Marx*. In: *Revista Perspectiva*. S. Paulo, UNESP, 1988, vol. 11, p. 10.

¹⁷ Esta questão é examinada com grande riqueza de detalhes na obra de Domenico Losurdo. Ver principalmente: Losurdo, Domenico. *Democrazia o Bonapartismo - Trionfo e decadenza del suffragio universale*. Torino, Bollati-Boringhieri, 1993; e Idem. *Libertà e Uguaglianza - Marx e la Tradizione Liberale*. In: *Rivista Panorama Filosofici*. Padova, 1991.

¹⁸ Mannheim, K. *Diagnóstico do nosso tempo*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967, pp. 18-20.

desenvolvimentos frustrados e as tendências interrompidas presentes na sua revolução nacional. Uma espécie de exegese do *Risorgimento* constituirá a matéria principal da pesquisa e da reflexão intelectual italiana. Esta exegese deveria desvendar os equívocos e as ilusões contidos no projeto revolucionário. No fundo deste projeto intelectual e político estava posta a questão de como modernizar a Itália, tornado-a de fato uma nação contemporânea de um mundo que dia a dia trazia à superfície das sociedades nacionais um conjunto de exigências que se personificavam em novos sujeitos políticos. Além do mais, havia por parte dos intelectuais italianos, sobretudo os situados no espectro laico da cultura nacional, um imenso desejo de com sua ação política e teórica contribuir para a criação de uma *cultura da autonomia individual*, introjetando no cidadão daquele país uma *consciência de Estado*. Isto tudo era entendido como *missão intelectual* desde os tempos de Mazzini, fazendo com que o desejo de autonomia dos italianos, sua elevação à condição de cidadãos, fosse parte integrante da construção da nação. Os processos construtivos deveriam se interpenetrar e se determinar reciprocamente.

MAZZINISMO E NAÇÃO

Em Mazzini, a fundação de uma nacionalidade requer ao mesmo tempo a consciência desta e, antes de tudo, a *consciência de sua missão*. Trata-se duplamente de uma conquista e de uma tarefa, pois ao se empenhar numa tarefa o indivíduo se torna cumpridor de um dever e de uma missão. Desse modo, a nação é concebida como unidade de missão e unidade de consciências, de vontades e de ações. Não se pode deixar de anotar que desde então a autonomia dos homens expressa-se na *unidade da Pátria*. Autonomia individual e unidade nacional são exigências insuprimíveis do processo de *nationbuilding*.

Importa registrar que Mazzini reservou um lugar central no seu projeto de fundação da nacionalidade para a questão social. Quando falava em necessidade de unificação, referia-se a esta como um dos modos de encaminhar a questão social. Ou seja, a questão nacional é vista em função da questão social. Ouçamos o autor : “Uma revolução não é legítima e nem pode ser duradoura se não vincula a *questão social* com a política”.¹⁹

¹⁹ Mazzini, Giuseppe. *Scritti editi e inediti*. Vol. XVI, p. 206. In: Arquivo do Instituto Gramsci - Roma.

Por mais de uma vez autor formula a concepção da relação orgânica existente entre questão nacional e questão social. Por exemplo, nesta passagem isto é bastante claro : “Os trabalhadores estão sem pátria, porque estão sem direitos reais; da ausência, ou da conquista destes direitos depende a privação ou posse da Pátria. ...O trabalho tem que conseguir para si uma *cidadania no Estado*, ...nenhum dever sem direitos, nenhum direito sem deveres...”²⁰

Deve-se lembrar que, desde 1831, os membros da associação mazziniana *Giovani Italia* juravam que lutariam contra a desigualdade entre os homens de uma mesma terra.²¹ No programa mazziniano a construção da nacionalidade sempre foi enfatizada como *fin supremo* da ação política, pois ele acreditava, e não somente ele, pois esta tendência foi profunda entre outros autores, que a nação estava inscrita como *missão* no destino da humanidade. Nas suas categóricas palavras : “Em qualquer parte onde existe uma missão, isto é, um destino comum para realizar, deve haver igualmente uma tendência natural à unidade”.²² Aqui a nação é percebida como *comunidade de destino*, mas devendo-se ressaltar que não se almeja qualquer destino. Este deve ser tecido pacientemente pelos *melhores*, exatamente os que não se deixam embriagar por *paixões egoístas e particularistas*, evitando-se com isto que “...as revoluções se reduzam à guerras civis, donde decidirá somente a força, substituindo apenas uma tirania por outra”.²³ Portanto, o modo de edificar a nação para Mazzini teria que resultar na constituição antes de tudo de uma *comunidade moral*. Este atributo é o verdadeiro conteúdo do destino. “Uma nação é uma missão vivente. Importa é que a Itália seja boa, *moral e virtuosa*. Importa que chegue a cumprir uma missão no mundo, ...o que quero é uma alma para a nação; sem esta o corpo não será nada”.²⁴ Parece bastante clara a percepção mazziniana da necessidade da nação como uma espécie de *pacto de individuação da humanidade*.

Não se pode deixar de anotar as advertências de Gramsci, efetuadas na sua análise do *Risorgimento*, sobre o anacronismo romântico presente na visão mazziniana da questão da *missão da Itália no mundo*. Esta idéia compunha uma espécie de superstição quase

²⁰ Mazzini, G. *Dei Doveri Dell’Uomo*. Milano, Ed. Rizzoli, 1949. Grifos meus.

²¹ Cf. Levi, Alessandro. *La Filosofia Política de G. Mazzini*. Bologna, Ed. Zanichelli, 1922, p. 23.

²² Mazzini, G. *Scritti editi e inediti*. Vol. XII, p. 60. Arquivo do Instituto Gramsci - Roma.

²³ Idem. *Ibidem*, pp. 253-264.

²⁴ Cf. carta de Giuseppe Mazzini a Daniel Stern. Idem. *Ibidem*, p. 40. Grifos meus.

religiosa, “misticamente intuída, nebulosamente sentida, de que os italianos possuíam particulares direitos históricos desconhecidos e pisoteados”. Isto às vezes cristalizou-se em nítida franco-fobia, “...porque parece que é a França a que arrebatada da Itália a *primogenitura civil da herança romana*”.²⁵ Sabe-se como esta mentalidade de povo-nação, *vítima de conjuras internacionais*, foi reforçada e instrumentalizada eficientemente pelo fascismo. Contudo, é imperioso registrar o papel que o problema da nação ocupava na agenda política da época. Pode-se dizer que ao menos no século XIX, o *ímpeto nacional*, como dizia Engels, pesava sobre todos como uma espécie de *pathos* político, conformando projetos e programas de ação, bem como forjando sentimentos e impulsos profundos nos principais atores políticos de então.

Em que pese toda a *intenção básica* romântica que se patenteia nas formulações mazzinianas, é forte nela a intuição de que um dos segredos da sua época residia na imperiosa exigência de, como diria Marx, materializar a *individuação da humanidade*, que significava exatamente a construção das nacionalidades. Mazzini possuía aguda consciência de que as necessidades (*necesitas*) de um tempo não são facilmente percebidas, nem suavemente encaminhadas. Pelo contrário, ele advertia que : “...o segredo de uma época, tal como a lei do Sinai, não pode se revelar, senão entre tempestades”.²⁶

Vale a pena recordar que um internacionalista como Marx também não negligenciava a importância histórica e política da questão nacional. Numa carta a Engels, de 20 de março de 1866, Marx relata uma discussão ocorrida no Conselho da Internacional a respeito da guerra iminente e, então, se refere ao debate ali travado sobre a questão das nacionalidades. Em tom irônico, conta que “...os ingleses haviam se divertido muito quando eu tomei a palavra e comecei dizendo que o amigo Lafargue, que havia ‘suprimido as nacionalidades’, nos falava em francês, isto é, um idioma que os nove décimos do auditório não compreendiam. Mostrei-lhes, pois, que a ‘negação das nacionalidades’, é para ele, sem que no entanto se dê conta disso, puramente sua absorção na nação modelo, que é a França”.²⁷

²⁵ Gramsci, A. *El Risorgimento*. Buenos Aires, Ed. Granica, 1974, p. 92. Grifos meus.

²⁶ Mazzini, G. *Scritti editi e inediti*. Vol. V, pp. 221-238 e 253-268. Arquivo do Instituto Gramsci - Roma.

²⁷ Citado por Mondolfo, Rodolfo. “*Marx y Mazzini*”. In: *Marx y Marxismo*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1986, pp. 138 e segs.

O RISORGIMENTO E OS INTELLECTUAIS

Por todas estas razões, o grande empenho da inteligência italiana será realizar uma espécie de dissecação intelectual do *Risorgimento*, procedendo a um estudo *anatômico* da revolução, com o intuito de captar a dinâmica própria do movimento *risorgimentale*. Este sentimento foi por muitos pressentido como a chave mestra que abriria as portas da compreensão do núcleo duro da estrutura de poder emergida do processo de unificação nacional. O sentimento geral presente nos intelectuais era de que havia uma combinação diabólica, como diria Gramsci, de *sedimentações progressivas* com *sedimentações negativas*, tanto nas premissas como no legado do *Risorgimento*. Os diagnósticos bateram de forma nuançada na mesma assertiva. A revolução italiana não conseguira revolucionar, ou até mesmo abalar profundamente as bases da dominação do *ancién regime*. O acordo com o papado, com a Igreja católica anti-liberal, reacionária e sufocante, perpetrado por Cavour no momento de fundação concreta do Estado Nacional, impediu de modo muito forte a eliminação das poderosas formas de *coerção extra-econômica*, que se abatiam secularmente sobre as grandes massas, sobretudo camponesas, e que constituíram maioria na Itália quase até a segunda guerra mundial.

Não é por acaso que um pensador marxista da política e da cultura, original como Antônio Gramsci, em descompasso marcante com o economicismo da III Internacional, dedicou muito de sua reflexão sobre a diversidade de modos das classes dominantes italianas realizarem, apoiadas na enorme eficácia da legitimação religiosa, a *coerção extra-econômica* sobre o povo. Gramsci, autor que permanece sendo seminal para a reflexão social e política, examinou ao longo dos *Quaderni* as encarnações formais-institucionais adquiridas na Itália pelo domínio secular da Igreja. Esta não é só tematizada como *poder de coação moral*, mas também pela combinação de uma efficientíssima rede material de práticas administrativas com instituições pedagógicas em sentido amplo, enfim, por possuir um *sistema completo de poder total*. A ausência de algo como a reforma protestante na Itália, com o seu séquito de contestações e subversões da ordem estabelecida, deixou o campo quase inteiramente livre à Igreja, impossibilitando que se gerasse no país as

condições para o desenvolvimento de um ambiente mais propício à recepção mais plena dos conteúdos emancipatórios contidos no projeto da modernidade. Este, como assinalaram Habermas, Adorno e Horkheimer, contemplava elementos potencialmente emancipadores.²⁸

Deve-se lembrar ainda uma vez que o renascimento italiano não conseguiu promover uma *reforma intelectual e moral*, extensiva à totalidade do povo. Seu âmbito de ação, muito embora o renascimento constituísse um imenso movimento de subversão de valores culturais em sentido amplo, não importou numa reforma profunda dos padrões de convivência social. É verdade que seu *potencial de portador de modernidade* expandiu-se, fecundando com sua força as configurações revolucionárias responsáveis pela emergência universal do humanismo moderno. Todavia, suas luzes não alumiarão na intensidade necessária a escuridão secular em que a Igreja e o papado haviam mergulhado *il popolo d'Italia*.

A tragédia e o destino do povo italiano imantaram-se na sua revolução burguesa. Esta reforçou a substância resistente das *sedimentações regressivas* que conduziram o país ao fascismo. Este era o *pacto de destino* da Itália, que deitava profundas raízes no solo fertilizado pela poderosa seiva da mistificação e do controle religiosos. Por isto Gobetti percebia o fascismo como um fenômeno político que estava inscrito na *biografia do país*.

O RISORGIMENTO E O CONTEXTO INTERNACIONAL

Antônio Gramsci abre seu estudo sobre o *Risorgimento* italiano criticando veementemente a perspectiva analítica que não apreendia a revolução italiana também como um *nexo histórico europeu*.²⁹ Neste sentido a *idade do risorgimento* derivava da *idade da revolução francesa*. Com isto Gramsci quer trazer, para o nível do entendimento, a dimensão universal dos acontecimentos particulares italianos. Ele justifica esta exigência em nome de um critério metodológico. Afinal, a história universal deve ser a referência principal da *prosa da história particular*.

²⁸ Cf. Habermas, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1991. Adorno, T. e Horkheimer, M. *Dialética do Iluminismo*. São Paulo, Editora Abril, 1980, (Col. Os Pensadores).

²⁹ Gramsci, A. *El Risorgimento*. Op. cit., p. 65.

O ritmo e a cadência da fundação do Estado nacional italiano foram em parte determinados pelos interesses geopolíticos das grandes potências, dentro do novo mapa do poder mundial traçado pelas invasões napoleônicas. Além do mais, e isto será decisivo, o *statebuilding* italiano se efetua num quadro de profundas transformações do capitalismo mundial. Iniciara-se nos anos setenta do século XIX a estrada de longo declive da fase liberal do capitalismo. O estado-nação italiano nasce em um tempo em que os *anjos exterminadores* anunciam que a morte já ronda os nascituros estados nacionais liberais. A proximidade dos *anjos da morte* adensam ainda mais um horizonte carregado de nuvens pressagiadoras de ruidosas tormentas. Está no ar aquela atmosfera pesada que precede às grandes tempestades. O vento das revoluções sopra por todas as partes. Sente-se um cheiro de 1848, onde a revolução tornara-se o tema central das vidas das pessoas ao mesmo tempo como motivo de ação política e como experiência intelectual. O campo de disputa das vontades encontra-se dividido entre o impulso de redimir o mundo pela instauração revolucionária do socialismo e, no lado oposto do espectro político, pela germinação das forças da destruição e do medo que se corporificarão mais tarde nos exércitos das grandes potências capitalistas, que protagonizarão um dos mais sangrentos dramas da humanidade : a primeira grande guerra mundial de 1914. No bojo desta guerra serão urdidas as fibras do tecido do totalitarismo fascista e nazista. No entanto, em meio ao fogo e sangue da guerra, explodiam as paixões dispostas a sepultar a antiga ordem do mundo. A revolução de outubro de 1917, que criará a União Soviética, confirmará então aos profetas armados que a união de elites intelectuais com os novos atores sociais, personificados pelas classes trabalhadoras industriais, era não só possível mas necessária para fundar um mundo novo. Este sim poderia realizar as *brilhantes promessas* de igualdade e liberdade formuladas pela modernidade.

Construir nações, de agora em diante, significava imperativamente pôr no centro da cena o encaminhamento democrático da questão social. No plano das vontades, a resolução desta, tanto no caso alemão como no italiano, confundia-se com a revolução. Esta palavra ganhara a aura dos vocábulos sagrados, era cantada em prosa e verso. Era a personagem invocada em todos os momentos de exercício público das paixões políticas. A divisão da cena será dada pelo conteúdo que cada ator social imputará à palavra revolução.

Não é por acaso que em meio a esta fermentação, um jovem liberal italiano, Piero Gobetti, ao fundar em fevereiro de 1922 sua revista política e cultural, a intitulará de *Rivoluzione Liberale*. De algum modo, todas as propostas de fundação e/ou refundação de alguma coisa era sempre imaginada como destinada a revolucionar as antigas referências empíricas e teóricas que as consubstanciavam até então. Uma espécie de *pathos* da revolução invadiu todos os espíritos. Tudo devia ser passado a limpo, tudo devia ser revisto e reavaliado à luz da revolução. A revolução, como *direito dos povos*, tornara-se um lema que animava as lutas sociais que culminariam depois na fundação da *idade dos direitos*. Este *pathos* instalou-se nas várias *ordens do mundo*, adquirindo a feição de uma *ordem do tempo*. São neste sentido reveladoras as palavras e o tom de Friedrich Adler - um dos expoentes da social-democracia austríaca, durante a autodefesa feita perante a corte militar de Viena, quando estava sendo julgado pelo assassinato ocorrido em 21 de outubro de 1916 do presidente do conselho austro-húngaro e responsável pelo regime de terror instalado no país, Conde Stürgkh : “Durante toda a minha vida fui um revolucionário e sempre concebi a política de cada dia como um meio da revolução e nunca a revolução como uma frase vazia da política de cada dia”.³⁰ Sobre o atentado que cometeu, Friedrich Adler sustentou, diante da corte militar que o julgava, nunca ter se arrependido de seu gesto, “porque sempre estive convencido que se trata de uma ação útil, que fiz tudo aquilo que pode fazer um homem singular, isto é, pouquíssimo. ...Sustento haver feito aquilo que pode fazer um homem com a sua vida, e estou satisfeito de haver consumado assim a minha existência. [Porque] como social-democrata sempre levei a sério a *idéia de humanidade*. ...Meu gesto, Sr. Presidente, não foi em substância um atentado contra Stürgkh, mas um atentado contra a moral austríaca...”.³¹

A *cultura da revolução* não dizia respeito somente aos fatos da esfera pública da vida dos homens, ela penetrara como *imperativo categórico* nos *motivos íntimos* da ação particular de homens singulares. A autodefesa de Friedrich Adler constitui um atestado veemente do espírito vigente destes momentos da história em que se entrelaçam, em um

³⁰ “*L'autodifesa di Friedrich Adler davanti al tribunale di Vienna*”. In: Collotti, Enzo. *La guerra e la crisi della socialdemocrazia*. Roma, Ed. Riuniti, 1972, p. 125.

³¹ Adler, Friedrich. Op. cit., p. 130.

grande *abraço da morte*, os sentimentos públicos com os mais misteriosos impulsos privados.

Este clima marcado por uma grande vontade de acertar as contas com o passado, tendo em vista a alteração do curso da história, evidentemente realiza seu destino e tragédia na Revolução de Outubro. Esta parecia a todos os grandes espíritos ter definitivamente atraído para a terra, ao mesmo tempo e no mesmo lugar, a luminosidade do sol, da lua cheia e das estrelas. No plano dos sentimentos e da vontade, tudo indicava ser o *outubro vermelho* o sinal mais evidente da terrenalidade do juízo final. A força deste evento passou a tornar concreta e palpável a sensação geral que a *astúcia da razão* e a paixão dos homens podiam de fato demolir o chão de granito do passado. Tudo indicava que as fundações da antiga ordem desaparecera e que cabia aos homens com sua ação eliminar os escombros, construindo sobre eles o mundo novo. O anjo da história olhava numa única direção : o futuro. Era impossível imaginar qualquer coisa no sentido da pessimista advertência feita por Walter Benjamin de que o “passado possui direitos que não podem facilmente ser descartados”.³²

Pode-se dizer sem exagero que a adesão à perspectiva da revolução significava para os homens de pensamento aderir ao sentimento sintetizado por F. Adler diante do tribunal militar de Viena, o de *levar a sério a idéia de humanidade*. Desse modo, patenteia-se o fato de que o *nexo europeu* de cada sociedade nacional estava articulado também por este profundo e extenso *pathos* revolucionário. É neste sentido que as reavaliações dos passados nacionais se orientam quase todas para descobrir os nexos causais e as *afinidades eletivas* existentes entre a possibilidade de um futuro luminoso e a natureza das revoluções nacionais, mais precisamente, o caráter dos processos de *statebuilding*. Por isto, refletir sobre o passado significa necessariamente dissecar a *ratio* e a *voluntas* dos principais atores históricos, mais exatamente, dos fundadores de Estados. Em outras palavras, era imperioso conhecer a *virtù* e a *fortuna* do Príncipe. Somente assim podia se decifrar o enigma dos destinos nacionais e saber enfim o que os deuses haviam decidido sobre o futuro, e quem sabe, como na canção wagneriana, *devolver ao Reno o ouro roubado*.

³² Benjamin, W. *Lições de Filosofia da História*. São Paulo, Editora Abril, 1986, (Os Pensadores).

Será este o *ethos* que, de formas diferentes, presidirá as reflexões e análises de um Piero Gobetti e de um Antônio Gramsci. Ambos tinham diante de si um país novo que exibía no horizonte, com força de atração e de repulsão, para usar a imagem formulada por Sartre, *o volumoso e sombrio corpo do proletariado industrial*. Ele ocupará sem cautelas e muitas delongas o centro da cena italiana.

A emergência do fascismo sepultará a euforia dos reformadores sociais, muitos deles serão presos, assassinados, outros seguiram o caminho do exílio. Então se compreenderá que o combate pela liberdade será duro e penoso. O envolvimento na luta exigirá muita *fé e otimismo da vontade*. Gramsci, que jamais teve ilusões a respeito da duração do regime, escreve em uma das cartas do cárcere : “vivemos tempos de ferro e fogo”.³³ Será no interior desta época cinzenta, que brotará novamente aquela “...massa de estímulos latentes que cada um traz consigo da liberdade e da vida ativa, e fica aquela vaga luminosidade da vontade”.³⁴ Esta configuração de desejos, sentimentos e senso de dever civil tomará corpo se encarnando na *ratio* e na *voluntas* de alguns jovens que protagonizarão a criação de mais uma utopia : o *liberal-socialismo*. De agora em diante se falará sobre o nascimento deste projeto.

³³ Gramsci, Antonio. “*Carta à sua mãe feita na prisão de Milão*”, no dia 26/2 /1927. In: *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966, p. 48.

³⁴ Gramsci, Antonio. *Carta a Tatiana Schultz*, de 1/7/1929. In: *Cartas do Cárcere*. Op. cit., p. 135.

II. O LIBERALISMO DEMOCRÁTICO DE PIERO GOBETTI (1901-1926)³⁵

“A democracia é constitutivamente frágil, está sempre em risco, e a negação da liberdade pode afirmar-se por vias inéditas, também através do consenso e do conformismo de massa obtidos por governos demagógicos e proponentes de promessas milagrosas”.

Piero Gobetti, 1922.

Todo o trabalho de reconstituição de uma determinada tradição intelectual e política deve enfrentar a difícil questão de recompor a articulação entre o solo histórico em que uma corrente intelectual floresceu e os desafios teóricos e políticos que pesou sobre uma dada geração de intelectuais.

De um modo geral, a geração de intelectuais italianos do pós-guerra (1914-1918) foi compelida a indagar-se profundamente sobre as razões da incompletude da *rivoluzione risorgimentale*. Evidentemente, houve bastante variação no modo de avaliar as graves lacunas do projeto *risorgimentale*. Em grandes linhas, pode-se destacar uma questão unificadora : aquela que diz respeito ao tratamento negligente que a nova *classe política*

³⁵ Piero Gobetti nasceu em 19 de junho de 1901, na cidade de Turim, de uma família de pequenos comerciantes. Ainda quase adolescente, com 17 anos, funda uma pequena revista cultural intitulada *Energie Nuove*, de pequena duração. Na Turim fervilhante daqueles anos proliferam publicações de jovens intelectuais ansiosos para discutir os grandes temas nacionais. Perseguido mais tarde pelo regime de Mussolini, Gobetti se dirige à Paris, onde veio a morrer com a idade de 26 anos.

dispensou à questão social. Sobre essa, a inteligência italiana tentará trilhar novos caminhos, dentro das principais referências teóricas e políticas que organizavam a reflexão europeia pelo menos desde meados do século XIX, fixando-se na diferenciada tradição socialista e nas distintas redefinições nacionais do liberalismo. De início nota-se uma grande vontade da geração intelectual daquele pós-guerra de encontrar alternativas próprias ao socialismo e ao liberalismo. Ou seja, a busca de uma *via nacional* para os grandes problemas da Itália parece constituir um dos pontos principais do *impegno civile* e do *engagement* intelectual e político.

Desse modo, para se compreender as diversas tentativas da inteligência italiana de encontrar seus próprios caminhos teóricos e políticos é mister colher este intento em um duplo movimento. De um lado, buscava-se o entendimento do verdadeiro caráter de sua revolução nacional, e de outro impunha-se a tarefa prática da superação dos limites políticos de uma revolução que criara o Estado Nacional italiano, mas não fora capaz de gerá-lo como corpo político articulado.

A REVOLUÇÃO LIBERAL

Nas palavras de Gobetti, no primeiro manifesto da revista por ele dirigida - *La Rivoluzione Liberale*,³⁶ o *risorgimento* foi incapaz de criar “um verdadeiro organismo unitário”. Refletem bem este problema, as divagações da personagem tia Eufemia do romance de Ignacio Silone, *A Semente sob a Neve*, escrito nos anos trinta : “Tia Eufemia, como todo bom italiano é católica mas como católica não foi além do *Syllabus*. É intransigente e mais papista do que o papa. Tem saudades da Santa Inquisição e reza fervorosamente pela sua restauração. Recusa-se a introduzir na sua capela as orações que estão sempre inventando e propagando as inúmeras congregações católicas fundadas há pouco : salesianos, josefinos e outros, numa concorrência muitas vezes mesquinha. ‘Não é por acaso que todas essas congregações são de origem piemontesa’, pensa ela. A religião de tia Eufemia conservou-se meridional, como era a dos antepassados. Suas orações, dirigidas unicamente aos santos nascidos entre o Abruzzo e a Calábria, são formuladas em dialeto,

³⁶ Gobetti, Piero. *La Rivoluzione Liberale*. Ano C , nº 1, 12.02.1922, Arquivo do Instituto Gramsci, Roma.

de modo que, mesmo que os outros santos estejam escutando, nada entenderão. Sempre coerente, tia Eufemia nunca quis rezar pela dinastia usurpadora. Mais ainda : não hesita em implorar para seus membros o merecido castigo de Deus e a ira exterminadora dos homens. As festas nacionais e dinásticas são para ela tristes dias de penitência e jejum”.³⁷ A existência desta fragmentação política e cultural, exemplarmente personificada por tia Eufemia, produzia “uma incapacidade dos cidadãos de formarem uma consciência de Estado... e uma consciência da liberdade”.³⁸

Pode-se notar em Gobetti uma forte percepção do caráter inconcluso e frágil do *Risorgimento italiano*, como processo de constituição de um Estado-nação. Antes mesmo de concluir sobre esta questão, Gobetti se punha diante de uma difícil pergunta : “O *Risorgimento italiano* é um fruto original ou segue a imitação francesa? Nasce do tormento teórico do *Settecento* ou está todo na astúcia diplomática do *Ottocento*? Se pode falar de uma filosofia, de uma verdade que constituía a essência do *Risorgimento*?”.³⁹ As respostas a essas indagações impuseram ao autor um problema de ordem metodológica, ou seja, um critério de interpretação histórico-político dos acontecimentos, para capturá-los em sua singularidade. Tanto quanto Gramsci em seu estudo sobre o mesmo evento, que propõe o princípio da hegemonia como cânone interpretativo, Gobetti procura operar sua análise tomando como referência analítica a *teoria das elites* de Mosca e Pareto, respectivamente, os princípios da classe política como minoria organizada que dirige os destinos de um povo que a produz incessantemente e a paretiana teoria da circulação das elites.⁴⁰ Novamente como Gramsci, assinala os limites da teoria, sobretudo no tocante a sua carência de uma perspectiva mais ampla, porque desprovida das premissas da teoria da luta de classes. Gobetti estava convencido que “a luta de classes havia se convertido em um elemento infalível para a formação de novas elites, a verdadeira razão, sempre operante de renovação popular”.⁴¹

³⁷ Silone, Ignacio. *A Semente sob a Neve*. S. Paulo, Brasiliense, 1952, p. 84.

³⁸ Gobetti, Piero. *La Rivoluzione Liberale*. Ano C, nº 1, 12.02.1922, p. 4. Arquivo Instituto Gramsci, Roma.

³⁹ Gobetti, Piero. *Risorgimento senza Eroi (E altri scritti Storici)*. Torino, Einaudi, 1976.

⁴⁰ Mosca, Gaetano. *Scritti Politici (Teorica dei Governi-Elementi di Scienza Politica)*. Torino, Unione Tipografico-Editrice, 1982, Volume II, pp. 628 e segs.; e Pareto, V. *Forma ed equilibrio sociale*. In: *Trattato di Sociologia Generale*. Bologna, Il Mulino, 1959.

⁴¹ Gobetti, Piero. *La Rivoluzione Liberale : saggio sulla lotta politica in Italia*. Torino, Einaudi, 1995, p. 157.

VÍCIOS DE ORIGEM

A incompletude do *Risorgimento* radicava-se em dois principais pontos. O primeiro refere-se à natureza retrógrada da classe dirigente piemontesa, “pois seu liberalismo ao invés de aliar-se com as massas populares se fez cúmplice da monarquia”.⁴² O segundo ponto a ser sublinhado liga-se ao fato de que esta aliança reacionária se fortaleceu ainda mais na medida que se estendeu à Igreja, que havia se dedicado fundamentalmente a duas causas : “conservadorismo político anti-liberal e conservadorismo ideal anti-iluminista”. No Piemonte tivemos, portanto, “o contra-enciclopedismo preventivo”.⁴³ Em outros termos, não houve no Piemonte uma reforma moral fundada no laicismo e no princípio da autonomia individual, ou seja, isto é indicativo da ausência de preparação espiritual racionalista e secular para a revolução unitária. Este projeto sempre foi derrotado pelos reiterados compromissos com a Igreja.

Se houve alguma originalidade no *statebuilding* italiano se deve ao fato que ele acabou sendo “a luta de um homem só (o solilóquio de Cavour). ...Na realidade, especialmente quando está só, Cavour obedece a uma secreta voz da história e a um obscuro destino da raça, que parece anunciar-se durante todo o *Settecento* em misteriosos profetas desarmados, surpreendidos pelas trevas, apenas adivinhando a luz”.⁴⁴ Por todos estes motivos, a classe dirigente piemontesa como *minoría organizada* e como *elite* não foi capaz de incluir em seu arco de alianças as forças novas que emergiam da modernização econômica da região, não podendo, portanto, incluir no Estado os quadros laicos e independentes. Isto foi decisivo para a não constituição de uma burocracia moderna racional-legal, como no caso prussiano. Desse modo, a elite piemontesa, a força dirigente da unificação, não se constituiu em uma minoria política capaz de cumprir suas tarefas históricas. O Estado nacional que criou emergiu anacrônico e doente de *crise de secularização*.

⁴² Idem. *Ibidem*, p. 34.

⁴³ Idem. *Ibidem*, p. 35.

⁴⁴ Idem. *Ibidem*, p. 12.

As forças sociais laicas, com sentido de autonomia e, por isto, portadoras da modernidade no plano do espírito, são percebidas por Gobetti nas lutas operárias de Turim. “Necessitava esperar o movimento operário para haver na Itália iniciativas autônomas das massas populares, que possam conduzir a *revolução liberal* as suas últimas consequências”.⁴⁵ O autor, em sua excelente análise da atuação do Piemonte na unificação italiana, não perdeu de vista que os preparadores espirituais da revolução nacional vêm de longe : Maquiavel, Vico, Beccaria, Giannone e Verri foram antecipadores. “Suas paixões vivem na atmosfera européia do livre pensamento. ...O laicismo é o resultado claro e definitivo do seu pensamento”.⁴⁶ Ao fim e ao cabo, a revolução liberal preconizada por Gobetti se constituía, fundamentalmente, no resgate e na atualização das grandes promessas do iluminismo. Ele a entendia como “revolução espiritual deste povo vivido na resignação e na mediocridade”.⁴⁷ No entanto, o autor percebia que as lacunas de iluminismo no *risorgimento* jamais seriam preenchidas sem a presença indispensável de uma *crítica republicana e revolucionária* dos costumes clericais, absolutistas, jesuíticos e intolerantes, vasta e profundamente presentes em todo o povo italiano.

Esta configuração de *per se* impunha uma mudança de sentido na revolução italiana, ou seja, era necessário construir uma nova classe dirigente capaz de criar uma cultura civil, que fosse antes de tudo laica e verdadeiramente liberal e nacional. Dessa maneira, uma outra exigência tornara-se imperativa : aquela de redefinir, segundo as necessidades do tempo, o próprio liberalismo. Para Gobetti, essa tarefa significava retirar deste corpo doutrinário seus elementos de legitimação de privilégios sociais e econômicos, bem como recuperá-lo das contaminações clericais e papistas. Isto certamente demandaria o esforço intelectual e político de capturá-lo nos seus momentos profundamente éticos, quando o pensamento liberal como força ideológica libertária instaurara o espírito da modernidade. Vale a pena demonstrar a percepção do autor sobre os destinos do liberalismo na Itália. Porém, antes de tudo é necessário rememorar que, como se viu acima, ele percebia agudamente as contradições cruciais do liberalismo do *Risorgimento*. Certa vez assim se expressou : “a moral do individualismo econômico, que teve seu teste na

⁴⁵ Idem. Ibidem, p. 34. Grifos meus.

⁴⁶ Idem. Ibidem, p. 18.

⁴⁷ Idem. Ibidem, p. 10.

experiência dos países anglo-saxões, configurou o alvorecer da modernidade. Nosso século deveria demonstrar este horizonte não ao nível nacional, mas europeu, mundial. ...Ao contrário disto tudo, a nova economia italiana do Norte surge como indústria protegida, com isto renegando todo o senso de dignidade empresarial. ...Entretanto, é hora de enfrentar os argumentos protecionistas no seu campo predileto, demonstrando os danos políticos ao seu próprio sistema. Este inaugurou na Itália uma época de corrupção e de decadência nos costumes tanto da própria burguesia como no proletariado. ...A burguesia, para salvar-se dos erros de suas premissas, procura cúmplices e paga com uma política de concessões a sua tática de pilhagem do erário público”.⁴⁸

Veremos que o *impegno* principal de Gobetti será o de desvendar, para superar, o que ele mesmo denominou de *insuficiências do liberalismo*, as quais ele identificou em variadas circunstâncias da história italiana. Uma delas : “...a mais grave deficiência do liberalismo italiano reside na ausência de um partido francamente conservador. Sem conservadores e sem revolução, a Itália tornar-se-á a pátria natural do costume pedagógico. ...Enquanto falia antes de nascer o liberalismo dos conservadores, que podiam ter sua sede histórica na economia do *Mezzogiorno*, a vanguarda do Norte apresentava traços de imaturidade na luta e nos costumes políticos, pois renegava seu programa natural de individualismo e de liberalismo. ...Ora, o liberalismo não se esgota no liberismo, entretanto o compreende e o pressupõe”.⁴⁹ Mais tarde, procuraremos demonstrar que a redefinição do liberalismo italiano, que tem em Gobetti um de seus precursores, passará por uma reinterpretação radical do conceito de liberalismo econômico. Este será substantivado na palavra italiana *liberismo*. Ainda no intento de localizar os dilemas do liberalismo de seu país, Gobetti entrevê um espaço sócio-econômico onde certas forças sociais poderiam protagonizar um liberalismo conservador que, como vimos anteriormente, ele elencava como uma das ausências substanciais do espectro ideológico italiano. Neste sentido, diz o autor : “A agricultura (a pequena propriedade do Norte), seja a *mezzadria* toscana, seja a cultura intensiva do *Mezzogiorno*, as instituições de crédito fundiário, seja a cultura moderna das zonas emilianas e lombardas, tudo isto constitui, de alguma maneira, o

⁴⁸ Gobetti, Piero. *IL liberalismo in Italia*. In: *La Rivoluzione Liberale*. Ano II, nº 14-15, maio, 1923. Arquivo do Instituto Gramsci.

⁴⁹ Idem. *Ibidem*.

aspecto conservador de uma prática liberal, como aquela formada especialmente de proprietários que tem interesse em fruir das liberdades tradicionais, sem ingerência governativa. Entretanto, estas forças se concebem firmemente fincadas na *eternidade dos próprios direitos*, advindos destas formas dominantes de propriedade”.⁵⁰

Importa salientar que Gobetti possuía uma concepção muito singular do liberalismo. Este não se resumia a um corpo de idéias e princípios abstratos, mas sim deveria constituir-se numa autêntica *experiência social e civil*. A ausência desta na vida italiana, no momento de seu *statebuilding*, configurou um *pecado original* difícil de ser reparado. Dentre os muitos problemas decorrentes desta *penumbra das origens*, para usar uma expressão de Paul Mantoux, o autor aponta a imaturidade política geral da sociedade italiana, com poder de atravessar todos os grupos sociais. Assim ele percebe o problema no caso dos trabalhadores do campo : “pelas mesmas condições de imaturidade política, o proletariado agrícola se encontra imerso na ‘espera messiânica’, por isso não podendo adaptar-se a uma prática liberal. Deste modo, inclina-se naturalmente aos ‘sonhos anárquicos’ e radicais, os quais pela sua indeterminação e vaguidão tem o mérito de conduzi-los pela primeira vez à vida social e de prepará-los indiretamente às lutas mais maduras”.⁵¹

A ausência do liberalismo como experiência cívica impediu que se plantasse no fundo do coração dos italianos o impulso profundo da reforma civil. Neste ponto emerge para Gobetti uma questão crucial : quais seriam os atores que ocupariam o *campo das reformas*. O autor reconhece que este seria seguramente preenchido pelos socialistas, pois, continua ele, “...o liberalismo não soube dar a palavra de ordem às forças novas, ...os industriais se transformaram em plutocracia, ...os operários encontraram no socialismo o símbolo revolucionário de sua liberdade e somente neste sentido tiveram no mundo moderno uma *função liberal*”.⁵²

A partir desse momento deve-se assinalar o uso por Gobetti da idéia de *função política* de um determinado corpo teórico. O exame gobettiano da história político-cultural

⁵⁰ Idem. Ibidem.

⁵¹ Idem. Ibidem.

⁵² Idem. Ibidem. Grifos meus.

italiana será muitas vezes balizado na apreensão da realização ou não dessas funções que as idéias cumprem no processo social e político.

“AUTOCRÍTICA” DO LIBERALISMO

Pode-se afirmar que Gobetti revela um senso histórico surpreendente quando registra a *insensibilidade* liberal diante da presença de novos atores sociais e políticos. Melhor dizendo, ele prevê uma espécie de falência precoce do liberalismo, como *razão e vontade emancipadoras*, caso este insistisse em ignorar que a nova cena histórica mundial impusera, talvez, a substituição dos agentes libertários. De certo modo, estas intuições a respeito daquilo que Gobetti chamou de *insuficiências práticas do liberalismo* compunham a atmosfera intelectual italiana. Refiro-me, por exemplo, a uma manifestação semelhante, contida em artigo do também liberal Guido de Ruggiero, que então escrevia na revista gobettiana. No artigo *Liberali e Laburisti*,⁵³ Ruggiero destaca a passagem do liberalismo clássico, sobretudo o manchesteriano que via nas reivindicações operárias uma ameaça à *liberdade da indústria*, para uma outra abordagem cujo expoente sem dúvida era Stuart Mill que, segundo Ruggiero, tentou capacitar o princípio do individualismo, tornando-o adequado à crescente complexidade das relações sociais. O autor avalia que sem a liberdade de associação operária “...os operários isolados e privados de meios para enfrentar os patrões, estão expropriados das condições elementares da liberdade; ...no novo liberalismo a liberdade está na fronteira da igualdade da democracia, mas não a mera igualdade formal diante da lei, e nem mesmo a igualdade dos comunistas, mas algo que se situe entre uma e outra e que no fundo conforme aquilo que os ingleses chamam de *equality of opportunity*”.⁵⁴ Entretanto Gobetti, que também se empenha em identificar os novos *sujeitos da liberdade*, para então empreender a tarefa de renovar o liberalismo, realiza neste momento, talvez, uma de suas formulações mais originais, afirmando : “O liberalismo não soube fazer as contas com o movimento operário, que se tornou o herdeiro natural da *função libertária*, exercitada até então pela burguesia. Além do mais, não

⁵³ Ruggiero, Guido de. *Liberali e laburisti*. In: *La Rivoluzione Liberale*. Ano III, nº 13-14, 25 de marzo-1 aprile/1924.

⁵⁴ Idem. *Ibidem*.

elaborou conceitos sobre os mais importantes fenômenos da vida política, a luta de classes e a formação histórica dos partidos”.⁵⁵ Deve-se sublinhar que no manifesto de sua revista Gobetti se referia ao movimento operário como *o primeiro movimento laico da Itália*, e por isto sua forte crença de que um *aggiornamento* liberal somente seria possível se o liberalismo encampasse as questões postas pelos trabalhadores. Gobetti entrevia aqui, mais precisamente no movimento operário de Turim, a possibilidade de emergência de uma nova e *mosqueana* classe política. Sobre suas relações com Mosca e sua teoria da mudança histórica, como esgotamento de funções ocorridas no interior dos grupos dirigentes, falaremos mais adiante.

Introduzindo a questão operária no coração do liberalismo, Gobetti inicia em solo italiano a tessitura de uma fecunda tradição : o permanente diálogo de um certo liberalismo com os socialistas e os comunistas. Num artigo de 1923 ele adianta essa *atitude político-intelectual*, que terá na política de esquerda italiana um luminoso destino. Neste momento afirma : “o socialismo é a mais ativa das idéias com a qual temos operado na realidade com impulso de autonomia; e também um dos maiores fatores de *liberdade e liberalismo no mundo moderno*”.⁵⁶ Nesse ponto deve-se destacar que a tradição liberal oriunda da vertente gobbetiana, havia dado passos decisivos em direção a sua particularidade; a de tornar-se uma referência teórica e política importante para os comunistas. De outra forma, não se pode deixar de registrar o imenso desafio político e de progresso civil postos pelo movimento socialista e comunista.

MOVIMENTO OPERÁRIO E TRADIÇÃO INTELECTUAL

Indiscutivelmente, a figura política e intelectual de Piero Gobetti sempre desconcertou a todos aqueles que pelas mais variadas razões se detiveram no exame da situação política e intelectual italiana do primeiro pós-guerra. O motivo mais intrigante desta perplexidade radica na natureza mesma do empenho gobettiano. Afinal, porque este jovem intelectual, amigo pessoal e colaborador intelectual do marxista Antônio Gramsci,

⁵⁵ Gobetti, Piero. *Il Liberalismo in Italia*. In: *La Rivoluzione Liberale*. Citado. Grifos meus.

⁵⁶ Gobetti, Piero. *Liberalismo e democrazia*. In: *La Rivoluzione Liberale*, janeiro de 1923, p. 3.

não segue o caminho mais natural dos jovens progressistas de então, que geralmente se dirigiam ao movimento socialista e comunista? Gobetti, ao contrário, dedicar-se-á à tarefa de redefinir os compromissos práticos do liberalismo. Ele quer desesperadamente salvá-lo da chamada *crise das formas puras*. Estas consubstanciavam-se na crise dos dois grandes movimentos do século XIX : o liberalismo e o socialismo. Ou seja, a crise patenteava-se nos impasses dos dois partidos tradicionais da Itália unificada, que pretendiam encarnar os grandes princípios surgidos no *Ottantanove* francês - a liberdade, a igualdade e aquele terceiro que emergiu de forma ainda mais incendiária, a fraternidade.

A trajetória de Gobetti tomará a direção de um progressivo distanciamento de uma definição próxima a um *nacional-liberalismo* (liberalismo conservador), por compreendê-la como portadora de fortes elementos anti-socialistas, além de comprometida com o catolicismo de tintas ultramontanas. Este liberalismo que se corporificou num Estado nacional frágil, porque refém de um sistema de alianças políticas preponderantemente conservadoras, não foi capaz de sustentar a grande tarefa histórica que havia se proposto, a de resolver o *problema da unidade*. Não bastasse isso, Gobetti dizia : “...o catolicismo assassinou a idéia liberal...”.⁵⁷ Neste sentido desenvolverá um esforço enorme para *conciliar o inconciliável*, buscando encontrar uma concepção de mundo unitária, tanto liberal como socialista; a equação teórico-política capaz de reunir o “conflito como princípio e a autonomia como valor”. Ele retira este norte do exemplo vivo da classe operária turinesa, que naqueles anos oferecia à sociedade italiana o grande espetáculo do desempenho de um papel social e político revolucionário, ou seja, simultaneamente autônomo, laico e civil.

É digno de nota a profunda impressão que o movimento operário turinês causa aos seus contemporâneos intelectuais progressistas italianos. É claro que os movimentos socialistas e comunistas mundiais exerciam naqueles anos, sobretudo depois da revolução russa de 1917 e da revolução alemã de 1918, uma atração semelhante àquela que *a lua exerce sobre as marés*. Neste sentido, a situação é análoga a da França dos anos trinta, descrita por Sartre, na qual o movimento operário, que o autor denominou de *realidade do marxismo*, impunha-se aos intelectuais não marxistas, transformando-os profundamente.

⁵⁷ Gobetti, Piero. *Manifesto de La Rivoluzione Liberale*. In: *La Rivoluzione Liberale*, fevereiro de 1922.

Assim dizia Sartre : “...o que começava a me transformar ... *era a realidade do marxismo*, a grave presença, no meu horizonte, das massas operárias, corpo enorme e sombrio que *vivia* o marxismo, que o *praticava*, e que exercia à distância, uma irresistível atração sobre os intelectuais...”⁵⁸ Esta poderosa força invadia e iluminava todos os espíritos que, sensíveis à injustiça, “estavam interessados nos homens reais com suas lutas, seus trabalhos e suas dores”.⁵⁹ Nesta medida, e ainda no plano analógico, permanecendo como referência a experiência narrada por Sartre, os intelectuais de classe média haviam sido educados no humanismo otimista burguês. Este, como recorda Sartre : “...despedaçava-se, já que divisávamos, em torno de nossa cidade, a multidão imensa ‘de sub-homens conscientes de sua sub-humanidade’...”⁶⁰

No caso de Gobetti, seu sincero compromisso com a luta operária e com a instauração na Itália de uma sociedade *liberal-socialista*, o impeliu a viver apaixonadamente a tensão dessa dupla exigência : permanecer liberal, mas infundindo no liberalismo os imperativos igualitários da tradição socialista. Certamente, isto o conduz à formulações absolutamente inusitadas, como por exemplo as suas avaliações da revolução russa, principalmente após efetuar leituras de Trotsky, no caso o pequeno volume *Dalla rivoluzione d'Ottobre al trattato di Brest-Litovsch*, publicado pela livraria do *Avanti*. Aqui ele está impressionado com as figuras de Lênin e de Trotsky, como fundadores de Estado, como encarnações de modernos príncipes. Então, afirma Gobetti : “A revolução russa não é somente um experimento socialista. Ali se estabelecem as bases de um Estado novo. Lênin e Trotsky não são somente os bolcheviques, são os homens de ação que despertaram um povo e estão recriando uma alma”⁶¹

Deve-se registrar, no entanto, que o autor foi um crítico contundente das *statizzazioni*, recorrendo aos mais puros cânones da crítica *liberista*. Sobre este ponto chegou a dizer : “O experimento marxista na Rússia está certamente falido; as velhas objeções da economia liberal estão mais firmes do que nunca contra todos os fautores das estatizações : o bolchevismo não é outra coisa que uma prova desta falência”⁶² Entretanto

⁵⁸ Sartre, Jean-Paul. *Questão de Método*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, pgs. 19-23.

⁵⁹ Idem. *Ibidem*, p. 21.

⁶⁰ Idem. *Ibidem*, p. 21.

⁶¹ Gobetti, Piero. *Scritti Politici*. (A cura de P. Spriano). Torino, Einaudi, 1969, p. 151.

⁶² Idem. *Ibidem*, p. 150.

Gobetti, ao que parece sempre a espreita de descobrir novas funções para os grupos históricos e muito impactado pelas experiências dos conselhos de fábrica de Turim, escreve dois artigos : “A Rússia dos Sovietes” e “Trotsky”, ambos de 1921, onde assevera que “a revolução russa, na sua íntima dialética, promovendo a constituição de uma democracia agrícola, derrubando a autocracia e o *mir*, criando um Estado no qual o povo tem fé, porque o sente como obra sua - é essencialmente uma afirmação do *liberalismo*”.⁶³ Em mais de uma ocasião encontram-se nos textos de Gobetti surpreendentes formulações como estas, analisando a revolução russa como cumpridora de *funções liberais*.

O entusiasmo gobettiano com a revolução russa tem uma de suas raízes certamente na sua visão um tanto jacobina, mas também naquela assentada solidamente no elitismo político italiano, principalmente de Mosca e Pareto, seus mestres e colaboradores na revista *La rivoluzione liberale*. Neste sentido, a revolução russa eleva ao poder não o povo indiferenciado, mas aquela sua parte que sente a *responsabilidade pública*. Ou seja, isto configura a revelação de um “fecundo princípio, no qual o liberalismo pode também constituir-se num modo de entender a história como resultado vivo e sempre imprevisível de eventos que transcendem os indivíduos singulares”.⁶⁴ Gobetti, como bom *elitista*, quer destacar o fato que mesmo nos empreendimentos históricos mais coletivistas salienta-se a questão da responsabilidade individual ou grupal pelos desfechos da história. Em outro momento, o autor saúda Lênin como *o maior mestre do liberalismo moderno*. Em 1924, por ocasião da morte do dirigente bolchevique, a saudação de Gobetti nas páginas de sua revista adquiriu mais uma vez um tom épico : “este homem de biblioteca e de teoria, de conspirações e de planos sociais, encontra-se há cinquenta anos com uma alma realista e certamente emprestará seu mito para defender seu povo de todos os perigos reacionários”.⁶⁵

Deve-se sublinhar o fato de Gobetti considerar os bolcheviques como um caso exemplar de classe dirigente, pois portavam vontade, *potenza d'azione* e heroísmo. “Com Lênin quer dizer que a história heróica continuará...”.⁶⁶ Evidentemente, percebe-se nestas avaliações os ecos do pensamento de George Sorel, de quem tomou de empréstimo o *fervor*

⁶³ Idem. *Ibidem*, p. 206. Grifos meus.

⁶⁴ Idem. *Ibidem*, p. 207.

⁶⁵ Idem. *Ibidem*, p. 271.

⁶⁶ Idem. *Ibidem*, p. 816.

moral. Sorel foi muito lido e muito influente na Itália daqueles anos, assim como a cultura italiana absorveu bastante um autor como Carlyle, no seu *Gli eroi e il culto degli eroi*.⁶⁷ De algum modo, pode-se dizer que um certo culto do heroísmo compunha o *pathos* intelectual mundial do tempo e, muito especialmente, a atmosfera cultural italiana, o que acabou tendo também consequências funestas sobre a vida civil. Recorde-se da apropriação que o fascismo procedeu sobre a questão do herói.

L'ORA DI MARX

Quando se invoca Gobetti e seu empenho político-intelectual em renovar o liberalismo italiano, faz-se necessário lembrar o pesado tributo que ele deve a um trabalho de muito maior fôlego teórico, ou seja, aquele realizado por Benedetto Croce. Este, ao distinguir radicalmente liberismo de liberalismo político, carregando este último de forte conteúdo ético e de compromisso profundo com justiça social, semeou em solo italiano a possibilidade de se tentar mais uma *fórmula política*, a do *liberal-socialismo*. Desde Mosca, na Itália, a referência à idéia de *fórmula política* constitui uma evocação teórica muito forte, porque portadora de conteúdos extremamente significativos. Retenha-se um : aquele que talvez Gobetti, como seu ex-aluno tenha pensado ao conceber *uma revolução liberal*. Por que não imaginá-la como *fórmula política*, num dos sentidos dados por Mosca, o do estabelecimento de "...laços comuns de sentimentos e de valores entre os governantes e os governados" ?⁶⁸

A ausência desta *legatura* foi sempre reclamada pelos intelectuais progressistas italianos, entre os quais um croceano de esquerda como nosso autor. Foram os sentimentos de graves lacunas históricas que animaram os intelectuais italianos a desejarem com paixão *prático-política* e, de diversas maneiras, a projetarem uma espécie de novo *risorgimento*, ou ao menos completar o ocorrido historicamente. Desse modo, um certo grau de *rivoluzione delle volontà* impelia os espíritos reformistas que podiam ser portadores de

⁶⁷ Cf. Santarelli, Enzo. *La revisione del marxismo in Italia*. Milano, Feltrinelli, 1964. Ver ,especialmente, Furiozzi, Gian Biagio. *Sorel e L'Italia*. Messina- Firenze, Casa Ed. G. D'Anna, 1975.

⁶⁸ Mosca, Gaetano. *Scritti Politici (Teorica dei governi-Elementi di scienza politica)*. Sob a direção de G. Sola, 2 vols., Utet, Turim, 1982.

uma *consciência desencantada, olímpica, ou dramática*, mas igualmente empenhada no *renovamento cívile* do país. Isto será vivido intensamente como missão intelectual e política de toda uma geração de intelectuais. Sabe-se que a ética missionária constituirá o núcleo forte do mazzinismo, donde ser também esta uma das marcantes heranças do sentido de missão que impulsionara a inteligência progressista do tempo. É este o *ethos* em que estava imerso um intelectual apaixonado como Gobetti. Por isto Norberto Bobbio argumentou que a revista gobettiana “*La rivoluzione liberale é uma fórmula política no sentido mosqueano...*, não do estado existente, mas de um somente imaginado. Não é um programa, nem menos uma teoria : exprime exigência de uma renovação profunda, ainda indistinta, mas inspiradora de homens e movimentos”.⁶⁹

De fato, o gobettismo fez escola na vida política e intelectual da sociedade italiana. De certo modo, sua fórmula política ressoa ainda hoje no âmbito da esquerda daquele país, expressando uma referência sempre invocada nos momentos críticos da vida política nacional.⁷⁰

Convém assinalar a origem teórica da fórmula gobettiana. Como foi dito acima, ela remonta à reelaboração do liberalismo efetuada por Benedetto Croce, que em seu livro *Ettica e Politica* afirmava : “O liberalismo não tem porque não se comprometer com uma progressiva humanização e ascensão digna da classe operária e dos trabalhadores da terra, aliás este constitui o seu objetivo. Não há ligação de plena solidariedade com o capitalismo e com o liberalismo econômico, o sistema de livre-concorrência. O liberalismo pode muito bem admitir *variados modos de ordenamento da propriedade e da riqueza*, com um único pacto - o de assegurar o incessante progresso do espírito humano. Que nenhum dos modos pré-escolhidos impeça a crítica do existente, a busca e a invenção do melhor, a realização do melhor. Que de nenhum destes modos se pense em fabricar o homem perfeito, o

⁶⁹ Bobbio, Norberto. *Profilo Ideologico del Novecento*. Milano, Garzanti Editore, 1992, p. 151. Grifos meus.

⁷⁰ Observe-se, por exemplo, os termos do documento apresentado pelo secretário-geral Massimo D'Alema, do ex-Partido Comunista Italiano, hoje Democráticos de Esquerda (DS), em maio de 1995, por ocasião do último congresso nacional do partido : “*Noi vogliamo che L'Italia abbia un futuro sicuro, e diventi un paese forte, civile, moderno. Per questo scegliamo di investire nella vera ricchezza della nazione: gli individui, le intelligenze, la creatività, il gusto per l'impresa l'etica pubblica. Non beni materiali, ma risorse fondamentali per l'avvenire. È questa la scelta di campo da realizzare. Da qui prende le mosse quella rivoluzione liberale di cui l'Italia ha bisogno: una rivoluzione capace di garantire quel quadro di riforme strutturali che possono liberare energie e modernizzare il paese. ...Questo chiede l'Italia di oggi*”. *Relazione di Massimo D'Alema. Un futuro Sicuro per L'Italia*. Roma, Consiglio Nazionale del PDS, maggio 1995.

autômato perfeito. Em nenhum deles se tolha ao homem a humana faculdade de errar e de pecar, sem a qual não se pode nem mesmo fazer o bem como cada qual o sente e sabe fazer”.⁷¹

Portanto, este não comprometimento de Croce com o liberalismo econômico duro, de matriz manchesteriana e depois teorizado de modo rígido por um Hayek, o conduziu a realizar a distinção, seminal para o liberal-socialismo italiano, entre liberismo e liberalismo : “Ao liberalismo econômico foi conferido o valor de lei social, de legítimo princípio econômico converteu-se em *ilegítima teoria ética, em uma moral hedonística e utilitária, a qual assume como critério de bem a máxima satisfação dos desejos enquanto tais. ...As ligações do liberismo com o utilitarismo ético são claras. ...O utilitarismo se esforçou para idealizar-se como uma geral harmonia cósmica, como lei da natureza ou da Divina Providência*”.⁷² Croce insistia que seu liberalismo superava uma teoria formal da política. E, em certo sentido, também aquela teoria formal da ética coincidia com uma *concepção total do mundo e da realidade*. Por isto reconhecia não o primado do *liberismo econômico*, que para ele consubstanciava uma moral utilitária, mas seu liberalismo era substancialmente um *liberalismo ético*, no qual antes de tudo “a liberdade tem como alvo promover a vida espiritual na sua inteireza e, portanto, converter-se em *vida moral*”.⁷³

Ainda por razões éticas, Croce reconhecia que o liberismo havia trazido progressos e benefícios à moderna *civiltà*, mas também pelas mesmas razões éticas, o liberismo devia ser rejeitado, pois em nome da liberdade ele impede a própria liberdade. Ou melhor, para salvar uma liberdade menor sacrificam-se as liberdades maiores, as mais elevadas. Assim Croce conclui afirmando : “...poder-se-á, com a mais sincera e viva consciência liberal, sustentar providências e ordenamentos que os teóricos de uma abstrata economia classificam como socialistas, e, com paradoxo de expressão, falar de *socialismo liberal*”.⁷⁴

Deve-se registrar o fato de que o marxismo percorreu na Itália um caminho muito especial, que certamente não poderei desenvolver nos limites deste ensaio. Entretanto,

⁷¹ Croce, Benedetto. *Ettica e Politica*. Bari, Laterza, 1931, p. 238, grifos meus.

⁷² Idem. *Ibidem*, pp. 264-265.

⁷³ Idem. *Ibidem*, p. 265. Grifos meus.

⁷⁴ Idem. *Ibidem*, p. 267. Grifos meus.

pode-se perceber no caso de Gobetti que ele teve acesso, pode-se assim dizer, a alguns rudimentos do pensamento de Marx. Deve-se salientar no autor, mais do que uma sólida formação teórica, uma impressionante intuição política e intelectual, talvez a *intuição fecunda do combatente*. Seu conhecimento de Marx é bastante tosco. Todavia, ele percebe bem a força revolucionária que advém daquele corpo de idéias. No artigo intitulado *L'ora di Marx* Gobetti diz : “Na Itália Marx foi posto de lado pela imaturidade do capitalismo e do proletariado. O giolitismo foi um mussolinismo antecipado, ...o fascismo quer condenar a Itália à minoridade política, ...é provável que o parênteses fascista não seja breve : mas será certamente em nome de Marx que a vanguarda operária e as elites intransigentes o sepultarão (o fascismo) juntamente com suas ilusões”.⁷⁵ Importante notar nesta passagem duas coisas : de um lado, a referência positiva à idéia de *elites intransigentes*; de outro, o fato histórico de a liderança da resistência anti-fascista ter sido efetivamente conduzida pelos comunistas. Foram eles que emergiram da *gélida noite fascista* como a estrela cadente, cuja luz alumiará intensamente o campo democrático-reformista da política italiana do segundo pós-guerra. Ou seja, de alguma maneira foi em nome de Marx que o fascismo foi derrotado.

As *virtudes proféticas* de Gobetti devem-se ao seu grande senso histórico e ao seu profundo *senso de destino*. Afinal, ele sempre esteve atento aos movimentos das grandes forças da história de seu país, e é por isto que compreende com bastante lucidez que o fascismo estava inscrito no destino da experiência italiana de modernização conservadora, marcada em grande parte pela vitória do projeto clerical, profundamente reacionário e anti-democrático. O desfecho conservador da revolução *risorgimentale* - a *revolução passiva* e o fenômeno político do *transformismo*, mais tarde tematizados e desenvolvidos conceitualmente por Gramsci nos *Quaderni del Carcere* - foi percebido por Gobetti como o desdobramento lógico daquela vitória. Isto, sem dúvida, constitui uma das razões porque ele chamou o *risorgimento italiano* de *rivoluzione senza eroe*. Neste sentido, seu senso histórico o conduziu a ver no fascismo nada mais do que o resultado da *biografia do país*. É necessário sempre sublinhar a importante influência do *realismo político* dos

⁷⁵ Gobetti, Piero. *L'ora di Marx*. In: *La Rivoluzione Liberale*. 15.abril.1924, Ano III, nº 6. Arquivo do Instituto Gramsci.

neo-maquavelianos - Mosca, Pareto, Michels - sobre a geração de Gobetti. Nesta direção, vale a pena recordar um clássico trabalho efetuado pelo historiador liberal-socialista Gaetano Salvemini.⁷⁶ Neste texto, o autor procede a um profundo mergulho na história do *risorgimento* italiano, reconstituindo seus principais contornos, mas sobretudo recompondo interpretativamente o papel dos seus principais protagonistas. Com isto o autor privilegia na análise o fato da revolução do *risorgimento* ter efetivamente modernizado economicamente a Itália, desenvolvendo as condições de infra-estrutura, como ferrovias, incremento industrial, forte urbanização, propiciando então as condições de nascimento de novos grupos sociais e, evidentemente, a emergência de novos atores políticos. Nesta medida, Salvemini põe o problema crucial : o *risorgimento* foi uma revolução democrática ? O autor não duvida do caráter vitorioso da revolução. Afinal, como bom mosqueano - aliás, Salvemini e Mosca eram grandes amigos pessoais e trocaram uma vasta e interessante correspondência -⁷⁷ ele a percebe como transformação da classe dirigente, configurando uma substancial mudança na sua relação com os antigos poderes públicos, sobretudo a burocracia e o clero.⁷⁸ Entretanto, a grande questão posta por Salvemini diz respeito ao fato de a *rivoluzione risorgimentale* ter se constituído como um processo social fortemente dualista. De um lado, desencadeou um notável incremento da modernização econômica. De outro, não conseguiu realizar na Itália a modernidade política da cidadania democrática. Neste sentido, a revolução em questão configurou-se numa *modernizzazione incompiuta e squilibrata*.

Salvemini observa, a este respeito, que não basta introduzir instituições liberais, como o parlamentarismo com sufrágio restrito, para se considerar um regime como democrático : “...parlamentarismo e democracia são usados como termos equivalentes. Se esquece, ou se quer esquecer : primeiro, um regime democrático é formado por todos os direitos de liberdade e não somente de instituições parlamentares; segundo, o regime parlamentar somente é democrático quando baseado no sufrágio universal”.⁷⁹ Ora, o que se

⁷⁶ Salvemini, Gaetano. *Fu l'Italia prefascista una democrazia?*. Roma, *Rivista IL Ponte*, 1954. Arquivo do Instituto Gramsci.

⁷⁷ Sobre isto ver: Mongardini, Carlo. *Sui Rapporti Fra Gaetano Mosca e Gaetano Salvemini (Con alcune lettere e un articolo inediti)*. In: *Storia e Politica* (Documenti). Roma, Anno XVII, Fasc.II, Giugno, 1978.

⁷⁸ Salvemini, Gaetano. *Fu l'Italia prefascista una democrazia?*. Citado, pp. 13 e segs.

⁷⁹ Salvemini, Gaetano. *Ibidem*, p. 15.

verificou depois da unificação foi uma redução dos corpos eleitorais, pois aumentaram-se as cláusulas de exclusão ao direito de voto. Repetiram-se as restrições liberais de sempre, ou seja, aquelas referentes às exigências de qualificação dos eleitores baseadas nas condições de propriedade, nível de renda e grau de escolaridade. Segundo Salvemini, a instituição de toda sorte de restrições aos direitos eleitorais do povo, assim como o uso de sistemas eleitorais reiterativos do poder dos grupos dominantes, comprometiam a *democraticità* do sistema político italiano. Tome-se apenas um exemplo : o papel político dos *prefetti*. Estes, no novo regime permaneceram herdeiros dos papéis arbitrários que exerciam nos velhos regimes despóticos, ou seja, “o prefeito (*Il prefetto*), agente permanente do governo central nas províncias, nomeado pelo ministro do interior, autorizado por lei a anular as decisões dos conselhos locais eletivos, tinha o poder de remover o *sindaco* e mandar comissários para administrar as comunas. Assim o *prefetto* se valia de sua autoridade para exercer influência nas eleições políticas”.⁸⁰

Salvemini aponta uma série de razões que não qualificam o regime político italiano pós-unificação como um regime político democrático. Entre elas, o autor destaca a natureza do sistema jurídico. Neste encarnavam-se graves limitações aos direitos civis dos cidadãos, em face da ambivalência e até da obscuridade das formas legais então vigentes. Pode-se demonstrar isto valendo-se de alguns exemplos recolhidos pelo próprio Salvemini. É o caso da lei que assegurava ao cidadão a inviolabilidade pessoal, mas somente para os *benestantes*. Mas se a pessoa em causa era um pobre diabo, e ainda um republicano, um mazziniano, um socialista ou um anarquista, a lei, como dizia o personagem Renzo no romance *Promessi Sposi*, de Manzoni, *a lei foi feita por eles*. Para as pessoas que reuniam algumas destas condições, a polícia tornava-se um perigo maior do que andar só, numa noite escura, num lugar isolado e repleto de *foras da lei*. Outro exemplo, este mais ostensivo do carácter ideológico da *ordem legal* : não havia leis que proibissem as greves, mas segundo o código penal existia o delito de excitação ao *ódio de classes*. Se poderia enumerar uma longa lista de violações das liberdades civis, permitidas e ocultadas pela própria legislação.

⁸⁰ Salvemini, Gaetano. *Ibidem*, p. 21. Grifos meus.

Enfim, reinava na sociedade italiana, com a força despótica dos costumes e hábitos, *a cultura do súdito e não a do cidadão, titular de direitos*. Isto se deve em grande parte ao enorme pânico que o desenvolvimento da política socialista no Norte causava às velhas e novas *forças da ordem*. Salvemini reconhece que são os socialistas que introduzem as práticas modernizantes, no sentido democrático, em solo italiano. Afinal, “o uso da compra de votos nas eleições foi muito comum até o fim do século XIX. Havia colégios em que este comércio se fazia à luz do sol, sob os olhos da polícia. (Também em Nova York em 1898 os votos se compravam publicamente por dez dólares cada um). Ao iniciar o último decênio do século XIX, quando a educação socialista chegou na Itália, é que esta prática começou a cessar”.⁸¹

Do mesmo modo, os socialistas iniciam *la novità radicale*, ou seja, a organização política da população do campo, que esteve sempre controlada pelo clero e submetida ao arbítrio dos proprietários territoriais : “O movimento de organização entre os operários industriais do Norte tornou-se especialmente forte no Piemonte e na Lombardia, assim como, as organizações camponesas da Emilia. Em 1912 todas as organizações operárias e camponesas contavam 860 mil sócios. A massa assalariada podia ser calculada em 8 milhões, entretanto somente um décimo desta massa estava organizada. Todavia, um décimo constituía um percentual respeitável mesmo fora da Itália. O Sul, também nisto estava atrás do Norte. Dos 800 mil adeptos da Confederação do Trabalho (*Confederazione del Lavoro*) três quartos se encontravam no Norte. A obra educativa dos socialistas italianos havia sido precedida pelo trabalho dos mazzinianos e anarquistas. Mas os socialistas obtiveram resultados muito mais vastos”.⁸² Importa assinalar que o coração da novidade pulsava com mais ardor no campo, porque dos 800 mil trabalhadores organizados, 350 mil eram rurais. “A situação do campo havia começado a mudar nos últimos vinte anos do século XIX : os socialistas haviam semeado em terreno inerte, mas agora começavam a recolher os frutos de seu trabalho”.⁸³

É importante lembrar as condições da Itália anteriores à unificação. Seu processo de *statebuilding* realizou-se no bojo de importantes transformações econômicas burguesas,

⁸¹ Idem. Ibidem, p. 173.

⁸² Salvemini, Gaetano. Ibidem, p. 173.

⁸³ Idem. Ibidem, p. 173.

tanto internas quanto ao nível do capitalismo mundial. Este exigia novos ordenamentos político-jurídicos das sociedades nacionais, principalmente a regulação estatal da economia. Não era mais possível compatibilizar os novos padrões de acumulação de capital requeridos pela reorganização monopolista do capitalismo internacional com sociedades, como a italiana, que ainda conservavam importantes e decisivos mecanismos econômicos centrados nos mercados regionais. Ou seja, a criação de um organismo unitário - o Estado nacional - configurava-se como um imperativo político dos novos tempos. Impunha-se como exigência de realização dos interesses burgueses italianos o alargamento dos mercados regionais e sua mutação em um efetivo mercado nacional. Estas exigências constituem as razões fundamentais dos interesses políticos da burguesia italiana no *Risorgimento*.

É notável a aceleração econômica da Itália após a realização da unidade política. Veja-se a avaliação deste aspecto nas considerações de um autor que escreveu um livro clássico sobre o desenvolvimento capitalista italiano, Emilio Sereni : “Assim o processo de formação de um mercado nacional, que estava longe de estar concluído em 1870, sofreu no novo Estado Unitário uma indubitável aceleração, pois deixou de estar abandonado aos impulsos elementares das forças econômicas. Isto porque estas se tornaram objeto de uma *política*, na qual as novas classes dominantes se empenharam conscientemente, valendo-se do poder estatal recentemente conquistado. ...Enfim, é neste período que a criação de um mercado interno para a grande indústria propicia as condições de desenvolvimento do capitalismo industrial; que conduzirá o proletariado à ribalta da história italiana, com isto modificando profundamente as relações de classe tradicionais, pois aquele imprimirá fortemente sua marca nos posteriores desdobramentos do processo histórico”.⁸⁴

Nota-se bem que o Estado-Nação italiano nasceu intervencionista, regulando decisivamente as forças econômicas, sobretudo através das políticas tarifárias, não só unificando-as, mas praticando, energicamente, protecionismo tarifário para as indústrias da chamada *Itália superior*. Neste sentido, um liberal como Gobetti percebe com perplexidade que o liberalismo cavouriano, vencedor no *Risorgimento*, privilegiava despudoradamente alguns interesses, e que para isto realizara alianças e efetuara pactos com as antigas classes

⁸⁴ Sereni, Emilio. *Il Capitalismo Nelle Campagne*. Torino, Piccola Biblioteca Einaudi, 1947, pp. 3, 4 e segs.

dirigentes, às quais não interessava minimamente seguir a prescrição kantiana de *retirar os homens do estado de menoridade mental*.

GIOLITTISMO E ANTE-SALA DO FASCISMO

A chamada *era giolittiana*, que possuía toda a engrenagem institucional de um regime político liberal, através da absorção pelo novo Estado e seu ordenamento jurídico dos velhos e despóticos costumes eleitorais, permaneceu controlando e coagindo a grande massa rural, que então constituía a maioria da população da Itália. E aqui mais uma vez pode-se valer da análise de Salvemini sobre o brutal controle eleitoral que o regime de Giolitti exerceu no Sul da Itália, em especial no *Mezzogiorno*. Sabe-se o quanto o atraso moral e político desta região foram *funcionais* ao esquema de dominação política e econômica do industrializado Norte italiano. A equação *o atraso político controla o avanço econômico* ou a metáfora do *oriente dominando o ocidente*, conformou uma das mais originais reflexões de Gramsci, porque totalmente anti-mecanicista e anti-economicista, expressa no seminal texto sobre a questão meridional. Contudo, concedamos a palavra a Salvemini : “Giolitti não inventou os costumes eleitorais da Itália meridional. ...Todavia, aproveitou-se (deles) com frio método, com total ausência de escrúpulos e com profundo desprezo àqueles que se prestavam ao seu jogo. A este ponto não havia chegado nenhum de seus predecessores. Depois dele (Giolitti), no *Mezzogiorno* e em toda Itália, aqueles métodos somente foram superados pelos plebiscitos totalitários do período fascista”.⁸⁵

Deve-se assinalar que Salvemini reconhece que este legado foi deixado por Cavour. Aliás, o artífice da unificação não incluiu no seu projeto de modernização da Itália a modernidade da democracia. “Cavour deixou atrás de si muitos corcundas” (*Cavour lasciò dietro a sé molti gobbi*).⁸⁶ Ele, tanto quanto Bismarck, deixou atrás de si, cumprida a tarefa da consecução da unidade político-administrativa, - e parafraseando Max Weber na famosa análise sobre o parlamentarismo na Alemanha unificada -, uma *nação politicamente impotente*. Pode-se dizer que o destino dos *statebuilding* tardios, procedidos

⁸⁵ Salvemini, Gaetano. *Fu l'Italia prefascista una democrazia?*. Citado, p. 284.

⁸⁶ Idem. *Ibidem*, p. 285.

por acordos *pelo alto*, à moda da *via prussiana*, foi o engendramento de *nazioni di gobbi*, ou, na franqueza cínica de Giolitti : “Encontrei um corcunda, e não podia vesti-lo senão como corcunda” (*Trovai un gobbo, e non potevo vestirlo altrimenti che da gobbo*).⁸⁷

Em resumo, Salvemini conclui que o período giolittiano havia se caracterizado, em termos político-institucionais, por ser um regime de parlamentarismo liberal, mas nada democrático. As ausências na Itália de uma verdadeira experiência democrática e de uma real renovação civil, pavimentaram a estrada para o fascismo. No fundo destas carências, Salvemini encontrava “uma fraca consciência jurídica e moral nos governantes e governados”.⁸⁸

Convém lembrar que Mosca havia sublinhado a necessidade que toda classe política tem de “justificar a posse do poder não apenas enquanto posse, mas também de fornecer-lhe uma base moral e legal..., assim como é necessário (fundar o poder) em *grandes superstições*. ...Uma ilusão geral constitui uma força social, que serve potentemente para cimentar a unidade e a organização política de um povo, como de uma inteira civilização”.⁸⁹ É interessante notar que os temas mosqueanos aparecerão abordados de vários modos na tradição liberal-socialista italiana, como também na comunista. Não se pode negligenciar o fato de que Mosca foi professor em Turim de toda a geração de Gobetti, que também incluía Gramsci e Togliatti. Este último, como se sabe, secretário-geral do poderoso Partido Comunista Italiano tornou-se no pós-guerra, talvez, um dos mais influentes políticos da Europa.⁹⁰

No presente trabalho foram feitas algumas referências à importante influência exercida por Mosca, sobretudo em Salvemini, mas nota-se com muita nitidez a sombra de Mosca nas formulações gobettianas sobre diversas questões. Lembre-se do tema da natureza da classe política, ou melhor, daquilo que poder-se-ia chamar de *principio analítico do elitismo*, ou seja, a formulação da distinção entre governantes e governados como o verdadeiro motor da mudança histórica. Esta virtualidade dependerá da capacidade, ou não, da classe política renovar um determinado organismo político-social. Entretanto,

⁸⁷ Citado por Salvemini, G. *Ibidem*, p. 285.

⁸⁸ Salvemini, G. *Ibidem*, p. 23.

⁸⁹ Mosca, Gaetano. *Scritti Politici (Teorica dei Governi-Elementidi Scienza Politica)*. Torino, Unione Tipografico-Editrice, volume secondo, p. 633.

⁹⁰ Cf. Bocca, Giorgio. *Palmiro Togliatti*. Roma, Editrice L' Unità , 1992.

esta possibilidade será efetiva na razão direta em que seja capaz “de impor-se à sociedade conquistando a atitude de governar, se além do poder econômico ela adquirir um outro requisito, sem o qual no século presente não se pode governar : *o saber*”.⁹¹

Gobetti esteve sempre muito preocupado com esta questão na medida que a *regeneração moral da Itália* deveria passar necessariamente pela generalização da educação laica e civil, donde o papel importante reservado aos intelectuais. Não se pode esquecer que, segundo ele, o protagonista decisivo daquele *impegno civile* só poderia encarnar-se naquele novo grupo social, o proletariado turinês que se constituíra no mais autêntico herdeiro das *funções liberais de renovação civil*.

Vale a pena expor neste ponto a posição de Gobetti, em cuja formulação patenteia-se, mais uma vez nitidamente, a presença de Mosca. Trata-se do tema relativo à questão da função das minorias organizadas no processo histórico-político. No artigo da revista *La rivoluzione Liberale*, de título *I Torti della Teoria Liberale* (Os Equívocos da Teoria Liberal), Gobetti afirma : “A doutrina da *classe politica*, cuidadosamente elaborada por Gaetano Mosca e Wilfredo Pareto, poderia iluminar melhor os significados da luta no campo social se estivesse mais conectada com as condições da vida pública e com os contrastes históricos existentes entre os seus vários setores. O conceito de uma *elite* que se impõe, explorando uma rede de interesses e condições psicológicas gerais contra velhos dirigentes que esgotaram suas funções, é claramente liberal”.

“O processo de gênese das elites é claramente democrático : o povo, aliás, nas suas várias classes, oferece nas aristocracias que o representam a medida de sua força e originalidade. O Estado que daí resulta não é tirânico, pois contribuíram para sua fundação os esforços livres de cidadãos livres, metamorfoseados na ocasião em combatentes. O regime parlamentar que leva em conta esta lei histórica de sucessão dos setores e das minorias dominantes poderá converter-se no melhor dos instrumentos para a exploração de todas as energias participantes na medida em que se pautará pela escolha dos mais aptos”.⁹²

Percebe-se claramente a concepção de Gobetti de luta de classes como campo de formação de novas elites e, porque não, sua concepção de *sentido da história*.

⁹¹ Mosca, G. *Scritti Politici*. Op. cit., p. 362. Grifos meus.

⁹² Gobetti, Piero. *Scritti Politici*. Op. cit., pp. 955-960.

Evidentemente é possível então depreender-se que para o jovem e revolucionário liberal tornava-se perfeitamente factível construir teoricamente e realizar praticamente uma nova fórmula política, o liberal-socialismo, juntando nesta equação os mais elevados princípios existentes nas duas tradições. A Itália dispunha do elemento mais importante : a presença na cena política, ocupando o papel principal, de um novo ator histórico, a classe operária de Turim, portando virtualidade de nova classe dirigente. O destino havia posto em suas mãos a edificação da modernidade laica e civil do país. Seria ela a mais legítima herdeira da realização das tarefas não cumpridas da *revolução passiva* italiana, preenchendo então aquela lacuna histórica, necessária para a conclusão da revolução nacional, e fazendo do movimento revolucionário, enfim, *una rivoluzione con eroi*.

ELITISMO MOSQUEANO, LIBERALISMO CROCEANO E GRAMSCI

São por demais conhecidas as reflexões de Gramsci sobre a função dos intelectuais nas questões de direção e governo dos grupos sociais na sociedade civil e política.⁹³ Também não é possível passar despercebida ao pesquisador da história do liberal-socialismo e do comunismo italianos a força de dois grandes intelectuais : Croce e Mosca. Até hoje a filosofia política ou a sociologia política italianas prestam sistematicamente contas a estas duas referências teóricas. As questões postas por Mosca relativas aos fenômenos políticos, como a análise da *estrutura de fato do poder* nas diferentes sociedades humanas ou do *realismo político*, comparecem sempre como uma espécie de ponto de fuga em torno do qual se articula a reflexão teórica e a prática política.

Outro aspecto notável consiste na apropriação da categoria de *classe política*. Esta última compõe o léxico político de referência obrigatória em qualquer ponto do espectro teórico italiano.⁹⁴ Isto se estende também, e em grande medida ainda nos dias de hoje, aos editoriais dos principais jornais políticos do país. No caso de Croce, a magnitude da

⁹³ Sobre a relação de Gramsci com Mosca existe uma razoável bibliografia na Itália e nos Estados Unidos. Aqui esta se seguindo o ensaio de Maurice Finocchiaro, *Gramsci e Gaetano Mosca*. In: *Gramsci e L'Italia*. Napoli, Edizione La Città Del Sole, 1994.

⁹⁴ Cf. Ajello, Nello. *Intelletuali e P.C.I.* Bari, Laterza, 1979.

influência é impressionante, como também em relação aos liberais como o jovem Gobetti, que nos anos vinte pretendia refundar o liberalismo na Itália fundindo-o com o socialismo e a democracia, e que não se cansava de dizer : “Aceitei sempre de Croce a realização da filosofia na História...”⁹⁵

A influência croceana também se faz presente nos anos trinta, por ocasião da retomada deste debate, sobretudo com Guido Calogero e Aldo Capitini, onde Calogero *racconta* o débito de sua geração intelectual para com Croce.⁹⁶

No caso de um marxista como Gramsci torna-se quase desnecessário apontar na sua obra a forte presença de Croce. Não são poucos os autores que sustentam a tese segundo a qual, na verdade em pontos importantes, os *Quaderni del Carcere* constituíram um longo diálogo à distância com Benedetto Croce. Ora, na Itália pode-se falar da cidade de Nápoles como “a capital daquela cultura croceana que havia dominado a formação mental de muitos italianos, tanto daqueles de alto nível intelectual, como os portadores de uma mediana e corrente instrução escolar”.⁹⁷

O croceanismo na Itália, evidentemente muito tematizado pelos intelectuais das mais diversas tendências teóricas, ocupou por muito tempo o centro do debate intelectual, porque germinaram de suas formulações as mais diferentes reflexões filosóficas, sociológicas e politológicas, também saindo deste movimento de idéias o impulso apaixonado pela ação política reformista.

Em suma, não cabe na intenção e nos limites deste trabalho proceder à uma avaliação mais longa sobre a importância de Croce na cultura italiana. Todavia, torna-se imperativo pelo menos assinalar sua enorme influência e talvez sua decisiva responsabilidade teórica pelos rumos que tomaram o liberalismo, a tradição socialista e a comunista na Itália. De um modo geral, as fórmulas políticas elaboradas naquele país, neste século XX, mesmo no caso do marxismo italiano que tem na figura de Gramsci seu ponto culminante, tornam-se ininteligíveis se retiradas do referencial croceano, sem dúvida implicando substancialmente suas redefinições do liberalismo.

⁹⁵ Gobetti, Piero. *I miei conti con l'idealismo attuale*. In: *La rivoluzione Liberale*, anno II, 18.01.1923.

⁹⁶ Calogero, Guido. *Ricordi del Movimento Liberalsocialista*. In: Calogero, G. *Difesa del Liberalsocialismo*. Roma, Roma-Atlântica, 1945, pp. 191-193.

⁹⁷ Cf. Ajello, Nello. Op. cit., p. 3.

Entretanto, é bom que se diga algo sobre o papel do *idealismo filosófico* na cultura italiana. Remo Cantoni escreveu um longo artigo,⁹⁸ onde refletiu sobre as características da história intelectual do país. O autor chama a atenção para a *função revolucionária* cumprida pelo idealismo, considerando que de fato tratou-se de “uma filosofia que realizou uma profunda ruptura com a tradição acadêmica e confessional do pensamento italiano, pondo-se em uma corajosa polêmica contra as filosofias de fundo teológico e moralista. De fato seu radical historicismo e imanentismo, significou uma defesa vigorosa do princípio da laicidade e da mundanidade. ...Não por acaso, o idealismo batizou-se a si mesmo como *religião da liberdade, ou religião laica*”.⁹⁹

Porém, Cantoni destaca a profunda ambiguidade política e teórica que atravessou o idealismo italiano. Na verdade, o autor sublinha que as raízes dos *paradoxos do idealismo italiano* residem no fato de que “...na pessoa dos seus mais conspícuos representantes, o idealismo foi sempre proclamado como a filosofia do progresso e da liberdade, contudo o fato ineliminável é que ele expressava ideologicamente *uma civilização liberal*, tremendamente avessa à idéia de uma revolução socialista, que considerava um salto no escuro”.¹⁰⁰

Todavia, esta tradição filosófica se autorepresentava como crítica do mundo burguês, assim como se pensava portadora da expressão de um mundo novo e dinâmico. Pensando nas posições político-práticas assumidas por Gentile e Croce, que como é sabido aderiram ao fascismo, Cantoni presume que na raiz daquela adesão está o fato de “...o fascismo ter se apresentado como anti-burguês e revolucionário”.¹⁰¹ Pelo menos no caso de Gentile torna-se difícil sustentar esta tese, pois o filósofo abraçou o projeto fascista com todas as suas violações dos direitos de liberdade dos cidadãos, até o fim do regime, quando então foi morto por membros da resistência anti-fascista.

Em resumo, o idealismo filosófico na Itália, como realizador de rupturas com as formas tradicionais de pensamento, encarnou-se no século XX, fundamentalmente, na figura de Croce. Pode-se dizer que poucas sociedades como a italiana conheceram numa

⁹⁸ Cantoni, Remo. *La Dittatura dell' idealismo*. In: *IL Politecnico (Rivista de Cultura Contemporanea*, dirigida pelo importante escritor e romancista Elio Vittorini), nº 37, ottobre, 1947.

⁹⁹ Cantoni, Remo. *Ibidem*, p. 3. Grifos meus.

¹⁰⁰ Idem. *Ibidem*, p. 4. Grifos meus.

¹⁰¹ Idem. *Ibidem*, pp. 4 e 5.

personalidade filosófica tanta força de mudança e inovação teórico-política. Croce, na Itália, demarcou fronteiras e, principalmente, conformou a *scelta di campo*.¹⁰² Ao fim e ao cabo, o idealismo historicista croceano cumpriu de fato, na Itália, aquilo que o filósofo Remo Bodei definiu como o papel de *mobilizador das consciências*.¹⁰³

Importa assinalar, retornando a Gobetti, que suas intuições apontaram que o liberalismo estaria condenado a se tornar um *pensamento vazio* (*pensiero vuoto*) se não recebesse da tradição socialista o sopro de vida que vinha do seu enraizamento nas forças vivas da história e na sua *potenza d'azione*, configurando no período histórico em questão uma espécie de *impulso ético irresistível* aos jovens liberais impregnados de *senso de destino*.

Finalmente, torna-se imperioso recordar que a perspectiva teórica que acreditava ser o socialismo uma espécie de *face verdadeira e necessária* ou a realização superior do liberalismo, povoou fortemente os espíritos do tempo, chegando a fornecer elementos importantes de fundação de certa tradição de pensamento que conheceu diversos e interessantes desdobramentos políticos e teóricos, nas diferentes sociedades nacionais. Lembre-se apenas do exemplo do importante intelectual social-democrata alemão E. Bernstein, para o qual, "...o liberalismo, como grande movimento histórico que foi, gerou o socialismo como seu herdeiro legítimo, não só na sequência cronológica, mas também nas suas qualidades espirituais...".¹⁰⁴

Impõe-se evidenciar que o problema teórico-político central deste debate, que se trava em torno da proposta da dupla refundação tanto do liberalismo como do socialismo, é a *questão democrática*. Os termos desse problema receberão várias conotações, entre as quais, a de incluí-la como componente decisivo da construção da nacionalidade.

O legado de Gobetti para o encaminhamento dessas questões reside na sua firme convicção sobre a necessidade de jamais romper o nexos entre cultura e política, assim como lutar sempre pelo *bom governo*, vinculado sempre à uma profunda exigência de moralidade, antes de todo e qualquer compromisso político ou partidário. Em assim sendo,

¹⁰² Esta expressão, *scelta di campo*, na linguagem da cultura política italiana é carregada de sentido. Portanto é muito difícil traduzir plenamente o *sentido moral* que recobre esta expressão.

¹⁰³ Bodei, Remo. *Estratégias de Individuação*. In: *Revista Presença*, Rio, nº 8, setembro de 1986, p. 126.

¹⁰⁴ Bernstein, Eduard. *O Socialismo Evolucionário*. Rio, Zahar Ed., 1964, p. 122.

sua visão de apelar sempre por uma *nova Itália* se articula com outro imperativo : o de possuir agudamente o “sentido de uma história perenemente incompleta”.¹⁰⁵ Todavia, esta problemática e suas articulações com o liberal-socialismo permanecem como temas a serem melhor esclarecidos. De qualquer maneira o desafio gobettiano foi lançado. Suas debilidades, suas ambivalências na compreensão das grandes questões, as vezes sua ingenuidade teórica em relação ao próprio liberalismo, não conseguiram empalidecer suas profundas *virtudes proféticas*. Os tempos em que viveu sua breve vida foram marcados ferreamente como tempos em que a experiência do fascismo armava a potência e a vontade dos novos profetas, talvez aqueles que vislumbraram a indispensabilidade da democracia para qualquer novo ordenamento social, para qualquer *utopia distributivista*. Nesta direção vão as palavras de Pietro Scoppolla : “A democracia é possível porque os homens são capazes do bem, mas é necessária porque os homens são capazes do mal”.

¹⁰⁵ Cf. Spadolini, Giovanni. *Gobetti: Un'Eredità*. Firenze, Passigli Editori, 1986.

III. LIBERAL-SOCIALISMO : PROBLEMAS DE CONCEITUAÇÃO (Emergência do movimento liberal- socialista nos anos trinta)

O liberal-socialismo italiano nasce dentro de uma universidade, a tradicional *Scuola Normale Superiore di Pisa*. O ambiente intelectual era dominado pelo *filósofo do fascismo* Giovanni Gentile, auto-declarado liberal, influente, dotado de forte personalidade filosófica e que permaneceu diretor da escola até o fim do regime, abraçando completamente o projeto fascista como ministro de Mussolini.

Em 1933 Gentile, como membro do governo, está entre os organizadores de uma massiva campanha de atração de adeptos ao partido fascista, tendo em vista cooptar principalmente professores, jornalistas e intelectuais em geral. Os integrados teriam que portar a carteira do partido, a famosa *tessera fascista*. Evidentemente, a campanha não supunha o direito de escolha dos convidados, pelo contrário, a cooptação exigia a integração *daqueles que querem servir verdadeiramente a nação*. Foram pouquíssimos intelectuais que recusaram o impositivo convite, a estes foi reservada a penalidade de serem sumariamente demitidos dos respectivos empregos públicos. Foi exatamente este o caso de Aldo Capitini, aluno de Gentile e secretário da famosa escola, que foi friamente demitido pelo mestre. Nesta mesma escola ensinava Guido Calogero, então jovem professor de filosofia antiga e muito influenciado pelo gentilismo, ao ponto de ter manifestado uma certa identificação com o regime mussoliniano durante os primeiros anos deste. A retórica fascista, fortemente centrada na consolidação da nacionalidade,

apregoando justiça social e reforço da Itália como *nação proletária*, diante dos países ricos e burgueses dispostos a esmagá-la, animou muitos espíritos sensíveis e ainda muito tocados pela falência do Estado liberal italiano no encaminhamento das questões sociais.

Desse modo, o gentilismo, fazendo da *teoria do Estado ético* o princípio de legitimação filosófica e política do regime, confundiu muitas *belas almas*. Além disto, o isolamento intelectual da Itália era muito grande, o país, mesmo depois da unificação e de ter-se tornado um Estado-nação, sempre esteve fortemente submetido à censura teológico-clerical, que possuía *forum* de direito público. Neste caso, a ascensão do fascismo apenas reforçou este lado da tragédia e do destino italiano.

No ambiente da *normale*, como de resto nas escolas italianas, a cultura e a informação eram fascistas : “...os livros de texto, sobre os quais havíamos estudado, eram na sua maioria fascistizantes; no melhor dos casos eram neutros, mas nunca claramente antifascistas. Os jornais que líamos eram jornais do ‘Regime’ e por muitos anos não tínhamos nenhuma idéia de que pudessem ser de outro tipo”.¹⁰⁶

Nesta atmosfera de grande fechamento e obscurantismo cultural nasce o liberal-socialismo. Paradoxalmente, ao mesmo tempo que o ar respirado na *normale* estava impregnado de gentilismo, foi ali, e talvez até por isto, que se constituiu um dos maiores centros de proposição e debate liberal-socialista da Itália. Nos primeiros momentos de sua formulação, seu primeiro profeta foi a figura de intelectual católico, teórico italiano e pacifista, influenciado por Gandhi, o normalista Aldo Capitini, que todavia não será o autor das formulações intelectuais mais refinadas do movimento. Estas, como pretendo demonstrar mais adiante, foram obra de Guido Calogero.

Aldo Capitini, sem dúvida o primeiro inspirador do movimento, foi condenado pela sua coragem de desafiar e enfrentar Gentile a passar longos anos escondido no sótão do Palácio Comunal da cidade de Perugia, na Umbria, ajudando o pai na função de responsável pelo ribombar dos sinos do campanário. Para viver dava aulas particulares de latim, grego e filosofia. Neste ofício, aproveitou para propagandear as idéias liberais-

¹⁰⁶ Calogero, G. *Ricordi del movimento liberalsocialista*. In: Calogero, G. *Difesa del Liberalsocialismo*. Roma, Atlantica, 1945, p. 192.

socialistas, sempre marcado por um forte *pathos* ético e moral, perpassado pelo pacifismo de matriz gandhiana. Capitini considerava a eliminação dos adversários pela violência um meio enganoso de livrar-se do problema encarnado por eles. Além do problema estritamente moral sempre envolvido no assassinato de uma pessoa, se acrescia o da eficácia política de longo termo, ou seja, “(...) estes fatos tem o poder de inebriar..., no entanto resta observar se não surgirão depois mais cinquenta no lugar daquele que matei”.¹⁰⁷

Deve ser lembrado que Capitini, em sua vida ascética de pregador anti-fascista, realizava sua tarefa em anos duros como o de 1936, depois da forte consolidação do regime no plano interno em virtude da sua vitória no plano internacional (guerra da África). Este fato deu ao regime uma grande legitimidade, pois tornou possível transferir para suas aventuras externas a ilusão de que os seus interesses (os do regime) coincidiam com os de toda a nação, arrastando neste gigantesco processo de mistificação não só os simples, o povo, mas também as forças que encarnavam a velha mentalidade da Itália liberal e democrática. O ponto de honra mais explorado pelo regime dizia respeito à necessidade que se apresenta aos cidadãos de cessarem suas contendas internas para estenderem as mãos em um abraço patriótico ao governo que está encarregado da gloriosa missão de ampliar, se possível, o solo pátrio, com suas antigas e profundas virtudes, a todos os lugares do vasto mundo. Seria a realização sem mais da *volontà di potenza* que havia feito a glória dos romanos. Enfim, o Império havia sido recriado. Quem poderia opor-se a isto? Talvez somente aqueles que não eram capazes de compreender a racionalidade providencial dos fatos da história.

No seio desta tempestade de demagogia barata e exploração das feridas nacionais, levada a cabo pelo regime, Capitini, tal qual um herético medieval, prosseguia em sua prédica publicando seu *Elementi di un'esperienza religiosa*, onde enfatizava sua contínua intenção de crítica ético-política ao fascismo, clamando por oposição ao então *status quo*. Foram estas as suas palavras: “A intervenção (nos fatos) é um dever de cada um, para tanto se deve começar mesmo estando só..., o fogo é sempre aceso em algum ponto”.¹⁰⁸ Ele

¹⁰⁷ Citado por Calogero, G. *Un Educatore Politico: Aldo Capitini*. Roma, Giornale Mercurio, giugno 1945, Arquivo Lelio Basso.

¹⁰⁸ Citado por Calogero, G. *Ibidem*, pp. 114-115.

acreditava plenamente que era possível *vacinar as consciências* contra as exaltações fascistas da violência e da guerra. Segundo Calogero, que com ele dividiu as primeiras formulações do liberal-socialismo, a organização de encontros clandestinos para o debate dos problemas da nova utopia e também as celas das prisões fascistas, poder-se-ia pensar que a pregação de Capitini em meio a tanta violência era inócua e estéril. Ledo engano. Os jovens encaminhados por ele a adquirir um grande *senso moral da política* tornaram-se mais tarde excelentes *partigiani*.¹⁰⁹

Importa ressaltar ainda que a experiência fascista punha mais uma vez em destaque algo intuído agudamente nos anos vinte pelo jovem liberal Piero Gobetti, ou seja, o liberalismo clássico, liberístico e conservador, havia demonstrado sua total incapacidade de defender os valores da liberdade. Por seu turno, o socialismo existente, o soviético, apresentava traços autoritários dolorosamente desconcertantes. Os espíritos generosos viam-se perdidos, órfãos. As esperanças de fundação de uma outra civilização mais voltada aos valores perenes da igualdade, da liberdade e da dignidade, como princípios constitutivos da convivência civil entre os homens, haviam perdido qualquer sentido nos tempos que corriam. Mais uma vez era preciso *acordar os mortos para consultá-los sobre as perspectivas do futuro*. No caso dos círculos liberais de esquerda italianos, tratava-se de retomar as críticas de Gobetti às *insuficiências do liberalismo*. Para Capitini, a questão central era *superar a unilateralidade do liberalismo e do socialismo*. A vontade de descobrir uma outra *fórmula ético-política* estava na raiz do grande desejo de Capitini de novamente “...*inflamar as almas para certos valores, dissipando certos mitos e fazer compreender a possibilidade geral de vida e convivência*”.¹¹⁰

A síntese dos direitos de liberdade com a justiça socialista compunham então os novos desejos, as novas fantasias libertárias daqueles homens que viviam clandestinamente e que se encontravam para debater em igrejas e *solitários lugares no campo*, enfim em todos os lugares possíveis de evitar suspeitas à polícia fascista.

A fase de formação do liberal socialismo foi marcada por uma intensa polêmica ideológica e programática. “Então nos encontrávamos com jovens e com homens de todas

¹⁰⁹ Cf. Calogero, G. *Ibidem*, p. 117.

¹¹⁰ Citado por Calogero, G. *Ibidem*, p. 121.

as correntes, ou de nenhuma corrente, porque não estava ainda claro para eles mesmos qual era a orientação de seu antifascismo. Muitos desses tomaram o seu caminho, muitos permaneceram entre nós. ...Para recordar o ambiente romano, não houve figura de destaque na jovem geração anti-fascista que não tenha participado de algumas daquelas discussões clandestinas. Do liberal mais puro ao comunista mais ortodoxo, do cristão social à futura esquerda cristã, muitos entre os melhores quadros se recordarão de haver passado por ali”.¹¹¹

Um forte sentimento comum capaz de gerar uma grande solidariedade de interesses unia todos na busca de caminhos novos. Aquele sentimento nascera da profunda rejeição da *solução corporativa* fascista, bem como das *soluções liberistas* da reforma liberal. Ou seja, a distinção croceana entre liberismo e liberalismo político preparara o terreno problemático para a futura tentativa de síntese entre os direitos de liberdade da tradição liberal, que haviam animados os homens nos últimos duzentos anos a lutar contra todos os absolutismos, e a tão velha quanto fundamental sede de igualdade social que recebera tantas e diversas nomeações, mas cujo conteúdo real exigia a redistribuição da riqueza, cara à tradição socialista.

A INFLUÊNCIA DE CROCE

A solução corporativa apontada pelo fascismo como modo de superar as insuficiências sociais do liberalismo foi logo percebida por alguns espíritos como enganosa, na própria medida em que a cada dia se tornava mais claro que o projeto fascista, para se realizar, necessitava esmagar plenamente as liberdades civis e políticas, condenando a cidadania duramente despertada na Itália pelo movimento anarquista, socialista e republicano-mazzinista a permanecer mais uma vez imersa na escuridão da vida de súditos de uma nova tirania.

A questão que mobilizava profundamente aqueles homens jovens, empenhados e animados por fortes paixões civis, era a de procurar, dentro do isolamento brutal que o fascismo havia jogado a Itália, o modo mais orgânico de juntar socialismo e liberalismo. É

¹¹¹ Calogero, G. *Ricordi del movimento liberalsocialista*. In: Calogero, G. Op. cit., pp. 197 e segs.

verdade que o movimento *Giustizia e Libertà*, organizado em Paris pelo exilado italiano e autor do panfleto *Socialismo liberale*, Carlo Rosselli, havia feito esta primeira tentativa; no entanto o trabalho não havia circulado na Itália em virtude da censura fascista.

Deste modo, a influência maior, a referência intelectual decisiva que continuava a inflamar os jovens era Benedetto Croce. Será dele mais uma vez, a inspiração fundadora. Croce tinha para aqueles jovens uma importância determinante. Pode-se dizer que poucas vezes na história das idéias, uma personalidade filosófica exerceu tanta influência sobre os seus contemporâneos como Benedetto Croce, na Itália. A este respeito, ouçamos o depoimento de Calogero : “...houve todo um período em que Croce foi o *livre de chevet*, a leitura secreta da melhor juventude italiana. Aquele fascínio que em outros tempos podia ter um romance proibido, tinham então os pesadíssimos volumes laterzianos”.¹¹² Por sua própria conta, muitos professores faziam o que podiam para reforçar nos jovens o gosto por tais leituras.

Chegamos a um paradoxo : naquela que devia ser a cidadela (*roccaforte*) do espírito gentiliano, *La Scuola Normale Superiore di Pisa*, permanecia o estudo intenso e difuso de Croce, que Gentile não teve coragem de proibir, mas também não o permitindo claramente. Utilizou-se então de um recurso : o de cortar a um professor as aulas de *Esercitazione di storia della filosofia* e fazê-lo substituir o título por *Esercitazione di storia di filosofia antica*. Isto tudo para tentar impedi-lo de desenvolver lições sobre os textos croceanos.

À mente destes jovens, Croce abria o mundo da liberdade : “...havam apreendido dele a discernir na força do espírito o motor de toda a história e de toda a ascensão civil, ...havam apreendido dele a amar a liberdade não como egoístico direito de privilégio, mas como dever de lutar por uma mais vasta liberação dos homens de qualquer força de servidão”.¹¹³

Guido Calogero relata que a inspiração croceana punha diante dos olhos de todos a necessidade do retorno às liberdades políticas da democracia, para o cumprimento da tarefa ética de elevação da liberdade como valor absoluto da *vida moral*. No entanto,

¹¹² Referência à casa que sempre editou a maioria das obras de Benedetto Croce, a Editora Laterza.

¹¹³ Calogero, G. *Ricordi del movimento liberalsocialista*. In: Calogero, G. Op. cit., p. 194.

aqueles jovens sentiam que o dever de resgatar nos homens a dignidade perdida exigia uma radical síntese de liberalismo e socialismo. “Foi (isto) que determinou a gênese da concepção liberal-socialista e do movimento advindo desta. Não recordo se o nome específico de ‘liberal-socialismo’ foi pela primeira vez usado por Capitini, ou por mim, ou por outros, ou ainda, que tivesse sido já empregado nos círculos de *Giustizia e Libertà*”.¹¹⁴

A vontade de intervir no mundo, corrigindo aquilo que em alguns círculos eram considerados erros teóricos do marxismo e em outros como erros políticos dos bolcheviques, impeliu muitos jovens italianos a desejar que o socialismo como ideal ético fosse buscado dentro dos cânones croceanos de um forte liberalismo ético. É bom que se recorde mais uma vez que as formulações rossellianas de 1929, nos moldes de socialismo liberal, não circulavam na Itália, conhecia-se “...apenas magras notícias, clandestinas, e o reencontro com aquela tradição já gloriosa constituía motivo de confiança e orgulho. ...No entanto, naquele tempo, Croce e os croceanos mais ortodoxos falavam do socialismo liberal de Rosselli com um certo desprezo crítico, afinal se tratava de uma híbrida confusão de conceitos, portanto defender este ponto de vista era motivo de má fama”.¹¹⁵

É verdade que muitos destes intelectuais, preocupados em não macular seu rigor conceitual, acabaram nas fileiras do *Partito d’Azione*, juntando-se aos socialistas de Pietro Nenni e aos comunistas de Togliatti e Terracini, e não no partido liberal de Croce, para lutar contra o nazi-fascismo.

LIBERAL-SOCIALISMO E A RESISTÊNCIA

Guido Calogero, nas suas recordações, mais de uma vez enfatiza a necessidade que todos sentiam de debater à exaustão para clarear as idéias : “...o movimento liberal-socialista absorve assim a tarefa de esclarecimento e de aprofundamento ideológico-político, que teve a sua validação histórica na progressiva orientação das ‘melhores mentalidades políticas italianas’ e do seu espontâneo encontro sobre o mesmo terreno problemático. Preferíamos falar de liberal-socialismo que de socialismo-liberal, para

¹¹⁴ Calogero, G. *Ibidem*, p. 194.

¹¹⁵ Calogero, G. *Ibidem*, p. 195.

sublinhar também nos termos o fato que a nova síntese representava o reconhecimento da complementaridade indissolúvel de dois aspectos da mesma idéia. ...Nem o liberalismo era substantivo, nem o socialismo era adjetivo, mas um *substantivo único...* designando assim um único e novo conceito. Todavia, esta era ainda terminologia, e podia se tornar veleidade. Ocorria-nos verdadeiramente provar e especificar concretamente, a unidade e a coerência da nova idéia. ...Por isto a fase de formação do liberal-socialismo foi marcada por intensas discussões ideológicas e programáticas”.¹¹⁶

Assim foi que se chegou à necessidade de se elaborar um manifesto que definisse o programa do movimento. O primeiro esboço programático foi redigido em Roma por Tommaso Fiore, o qual era bem mais velho que os demais participantes. Estiveram juntos nesta empreitada desde jovens juristas como Piero Calamandrei a Carlo Raghianti, docente universitário de história da arte. Em 21 de abril de 1940 vem à tona o primeiro manifesto redigido por Calogero, mas reelaborado durante o verão daquele ano por Capitini, Federico Comandini e Mario Delle Piane e tantos outros. Inicialmente circulou em toda a Itália com o nome de Calogero como seu quase único autor, até que acabou se dispersando por ocasião de uma perseguição policial. Mais tarde, devido a forte atividade publicística clandestina do movimento, tornou-se possível a fusão, no início de 1943, com os adeptos de *Giustizia e Libertà* e com outras correntes antifascistas, todas juntas vindo a constituir o *Partito d'Azione*, que de fato vem ao mundo em 1943, mas sem a participação do pacifista Aldo Capitini que sempre discordou que o liberal-socialismo se tornasse um partido político.

EMPENHO RADICAL

Deste momento em diante os chamados *azionistas* se engajam na luta *partigiana*, deixando de lado a característica mais forte do movimento liberal-socialista, o de ser fundamentalmente um movimento de opinião e de idéias, cuja prática mais comum havia sido a do debate para *clarear as idéias*. Nesta condição o movimento expandiu-se por toda

¹¹⁶ Calogero, G. *Ibidem*, p. 196.

a Itália : “...não havia região, e em certas regiões não havia cidade de alguma importância, na qual o movimento não possuísse o seu centro”.¹¹⁷

Para reforçar estas lembranças de Calogero, junte-se as lembranças de Aldo Capitini sobre a importância da cidade de Florença na formação da corrente liberal-socialista. Importa lembrar a solidez das tradições republicanas seculares de Florença, que constituíram um solo fértil para a germinação e difusão de princípios políticos fortemente carregados de valores cívicos.

De um modo geral, o republicanismo mazziniano implantou-se bem nos círculos culturais tradicionalmente existentes na cidade. Mais tarde, fixaram-se em Florença com muito dinamismo os círculos culturais socialistas, que, como se sabe, remontam aos inícios do movimento socialista na Europa. Por exemplo, foi nesta cidade, frequentando um destes círculos, então fundado pelo conhecido historiador socialista italiano Gaetano Salvemini, que Carlo Rosselli, autor do famoso panfleto *Socialismo Liberale*, realizou parte importante de sua formação política. Isto para não falar da importância de Florença na luta *partigiana*.

Capitini recorda a importância decisiva de Florença para a constituição do movimento liberal-socialista em 1937 : “Lugar facilmente acessível para quem vinha de Pisa e Perugia, nos havia servido muito nos anos precedentes pela realização de numerosos debates e seminários que se faziam em casa de amigos, como : Emanuele Farneti, hoje liberal, Cesare Luporini, hoje comunista, Guido Calogero, Enzo Enriques Agnoletti e Tristano Codignola, hoje do partido da ação, eu, Walter Binni, Bruno Enei”.

“A entonação geral era claramente anti-fascista, embora existissem ali contribuições de diversos matizes,... Mas isto não nos fazia pensar em divergências profundas; no conjunto estávamos de acordo sobre pontos fundamentais, que eram ao menos três : primeiro, a exigência de uma renovação profunda que atingisse o fascismo não sobre seus detalhes, mas o subvertesse por uma força íntima, que antes de ser política, fosse moral. Para alguns estes impulsos poderiam ser oriundos de motivos até religiosos, mas de uma religiosidade moderna. ...O segundo ponto era a exigência de liberdade; o terceiro a exigência social, ou seja, a socialista. ...Nosso plano continha estas diretrizes : não haver

¹¹⁷ Calogero, G. *Ricordi del movimento liberalsocialista*. Op. cit., p. 199.

contato com o exterior, para não sermos descobertos e para não recebermos ordens que podiam resultar abstratas, não fazer por ora nenhum gesto ou tentativa externa, que revelasse o movimento antes que tivesse atingido as principais cidades. Dirigir-nos especialmente aos jovens, para retirá-los da corrupção que operava Bottai, mais astuto que e mais ágil que o próprio Mussolini. Constituir em cada cidade um grupo que entrasse em contato com todas as forças antifascistas e formassem um comitê. Quanto à ideologia que todos elaborávamos com diversas contribuições e igual tensão, era a liberal-socialista, isto é, a superação da antítese pré-fascista entre as duas correntes políticas. A liberdade devia ser concreta, dinâmica, de modo a resolver os problemas circunstantes, que para a Itália não se tratava só de restituir a liberdade jurídica e política, mas a de estabelecer uma justiça social para todos, que conduzisse as multidões italianas a um efetivo exercício da liberdade. O socialismo depurado dos danos centralizadores e ditatoriais se aprofundava e se reencontrava a si mesmo como elemento de liberdade. ...Saíram textos datilografados e livros inspirados nestas idéias. O movimento era nacional; e Florença ponto constante de reencontro. Foi normal, direi, que em 1942 a prisão de muitos liberais-socialistas tivesse ocorrida em Florença. ...É de Florença que partiu a moção que colocou em primeiro plano, no interior do partido da ação, a caracterização liberal-socialista”.¹¹⁸

A GUERRA E A LUTA *PARTIGIANA*

A ação política efetiva vem pouco a pouco se impondo a eles, como produto inexorável das circunstâncias. Antes da guerra envolver todos, quem queria combater e agir verdadeiramente ia fazê-lo na Espanha. Porém, o rumo da história italiana tornou imperativa a escolha pela ação. Franco Fortini expressa bem esta situação, afirmando : “Não fui eu a empenhar-me na guerra e na política, mas foi a guerra que me empenhou”.¹¹⁹

A luta para fundar outra *civiltà* trouxe, como exigências profundas da liberdade e do socialismo, o *engâgement* total daqueles intelectuais nas lutas da resistência. A força das circunstâncias não permitiu mais que intelectuais apenas realizassem o seu principal

¹¹⁸ Capitini, A. In: *Giornale 'Non Mollare'*, nº 46, (nova série, anno II, nº 9), 2 de março de 1946, Arquivo Lelio Basso, Roma.

¹¹⁹ Citado por R. Doni. *A.A.V.V. La generazione degli anni difficili*. Bari, Laterza, 1962, p. 129.

ofício, o de produzir, debater e esclarecer idéias. A guerra tornou-se a etapa definitiva de um processo em curso, que começou no momento do *front populaire* ou da *guerra civil espanhola*. Ela mudou destinos pessoais, redefiniu tendências políticas e intelectuais, conformando a situação dramática absoluta na qual todos gemem e todos ouvem os gemidos. O envolvimento político torna-se a sina de tudo e de todos. Nesta direção pode-se tomar o depoimento de Carlo Cassola : “A maior parte de meus coetâneos chegaram à política pela literatura e pela filosofia, ao anti-fascismo pelo fascismo de esquerda, ao comunismo ou ao liberal-socialismo pelo liberalismo croceano”.¹²⁰ A liberdade mudava de sentido, ser livre significava substantivamente lutar com armas para sê-lo. Entretanto, a dureza da guerra havia na sua paradoxal loucura legado àqueles homens o tesouro de que falou o poeta francês e membro da resistência, René Char, aquele da comunhão de esperanças, gerado pelo fato de juntos terem sido *visitados por uma visão de liberdade*. Sobre isto diz o poeta: “A cada refeição que fazemos juntos, a liberdade é convidada a sentar-se. A cadeira permanece vazia, mas o lugar está posto”.¹²¹

O envolvimento com a resistência passou a configurar o sentido mais profundo dos imperativos éticos daqueles intelectuais como *sujeitos morais*. Estes momentos heróicos e luminosos que podem suceder na vida dos homens, tirando-os da *opacidade triste* da vida comum, se configuram, parafraseando Hannah Arendt, quando eles assumem sobre os seus próprios ombros a iniciativa de construção do espaço público onde a liberdade pode aparecer.¹²²

Em junho de 1943 foi preso na cidade de Bari o velho grupo de liberais-socialistas, Calogero entre eles e também Guido de Ruggiero, autor do clássico *O Liberalismo Europeu*. Saíram da prisão somente depois da queda do fascismo.

ELITISMO E COMPROMISSO MORAL

Em todas as suas recordações Calogero opera com os pressupostos analíticos da teoria das elites. Ele não esconde sua crença que os homens que se envolveram na

¹²⁰ Citado por Ajello, Nello. *Intelletuali e P.C.I. - 1944/1958*. Bari, Laterza, 1979, p. 9.

¹²¹ Citado por Arendt, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. S. Paulo, Editora Perspectiva, 1972, p. 30.

¹²² Idem. *Ibidem*, p. 30.

formulação liberal-socialista, e depois na luta anti-fascista, estavam entre os melhores - as *melhores mentalidades políticas da Itália*. Em geral, poucos compreenderam que fascismo e nazismo deviam perder a guerra, para que não se perdessem a Itália e o mundo.

Em nenhum momento de suas lembranças Calogero relata qualquer preocupação do movimento em se encarnar em algum ator político concreto. Sem dúvida, o liberal-socialismo configura uma *utopia distributivista*, só que desprovida de uma teoria da constituição de sujeitos políticos para realizá-la. Os melhores, os espíritos generosos se apresentam naturalmente para as grandes tarefas da luta pela liberdade. Ancorado na perspectiva *elitista*, Calogero julga o sentido e os impulsos volitivos dos participantes : “Quem participava do movimento não pedia nada ao presente, como também não esperava nada do futuro. Isto determinava uma seleção severa e estabelecia a qualidade dos homens. Não se combatia por objetivos imediatos, se combatia por uma nova moralidade e por uma nova civilização. ...Não se confundiam os problemas técnicos com os problemas ideais, se sabia bem que o tecnicismo sem ideais é tão ruinoso quanto o idealismo sem técnica. Sem dúvida, procurava-se estar atento para não ‘tropeçar nas pedras’, mas nem por isto se renunciava a olhar longe”.¹²³

Guido Calogero não esconde sua crença de que os homens que se envolveram na formulação liberal-socialista e depois na luta anti-fascista estavam entre os melhores. Enquanto aos *migliori* cabem a missão de fundar um novo corpo político, as minorias que o próprio corpo social produz incessantemente nascem e crescem marcadas pelo destino. Este será sempre o de indicar às multidões a *direção justa* do processo histórico, ou ao menos o de fornecer-lhes, como advertira Gaetano Mosca, as *bases morais* de um determinado projeto de renovação. Em outra chave interpretativa como a de Gramsci, também fortemente radicada nos princípios analíticos de *tipo moscheano*, tratava-se ainda da construção de intelectuais orgânicos cuja missão ético-política era a de elaborar os *cimentos ideológicos* indispensáveis à criação de um novo Príncipe, cuja *virtù e fortuna* deveriam estar ao lado das forças da renovação moral e política necessárias à superação das enormes e profundas chagas nascidas do modo como se realizou o *statebuilding italiano*.

¹²³ Calogero, G. *Ricordi del movimento liberalsocialista*. Op. cit., p. 201.

Evidentemente, não se pode desconhecer as enormes e profundas diferenças existentes entre as formulações calogérianas e as de um marxista como Gramsci. Apenas creio ser necessário assinalar, por uma questão histórico-metodológica inerente à perspectiva teórica que embasa minha narrativa, o fato de certas idéias e de certos modos de articulá-las constituírem um repertório comum à reflexão de uma época.

No caso do liberal-socialismo, não se pode deixar de registrar o intenso *pathos ético* que informa as suas propostas. Este *pathos* também estava presente no chamado socialismo kantiano, que foi bastante forte e influente na Alemanha. Exemplo disto são as formulações de Eduard Bernstein, no seu livro *Socialismo Evolucionário*, onde não é estranha a combinação entre liberalismo e socialismo. Aliás, este último é concebido como filho legítimo da maturação do liberalismo.

No caso da Áustria, o chamado austro-marxismo dos Adler e Otto Bauer, também continha muita influência kantiana.¹²⁴

É bom lembrar que os intelectuais alemães dos anos vinte refletiram longamente sobre a crise do liberalismo e a necessidade de superar teoricamente seus postulados. Afinal, os impasses da República de Weimar patentearam vários problemas que a tradição liberal não foi capaz de equacionar. Por tudo isto, o corpo teórico do liberalismo esteve entre as duas guerras submetido a um fogo cruzado de polêmicas e lutas ideológicas que tinham como objetivo mínimo uma grande renovação dos seus cânones. Certamente, a grande renovação do liberalismo político veio de Max Weber. Novamente ele recolocou os termos da especificidade da *vocação política*. No entanto, a avaliação mais precisa da empresa weberiana quanto a este ponto não é cabível nos limites deste ensaio. A menção a ela foi feita apenas para indicar a extensão de um problema que atinge todo o arco de tempo que foi referido acima.

De maneiras distintas, é claro, se pode dizer que o elemento comum tanto ao liberal-socialismo italiano como ao socialismo austríaco, de forte influência kantiana e que inspira e realiza a incrível experiência da *Viena Rossa* (1919-1934), era a questão da justiça

¹²⁴ Sobre isto ver Marramao, Giacomo. *Austro-Marxismo e Socialismo di Sinistra fra le due guerre*. Milano, La Pietra, 1977.

distributiva. Esta experiência foi tão marcante que certa vez Karl Polany, em 1944, disse ter se tratado de *um dos maiores triunfos da cultura ocidental*. Portanto, a afinidade entre os projetos consubstanciou-se no fato de que ambas as formulações, nas suas realizações práticas e estratégias políticas, privilegiaram a efetivação da justiça distributiva no interior de uma sociedade democrática. Ou seja, se faz digno notar que a democracia político-parlamentar e mais os institutos jurídicos de proteção às liberdades civis e políticas, juntamente com a justiça distributiva, constituíssem o conteúdo da proposta social democrática tanto dos marxistas austríacos como dos liberais-socialistas italianos. O tema unificante destas propostas, oriundas de bases teóricas diversas, foi a luta por um socialismo democrático. Isto se torna mais claro na emergência daquilo que se convencionou chamar nos círculos sociais-democráticos austríacos de *mudanças de função da democracia*.¹²⁵ Em outras palavras, o advento do fascismo e a dificuldade de suspensão do *estado de exceção* na União Soviética colocaram, ao menos como problema, a necessidade da democracia como *forma política mais favorável à luta entre os trabalhadores e o capital*.

Não se pode juntar, sem mais, liberais-socialistas italianos e sociais-democratas austríacos. Apenas gostaria de assinalar o fato de que, de modos distintos e por razões específicas a cada realidade nacional, a demanda por democracia no *ocidente* configurou uma exigência comum de várias *utopias distributivistas* da época. A revolução russa não deixara de apaixonar e fascinar os revolucionários de todos os recantos do mundo; todavia, suas dificuldades em instaurar um Estado de Direito democrático começam a assustar alguns daqueles que aspiravam mudar os destinos do mundo. Otto Bauer foi explícito a este respeito postulando uma relação nova entre o movimento operário, a política e as instituições, fazendo então da democracia uma batalha dos trabalhadores. Isto sem perder de vista os critérios analíticos marxistas das relações entre as classes como ponto de partida para a análise das formas políticas.¹²⁶ Lembro ainda, em traços muito sumários, que a teoria baueriana do *Estado Popular* se constitui, como se sabe, em uma crítica contundente aos limites da democracia parlamentar liberal. Todavia, propõe uma síntese e

¹²⁵ Cf. Marramao, G. *Ibidem*, pp. 100 e segs.

¹²⁶ Cf. Bauer, Otto. *Bolchevismo ou Social-Democracia?*. In: Marramao, G. *Ibidem*, pp. 143-256.

interpenetração recíproca entre *a democracia política e a democracia industrial* : “Uma consistiria na organização democrática do estado e das suas articulações institucionais, ‘conhecendo somente o cidadão genérico’, que esta organiza como eleitor em distritos territoriais. ...A outra, constituída do tecido das grandes organizações sindicais, associações de consumo operárias..., organiza os homens segundo seu lugar e função no processo produtivo..., democracia nos lugares de trabalho e nas associações cooperativas...”. Para Bauer este dualismo deve ser superado através de uma combinação de *democracia política e democracia funcional*.¹²⁷

Outra prova eloquente deste estado de espírito, que se estende ao longo dos anos trinta, está posta também nas reflexões heréticas de um marxista como Gramsci em relação aos postulados da segunda e da terceira internacionais. Sua insistência, ao longo dos *Quaderni*, na necessidade de revisão dos métodos bolcheviques, daquele *modo imperativo de fazer política*, além dos seus recorrentes receios de instauração de um *governo de funcionários* na União Soviética, constituem um forte exemplo de que suas reflexões se encaminhariam no sentido de projetar uma revolução socialista na Itália com características diversas da ocorrida na Rússia. Pode-se dizer, no mínimo, que é muito difícil imaginar a construção da hegemonia, como princípio articulador de uma nova modalidade de convivência cívica, de forma carente dos institutos do Estado de Direito. A combinação entre força e consenso na relação entre governantes e governados indica exatamente a magnitude das relações de força existentes na sociedade. Exatamente por isto parece impensável uma hegemonia como momento consensual, sem a presença de fortes garantias jurídicas e institucionais para consagrar as conquistas democráticas.

Em virtude disto tudo, torna-se possível afirmar que o tema unificador destes projetos que se forjaram ao mesmo tempo no influxo da revolução russa e, às vezes, contra sua dramática marcha, supunha o reconhecimento de que a questão democrática demandava uma problematização mais elaborada do que a repetição, desprovida de senso histórico, de que a democracia constituía uma forma política congelada, ligada de uma vez por todas aos mesmos e imutáveis mecanismos de dominação social.

¹²⁷ Cf. Marramao, G. *Ibidem*, pp. 78-79. Grifos meus.

A possibilidade subversiva da democracia, assim como sua radicalização, será um dos temas mais presentes da reflexão e do debate político das várias forças envolvidas nas resistências ao nazi-fascismo. Sem dúvida, nisto se incluíram também os liberais-socialistas italianos, portadores de um dos projetos de democracia radical dentre os elaborados no período entre-guerras.

A comparação entre ambos os projetos só pode ser invocada para ilustrar as marcas de uma época. Por exemplo, o debate sobre a relação democracia e Estado revolucionário foi muito intensa nos anos vinte entre os chamados austro-marxistas. Com isto quero enfatizar a relevância que a questão democrática, vista de diversos modos, assumiu nos decênios de vinte e trinta no debate europeu.

Note-se que, enquanto os intelectuais liberais-socialistas italianos elaboravam em grande isolamento suas utopias sob o fascismo, os seus executores permaneciam sem clara nomeação, obscuros. A pergunta ainda hoje é pertinente : Quem seriam os sujeitos da clamada transformação? A elite intelectual, que se fizera como *minoría organizada*? Pelo contrário, a democratização radical ocorrida no experimento vienense encarnou-se fortemente em atores políticos muito concretos : grandes sindicatos operários, organizações de mulheres trabalhadoras de fábricas, artesãos e vários outros representantes de grupos sociais. De fato, a experiência contou com o apoio e participação de setores sociais, genericamente situados em uma posição de subalternidade social, conduzidos e dirigidos por um grande partido de massas, cuja capacidade organizativa é ainda hoje motivo de admiração. Isto para não falar da capilaridade com que a social-democracia austríaca levou a cabo seu trabalho de organização de redes associativas para a administração de seu *socialismo municipal*. Outro fator relevante no caso de Viena, que explica muito daquela extraordinária aventura democrática, foi a alta qualidade teórica e ética dos seus dirigentes políticos. A questão da ética política como problema de ética pública e civil esteve muito fortemente presente no discurso e na prática dos socialistas austríacos.¹²⁸

É fato que o trágico modo como se destruiu em 1934 o experimento vienense, no

¹²⁸ Sobre isto ver: Colotti, Enzo. *Il caso della Viena Rossa*. In: *L'Internazionale Operaia e Socialista tra le due guerre*. Annali Feltrinelli, 1983-1984. Milano, Ed. Feltrinelli, 1985, pp. 431-475.

emblemático massacre por forças militares de mulheres, crianças e operários, que de armas em punho defenderam suas conquistas, principalmente nas barricadas da famosa e simbólica rua Karl Marx-Hof, permitiu ainda por muito tempo, em alguns círculos, a desqualificação da democratização radical. A derrota da *Viena Rossa* se apresentava então como a prova cabal do destino inexorável daqueles que se entregam à prática das *ilusões democráticas*. Naturalmente houve ilusões políticas. Friedrich Adler, um dos principais dirigentes do partido, chegou a falar em *fetichismo democratista*. No entanto não se pode deixar de registrar o alto grau de consenso ativo conseguido pelos sociais democratas austríacos, para realizar seu programa de reforma social dentro de mecanismos e procedimentos democráticos.¹²⁹

O PRIMEIRO MANIFESTO LIBERAL-SOCIALISTA

Em 1940 é elaborado, na forma de um documento de 12 pontos, o manifesto liberal-socialista. Em virtude da censura fascista o manifesto sai com o nome de *Notas sobre o conceito de Estado*, circulando clandestinamente. O texto acentua a proposta de se criar uma corrente política e programática que objetive reunir em uma fórmula fundamentalmente ética a liberdade política e a justiça social. Os termos são os seguintes : “O fundamento do liberal-socialismo está na concepção da substancial unidade e identidade da razão ideal, que rege e justifica tanto o socialismo na sua exigência de justiça quanto o liberalismo na sua exigência de liberdade”.¹³⁰

A junção de ambos os princípios se faz dentro de uma abordagem fortemente moral e ética : “No âmbito desta universal aspiração ética, liberalismo e socialismo se distinguem somente como especificações concomitantes e complementares. Uma das quais mira à justa medida de certas liberdades, e a outra visa igualmente à justa medida de outras certas liberdades”.¹³¹

¹²⁹ Sobre esta questão a polémica desdobrou-se em várias direções, como no caso do debate entre Otto Bauer e Hans Kelsen sobre a problemática do Estado no socialismo. Ver ainda: Marramao, G. Op. cit., pp. 66-77.

¹³⁰ *I Manifesto liberalsocialista-1940*. In: Calogero, G. *Difesa del liberalsocialismo*. Op. cit., p. 202.

¹³¹ Idem. *Ibidem*.

A concepção socialista é aqui pensada como possuidora de uma forte *consciência moral*, implantada profundamente como princípio normativo na consciência dos homens : “o ideal é aquele cristão e *mazziniano* da justiça e da igualdade, portanto necessita suscitar na própria alma o gosto do trabalho e da produção, quanto o de reprimir aquele do ganho e da posse em medida danosa à média comum. Quer, como consequência, que cada um seja compensado com a riqueza produzida em medida compatível ao seu efetivo trabalho...”¹³²

O modo muito próprio de prescrever a máxima *a cada um segundo a sua capacidade* aqui está ligada a uma visão claramente mazziniana. Isto demonstra que a formulação calogeriana se move em um terreno eminentemente moral, que certamente não conhecia qualquer crítica ao trabalho dos homens como forma de alienação. O forte liberalismo ético que estava na base possuía a força de transformar a questão do trabalho em apenas um problema de *medida justa de trabalho*, ou melhor, de legitimar a riqueza desde que esta seja fruto da *real atividade e fadiga do empresário ou do dirigente*. O significado destas *cautelas* se enraíza na visão que possuíam do marxismo. Este representava, na prova da história, *coletivismo arbitrário e estatismo ditatorial*. O determinismo econômico, apresentado sem mais como marxismo, era a moeda corrente difundida pela III Internacional. Será a grande empresa de Gramsci tentar pensar, a partir de Marx, o lugar *justo* da política e das idéias na vida dos homens na história.

No manifesto é ainda bastante acentuada a dimensão do liberalismo que aceita a igualdade dos homens como sujeitos de direitos dentro de um quadro de “...estabilidade das leis e dos direitos sem distinção de religião, raça, casta, censo, partido; assim como postula a certa, imparcial e independente administração da justiça...”¹³³

Ainda uma vez a questão do estado de direito será postulada. Esta aparecerá principalmente nos escritos de autoria de Guido Calogero. O normativismo insistente nesta questão deita suas raízes não só na formação filosófica dos autores, mas sobretudo na vivência da brutalidade do estado fascista. Por tudo isto, Calogero reafirmará sempre a prioridade das garantias liberais, consagradas na necessidade de que “...toda a norma

¹³² Idem. Ibidem. Grifos meus.

¹³³ *I Manifesto liberalsocialista-1940*. In: Calogero, G. *Difesa del Liberalsocialismo*. Op. cit., p. 203.

jurídica derive da vontade dos cidadãos e que seja expressa segundo o princípio da maioria...»¹³⁴

Importa recordar que o projeto liberal-socialista, seguindo fielmente o caráter republicano da tradição mazziniana, propunha instaurar pela educação pública e universal, garantida pelo Estado, *o senso do interesse coletivo*.

O socialismo é entendido como fundação libertária radicada nas mais profundas aspirações morais dos homens : justiça social com amplas liberdades. Aqui ele é antes de tudo um ideal ético, pelo qual se luta e se dedica a vida. O sentido do que seria uma economia socialista nunca será tematizado rigorosamente por estes homens. O máximo a que chegaram neste ponto foi intuir o sentido geral de formação de vasto setor público na economia. O ponto nevrálgico do movimento será sempre de caráter ético-político. Rosselli prestou mais atenção nas questões econômicas, e deixou mais claro que seu socialismo liberal previa uma economia mista organizada em dois setores.

Em resumo, poder-se-ia dizer que o significado político e teórico do manifesto reside especialmente em dois elementos : o primeiro deles refere-se ao fato de que se tratava de um programa de intervenção pública e de reformas no sentido liberal-socialista; em segundo lugar, tratava-se de um apelo a todas as forças anti-fascistas que acreditavam no valor intrínseco da liberdade para a criação de uma frente anti-fascista única : a *frente da liberdade*, como a chamou Calogero. Leo Valiani sublinha o fato deste manifesto ter sido efetivamente o primeiro grande apelo à *unità d'azione*, sem nenhuma discriminação. Além disto, lembra Valiani, vários postulados fundamentais expostos no momento do referido manifesto apareceram mais tarde na Constituição Italiana de 1947. Este convite constituiu, naquele momento, uma novidade a todos aqueles que em última instância queriam liquidar a ditadura fascista e instaurar um regime de liberdades democráticas na Itália.¹³⁵

Várias outras tentativas anteriores contaram com dilacerantes divisões. Por exemplo, a oposição anti-fascista reunida no Aventino não contemplou o Partido Liberal e o Partido Comunista. A concentração anti-fascista que havia agrupado os partidos e

¹³⁴ Idem. *Ibidem*, p. 203.

¹³⁵ Valiani, Leo. *Il Liberal-socialismo*. In: *Rivista Storica Italiana*, Anno LXXXI, fascículo 1. Napoli, Ed. Scientifiche Italiane, 1969, pp. 78-79.

movimentos dos exilados excluía o Partido Comunista. Em 1936 o Partido Comunista lançara um apelo de união a todos os italianos desejosos de liberdade, inclusive aos dissidentes fascistas do chamado *fascismo de esquerda*. Mas a convocação foi rejeitada, primeiramente pelo Partido Socialista que estava desde 1934 muito ligado aos comunistas. A aliança com o dito *fascismo de esquerda* sofreu uma potente rejeição por parte do Partido Socialista.

Durante as experiências do *front populaire* francês e da guerra civil na Espanha uma aliança entre todos os partidos e movimentos anti-fascistas foi longamente discutida, mas jamais pôde ser selada. Depois de 1941, ou seja, após a agressão nazista à União Soviética, o Partido Comunista, o Partido Socialista e mais Silvio Trentin, expoente do grupo *Giustizia e Libertà* que permanecia na França, assinaram um documento comum.

É importante anotar que estes acordos das forças anti-fascistas, como também aquele feito na primavera de 1943 que reuniu várias correntes e forças políticas, formarão o *bloco de esquerda*, que mais tarde organizará o *Comitato di Liberazione Nazionale*, organismo que praticamente realiza no final da guerra uma espécie de governo paralelo na Itália. Esta política de alianças, assentada em questões substantivas, marcará indelevelmente a tradição da esquerda italiana até hoje.

Outro ponto de união entre os anti-fascistas será a busca de formas e métodos laicos de fazer política, o que também conformará uma grande bandeira da esquerda no pós-guerra naquele país. Segundo Guido Calogero, “o laicismo se identifica com a defesa de direitos iguais de cada pessoa humana, tendo como regra básica não fazer aos outros aquilo que não queres que façam a ti. ...O laicismo não é senão a aplicação mais alta e difícil desta regra sobre o plano supremo do convencimento das crenças últimas”.¹³⁶ Pode ser que esta procura quase desesperada para instituir o laicismo como cultura política explique em parte a *virtù* e a *fortuna* do Partido Comunista Italiano que, ao formular um amplo programa político contendo vários interesses, conseguiu ser o maior partido comunista de massas do Ocidente, em plena guerra fria e tendo que enfrentar a herança de alguns séculos de duro catolicismo e clericalismo.

¹³⁶ Calogero, G. *Il principio del laicismo*. In: *A Trent'Anni dal Concordato*. Firenze, Ed. Parenti, s/d, p.73.

Todavia, é necessário sublinhar que o manifesto liberal-socialista de 1940, diferentemente do programa do movimento *Giustizia e Libertá* de 1932, não postulava uma ação revolucionária; clamava por reformas sociais dentro de um quadro de legalidade democrática. No entanto, na delimitação do campo das socializações, o liberal-socialismo organizara uma agenda muito mais avançada que seus predecessores, estendendo enormemente o conceito de setor público da economia. Apenas como registro, basta mencionar a participação pessoal de Calogero nos debates ocorridos no pós-guerra sobre as nacionalizações de setores industriais italianos.¹³⁷

A dimensão que vale a pena frisar no manifesto liberal-socialista diz respeito a sua contemporaneidade. Apesar do isolamento em que o fascismo havia jogado aqueles homens, em questões cruciais como o reforçamento do velho sonho iluminista de constituição de uma *federação européia*, garantidora da cidadania mundial : “...o liberal-socialismo não se considera restrito aos limites do próprio Estado. ...O apelo ao homem é feito enquanto cidadão do mundo..., num socialismo internacional que garanta igualdade de direitos no plano econômico. Neste sentido, isto propugnará a abolição ou a máxima redução possível das barreiras alfandegárias, com eventuais disposições de uma justiça comum... e a progressiva extensão dos direitos de cidadania além dos limites das nações particulares”.¹³⁸

É claro que a formação de amplas economias públicas fazia parte da ordem das coisas na Europa daqueles anos. A novidade italiana se faz na consideração de que os direitos sociais são compreendidos como direitos liberais de liberdade. Assistimos assim a transformação do estado liberal não somente em termos de uma teoria geral, mas fundamentalmente a transformação da doutrina liberal dos direitos individuais, que agora exige como condição da liberdade individual a realização da justiça distributiva.

É verdade que a constitucionalização destes princípios havia tido sua primeira formulação jurídica na Constituição de Weimar, que no seu famoso artigo 151 rezava que a vida econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça e com o objetivo de garantir a todos uma existência digna da humanidade. Isto para não falar do espírito de

¹³⁷ Cf. Scalfari, Eugenio. *La sera andavamo in via Veneto. Storia di un gruppo dal “Mondo” alla “Repubblica”*. Milano, A. Mondadori Editore, 1976.

¹³⁸ *I Manifesto del liberalsocialismo-1940*. Op. cit., p. 223.

radicalidade, imperante nestas questões, que emerge da revolução bolchevique e ronda o mundo. Os liberais-socialistas italianos são mais modestos em tudo, mas certamente não são menos apaixonados. Seu combate se faz sob a luz de imperativos éticos categóricos : a efetivação de uma sociedade ordenada juridicamente para concretizar e gerar direitos talvez tenha configurado o sentido mais profundo da *exigência ética* que conferia densidade às paixões civis daqueles homens empenhados.

O SEGUNDO MANIFESTO LIBERAL-SOCIALISTA

O segundo manifesto foi escrito em 1941 proclamando seu compromisso com o liberal-socialismo e definido-o como um movimento destinado a restabelecer as liberdades políticas na Itália, e convidando a todos, independentemente de suas específicas orientações partidárias, a constituírem uma *frente para a liberdade*. O manifesto foi composto de 12 pontos, dentre os quais o artigo 6 declarava que : “Os dois princípios fundamentais do liberal-socialismo são : assegurar a liberdade em seu funcionamento efetivo e construir o socialismo através dela”.

Os termos fundamentais deste manifesto foram enunciados com vistas as exigências para a fundação de um Estado de Direito voltado para a realização da justiça distributiva. Estado, dizia Calogero : “...somente aquele que é justificado pelo *Direito*, não reconhecemos no Estado nenhum outro valor a não ser aquele de servir com firmeza e de fazer operar com eficácia as supremas normas de conduta. ...Nenhuma norma deverá ser considerada intangível, porque sustentada pelo Estado, pela força do Estado. Deve-se procurar incessantemente uma *norma fundamental melhor*. O Estado não tem nenhum direito, a não ser o de *servir ao melhor direito*”.¹³⁹ Essa exigência fundava-se em uma concepção que prescrevia a norma como resultado de um contrato permanente entre os cidadãos.

O liberal-socialismo defende também os mesmos princípios de liberdade e de justiça para todos, no plano internacional : “Nenhum nacionalismo, nada de racismo, nada

¹³⁹ Calogero, Guido. *Quaderno Laico*. Bari, Laterza, p. 166, 1966, Arquivo Basso-Roma. Grifos meus.

de imperialismo : *nenhuma distinção entre política e ética*. ...Em uma palavra : liberalismo e socialismo também no plano internacional”¹⁴⁰.

Necessário se torna notar que o ordenamento institucional que brota do manifesto, além de supor as instituições liberais controladoras do poder, enfim o Estado de Direito, exige que as funções de controle sejam confiadas a um novo órgão do Estado, uma espécie de quarto poder : a Corte constitucional. Entretanto, o desenho do quadro institucional pressupunha uma forma de governo republicana. A recusa da monarquia constituía uma posição de princípio. Neste sentido, retomava-se as exigências mazzinianas, derrotadas por ocasião do processo de unificação. Além do mais, lembre-se, os Savoia se comprometeram profundamente com o regime de Mussolini. Uma vez derrotado o fascismo, deveria emergir uma república liberal-socialista, laica e cidadã.

MORALIDADE E CIDADANIA

A formação de cidadãos se consubstanciou numa das maiores preocupações de Calogero. Em virtude disso, dedicou-se a refletir longamente sobre o modo de realizá-la. Essas reflexões estão dispersas em vários escritos, sendo a mais elaborada a que se encontra no livro *La educazione dell'uomo*, cujas teses principais se assentam na idéia de modelar o *cidadão democrático* pela educação, ou seja, aquele educado para o recíproco respeito em relação aos seus concidadãos, como no reconhecimento da necessidade do diálogo e da comunicação em relação às diferentes idéias. Em verdade, a finalidade suprema do sistema escolar seria a criação de uma comunidade política tolerante, onde o respeito à liberdade de outrem seja compreendido como condição de realização da própria liberdade. Ainda no interior de um forte universo moral o autor, em uma conferência pronunciada em Roma no dia 23 de dezembro de 1944 para um grupo de professores, intitulada *L'educazione civile*, se perguntava sobre quais os conteúdos que deveriam estar presentes em uma educação dirigida à convivência democrática : “Neste sentido, qual o limite para impulsioná-la a não se tornar uma educação parcial, uma sugestão ou ainda uma

¹⁴⁰ *Il Manifesto del Liberal-socialismo-1941*. In: Calogero, G. *Difesa del Liberal-socialismo*. Roma, Atlantica, 1945. Arquivo do Instituto Gramsci. Grifos meus.

sugestão parcial. ...Não se deveria permitir a entrada da política na escola, mas apenas aquele universal espírito de moralidade e de civilização que, sobre qualquer convencimento político, constituirá o substrato mais sólido e mais seguro. Neste sentido, o conteúdo de vossa educação não deverá ser político, mas sim moral..., para jamais aceitar uma liberdade sem justiça, ou uma justiça sem liberdade”.¹⁴¹ Desta forma Calogero tinha muito presente que a realização dessas prescrições significaria uma revolução para a Itália católica e fascista.

LAICISMO E DEMOCRACIA

No ponto que diz respeito à formação de um padrão cultural e político, pautados pelo laicismo, o autor retoma ainda mais uma vez o velho sonho gobettiano-gramsciano de infundir no sistema político geral da Itália o que chamou de *regra laica*. Neste sentido, o princípio do laicismo “...não é senão o *principio da democrazia*, é pois uma regra de convivência, ...o laicismo se identifica por isto com a defesa de direitos iguais de cada pessoa humana, segundo a regra : não fazer aos outros aquilo que não queres que façam a ti. O laicismo não é senão a aplicação mais alta e difícil desta regra, sobre o plano supremo do convencimento e das crenças últimas”.¹⁴²

Anos mais tarde, em uma conferência realizada em 19 de abril de 1959 no Teatro Eliseu de Roma, diante de uma reunião de intelectuais do movimento *Amici del mondo*, que ali se encontravam para debater o 30º aniversário da Concordata entre o Estado e a Igreja católica, Calogero retoma o velho problema, pois a constituição republicana, uma das mais avançadas em direitos sociais, políticos e civis da Europa do pós-guerra, não havia abolido os princípios consagrados no pacto de Latrão de 1929.¹⁴³ Isto significou que a laicização da cultura italiana e do sistema político, ainda constituía um ponto programático

¹⁴¹ Calogero, Guido. *L'educazione civile*. In: Arquivo Calogero, Milano, Fondazione Feltrinelli, 1944, pp. 41-52.

¹⁴² Calogero, Guido. *Il principio del Laicismo*. In: *A Trent'Anni Dal Concordato*. Firenze, Parenti Ed., s/d., p. 73, Arquivo da Fondazione Lelio Basso, Roma. Grifos meus.

¹⁴³ Idem. *Ibidem*, p. 69.

a ser realizado por uma nova *fronte della libertà*.

IV. O CONCEITO DE JUSTIÇA OU DE JUSTA LIBERDADE EM GUIDO CALOGERO

“Justiça e liberdade, as últimas deusas sobreviventes”

Carducci

A justiça distributiva, tematizada aqui, se inscreve em uma específica tradição liberal - o croceanismo, e também no interior de uma particular conjuntura histórica : a emergência dos regimes totalitários entre os anos vinte e trinta na Europa. Nesta medida, deve-se compreendê-lo como um projeto que se forma na encruzilhada das duas grandes tradições de pensamento : o liberalismo e o socialismo. No caso italiano, os liberais-socialistas pertenciam e cresceram em um momento marcado pela supressão dos partidos socialistas. Dessa forma, a textura social e política daqueles anos estava dotada de um tipo especial de impasse. Ambas as tradições estavam sob o fogo cruzado da crítica. O liberalismo do período giolittiano havia engendrado o fascismo na Itália. O socialismo, dilacerado por várias cisões, comparecia na versão soviética, principalmente nos anos trinta, manchado de sangue e sofrimento, portanto não cumprindo suas promessas de liberdade e democracia. Como disse certa vez T. Adorno sobre aqueles anos : *o espírito do mundo não andava acompanhado do espírito mesmo*. Apesar disto aqueles heréticos

liberais italianos, às escondidas, tentavam a sua maneira se apropriar do *espírito*. Para isto Calogero elaborou, em escritos diversos, um esboço do que hoje poderíamos chamar de teoria da justiça junto com uma teoria normativa da democracia, na qual o valor supremo é a justiça social. Aquilo que denominou de *fórmula essencial* pode ser sintetizada nas suas palavras : “A verdadeira democracia, a democracia integral não é então nem somente uma democracia liberal, nem uma democracia socialista, é antes de tudo uma democracia liberal-socialista”.¹⁴⁴ Será no interior desta complexa configuração que se examinará as reflexões de Calogero sobre a noção de justiça.

Em uma conferência pronunciada em 11 de abril de 1941 para a Universidade de Roma, junto ao Instituto de Estudos Filosóficos, o autor analisa a questão de o idealismo italiano - leia-se, o liberalismo croceano - dedicar tanta simpatia ao conceito de justiça como ao de liberdade. De um modo geral, a justiça era pensada como uma categoria jurídica e empírica, ou seja, menor. O discurso croceano a este respeito é pleno de formulações paradoxais. No entanto o divórcio entre os dois princípios era reconhecido como inevitável. A insistência em sua compatibilização trazia consigo uma espécie de tentativa de ressurreição de antigas mitologias, quase se aproximando do espírito do poeta Carducci, que cantava : *justiça e liberdade as últimas deusas sobreviventes*.

A questão ressaltada por Calogero reside no fato de que a realização da justiça distributiva supõe a liberdade como pressuposto necessário. Quando se funda um ordenamento institucional baseado no princípio da liberdade como pressuposto, ele acaba por impor também à liberdade-valor um caráter de onipresença necessária.

De fato, a concepção de liberdade como pura expansão da vontade de cada um não porta nenhuma identidade com a justiça, a qual não significa a simples vivência da própria liberdade, mas o reconhecimento da liberdade do outro. Ou seja, a limitação da liberdade como modo de criação de esferas de liberdade para os demais. O problema que deriva dessa avaliação remete à questão da alteridade, isto é, do reconhecimento da outra pessoa como portadora de direitos de liberdade. Nisto é que se funda o ideal da justiça e motiva a luta por ela.

¹⁴⁴ Calogero, Guido. *Le regole della democrazia e le ragioni del socialismo*. Roma, Ed. Ateneo, 1968, p. 45. Grifos meus.

Do ponto de vista dos indivíduos, a realização da justiça supõe necessariamente uma ação orientada para a transcendência do *individualismo possessivo*, ou seja, somente torna-se possível sair do imediatismo egoísta individual agindo em sentido altruísta. Isto significa sentir como interesse particular o interesse dos demais membros da comunidade. A liberdade, então, ganha outro conteúdo, trata-se de liberdade moral. A moralidade está definida no interessar-se por coisas que digam respeito aos outros. Patenteia-se aqui o forte apelo à responsabilidade moral e civil do indivíduo. Esses temas são caros à tradição croceana do liberalismo ético.

Por isto, a implementação da justiça torna-se imediatamente uma condição irrenunciável de liberdade civil, configurando então, em sentido mais pleno, a experiência da liberdade como experiência moral.

Guido Calogero acrescenta a este esquema propositivo o problema da vontade moral, como uma forma de ação orientada antes de tudo por sentimentos morais em relação à esfera pública, deixando em plano secundário qualquer cálculo individual de motivos utilitaristas. Todavia, o autor acredita que esta atitude somente será possível no interior de um processo pedagógico que eleja como elemento central da formação dos cidadãos o que ele denomina de *educação para a moralidade*.¹⁴⁵

A moralidade deve se transformar, ao mesmo tempo, em imperativo categórico e em autonomia absoluta, em opção superior de convivência civil, pois significa ter como perene referência o bem do outro. No seio desta configuração é que pode emergir uma moralidade que se traduza concretamente em *espírito de justiça*. Entretanto, não se perde de vista que o conteúdo verdadeiro deste é o espírito de igualdade, o qual se encarna efetivamente em impulsos altruístas, realizáveis através do distributivismo múltiplo e da repartição paritária que foram sempre intrínsecos ao conceito de justiça.¹⁴⁶

Desse modo, a igualdade aqui prescrita não é nada mais que a igualdade de condições na fruição dos bens do mundo. A fórmula calogeriana pode ser sintetizada nos

¹⁴⁵ Cf. Calogero, Guido. *La scuola dell'uomo*. Cap 1. Firenze, Sansoni, 1939.

¹⁴⁶ Cf. Calogero, Guido. *Intorno al concetto di giustizia*. In: Calogero, G. *Difesa del Liberalsocialismo*. Citado, p. 14.

seguintes termos : “Eu quero que Tizio não tenha do mundo menos que Caio : esta é a *experiência radical da justiça*”.¹⁴⁷

O autor sublinha o fato de que na radicalidade de suas proposições morais não está previsto nenhum cancelamento da diferença individual, da variedade situacional das pessoas. Portanto não se trata de “um nivelamento mecânico de funções, de capacidades e de atitudes”.¹⁴⁸ O sentido mais profundo da proposta igualitária está no que Calogero chama de *equilíbrio das fruições do mundo*, desfrutado por todos os componentes de uma comunidade política. Será em consequência dessa realização que poderá se efetivar um outro equilíbrio, o da liberdade. Mais uma vez estas concepções de justiça e de igualdade se convertem na verdadeira substância da justa igualdade, e igual justiça constituindo-se assim na suprema experiência libertária, que não é outra coisa senão a justa liberdade.

CIVILIZAÇÃO E IGUALDADE

Guido Calogero acentua o fato de que a igualdade dos homens não está inscrita na sua natureza. Os ordenamentos societários podem ou não ser mais ou menos igualitários. Essa possibilidade deriva única e exclusivamente de uma específica forma de volição, a vontade moral que depende do sentido de dever cívico para com o próximo e que se encontra presente em uma dada cultura política.

Por estes motivos o autor afirma que: “a igualdade dos homens não é uma sua natureza, é um dever nosso”.¹⁴⁹ Neste sentido é que o autor define a natureza do processo civilizatório. Esse também ganha uma dimensão moral e ética. Assim, civilização significa uma determinada intervenção dos homens na história rumo à neutralização das desigualdades sociais. Em outros termos civilizar é equivalente à ação de homens civis orientada racionalmente para a promoção da igualdade. Neste ponto o autor assinala que “a igualdade é um ideal volitivo, contudo não se constitui em uma homogeneização, uma uniformização das personalidades e das capacidades”.¹⁵⁰

¹⁴⁷ Idem. Ibidem, p. 15. Grifos meus.

¹⁴⁸ Idem. Ibidem, p. 15.

¹⁴⁹ Idem. Ibidem, p. 17.

¹⁵⁰ Idem. Ibidem, p. 17.

Na concepção calogeriana o desenvolvimento da civilização, no sentido acima referido, não exclui a acentuação das desigualdades na posse de bens especificamente econômicos. Quando isto se verificar, “...tanto mais a consciência dos homens civis (os quais não são, naturalmente, todos os homens) julgará insuportável não intervir afim de reduzir a nova desigualdade produzida”.¹⁵¹

Desse modo, a civilização, a história da humanidade propriamente dita, não constituem processos espontâneos e arbitrários. Pelo contrário, ambos supõem uma forte e decisiva intervenção da vontade, a qual tem como um de seus mais importantes conteúdos o senso de dever cívico. Por isto ela (a vontade) se consubstancia essencialmente como vontade moral. Desta forma, a história pode se tornar legível, prosaica, e seu sentido ser decifrado pela apreensão da ação humana como luta permanente pela liberdade.

A vida moral não se encarna apenas como um fato de moralidade internalizada, ou seja, como um evento privado; acima de tudo ela se refere a um fato público. Por isto é possível recuperar uma verdade fundamental, segundo a qual a justiça é a convivência da liberdade. Os termos deste resgate se direcionam para uma profunda redefinição do conceito de liberdade. Nas palavras de Calogero : “É preciso rejeitar a idéia segundo a qual a aspiração à justiça enquanto tendência a uma justa distribuição dos bens do mundo, teria um valor intrínseco menor se comparado à aspiração de liberdade referida aos tradicionais direitos de autonomia. A primeira permaneceria enfaticamente no âmbito da economia, e somente a segunda se elevaria à esfera da *eticità*”.¹⁵²

A igualdade aqui procurada não está referida apenas a um fato econômico, ela exige igualdade de condições em relação a outros bens, como “...a paridade de dispor do direito de palavra, do direito de voto. Isto é uma liberdade”.¹⁵³ Entretanto, “se alguém quer antepor a liberdade de expandir-se sem nenhuma consideração à liberdade do outro, está reivindicando privilégio e não liberdade”.¹⁵⁴ Ou seja, em Calogero existe uma clara intenção política e teórica de livrar-se do tormentoso dilema não só tocquevilliano mas de toda a tradição liberal clássica, inclusive da tradição croceana : a precedência da liberdade

¹⁵¹ Idem. *Ibidem*, p. 17.

¹⁵² Idem. *Ibidem*, pp. 18-19.

¹⁵³ Idem. *Ibidem*, p. 19.

¹⁵⁴ Idem. *Ibidem*, p. 19.

sobre a igualdade. Em Croce a ambigüidade é dilacerante, pois seu liberalismo funda uma das encruzilhadas desta tradição, na medida em que o apelo ético-normativo se faz muito fortemente. Afinal, afirma Croce : “O liberalismo não tem porque não se comprometer com uma progressiva humanização e ascensão digna da classe operária e dos trabalhadores da terra, aliás este constitui o seu objetivo. Não há ligação de plena solidariedade com o capitalismo e com o liberalismo econômico, o sistema de livre-concorrência. O liberalismo pode muito bem admitir variados modos de ordenamento da propriedade e da riqueza, com um único pacto - o de assegurar o incessante progresso do espírito humano. Que nenhum dos modos pré-escolhidos impeça a crítica do existente, a busca e a invenção do melhor, a realização do melhor. Que de nenhum destes modos se pense em fabricar o homem perfeito, o autômato perfeito. Em nenhum deles se tolha ao homem a humana faculdade de errar e de pecar, sem a qual não se pode nem mesmo fazer o bem como cada qual o sente e sabe fazer”.¹⁵⁵

ORDENAMENTO JURÍDICO E JUSTIÇA DISTRIBUTIVA

O princípio da justiça distributiva é que deve informar e dar conteúdo ao ordenamento jurídico. Esse encontra seu dinamismo na capacidade das normas fundadas na justiça econômica de gerar outras normas que reproduzam sempre exigências de justiça cada vez mais elevadas. Neste sentido, o sistema normativo espelha e projeta cotas de liberdade e de justiça cada vez mais amplas. A liberdade política, juntamente com a educação para a autonomia, configuram condições fundamentais para a fundação de um sistema jurídico que consagre a justa liberdade. Todavia, a principal fonte de um bom ordenamento reside na natureza da relação entre moralidade cívica e atividade legislativa. Essa condição depende da qualidade da convivência política entre os cidadãos, devendo-se organizar em padrões cívicos muito altos, de modo que a persuasão como regra constitua a forma privilegiada de convencimento das pessoas. Assim sendo : “os melhores estados são aqueles nos quais o sentido e a regra da convivência política estejam profundamente

¹⁵⁵ Croce, Benedetto. *Ettica e Política*. Bari, Laterza, 1931, p. 238.

enraizados nas convicções dos cidadãos, de modo a tornar cada vez mais dispensáveis órgãos e institutos, atos e garantias, assegurados pela força”.¹⁵⁶

Percebem-se sinais do positivismo jurídico de tipo kelseniano, pois o pressuposto do sistema supõe uma espécie de pirâmide normativa (*grundnorm*), a qual vincula todas outras normas derivadas dela. Em Guido Calogero, a justiça distributiva, sempre acompanhada dos direitos de liberdade liberais, deve se tornar o elemento vinculante de todo o sistema normativo. No esquema prescritivo do autor existe a referência à *norma-madre de normas sempre novas*.

Entretanto, deve-se notar que o autor está sempre atento à necessidade de salientar a dimensão pedagógica da lei. “As normas da coerção jurídica devem sobretudo mirar à educação dos homens. Por um lado para que se tornem cada vez menos necessitados delas, de outro para que sejam capazes de criar normas melhores, tendo em vista sempre o mesmo fim”.¹⁵⁷ Na sequência deste raciocínio, Calogero acredita que o fim supremo da luta dos homens está na fundação de um ordenamento social e jurídico no qual a justiça deve servir à liberdade, em um processo de enriquecimento recíproco. Dessa maneira, o sistema normativo de uma sociedade não se enrijece, pois está permanentemente vivificado pela vontade civil dos cidadãos, que será sempre impelida a realizar a justa liberdade. Assim, a plasticidade do Direito se traduz na auto-criatividade das normas, desde que sempre comprometidas basicamente com a distribuição da riqueza econômica afinada com as regras da convivência política. “As normas jurídicas participam tanto mais daquele supremo valor, quanto mais se revelam aptas a absorver tais tarefas. E quando aparecem talhadas para tal fim, estas se configuram como as sagradas mesas dos legisladores originários, como as constituições e os estatutos, como os contratos sociais e as cartas de liberdade, e os homens as observam e as veneram como o Sócrates do Criton, e temem que qualquer lesão a elas signifique a ruína da civilização”.¹⁵⁸

Para Guido Calogero, o importante a ser devidamente sublinhado está no fato de se estabelecer o papel que a fraternidade, como um dos valores supremos do iluminismo, ocupa em seu esquema normativo de distribuição da justiça. A fraternidade não se refere à

¹⁵⁶ Calogero, G. *Intorno al concetto de giustizia*. In: Calogero, G. Op. cit., p. 22.

¹⁵⁷ Idem. Ibidem, p. 22.

¹⁵⁸ Idem. Ibidem, p. 24. Grifos meus.

proximidade espacial do outro, da *sua realidade natural* - isto, de *per se*, configuraria uma espécie de racismo moral - mas sim à livre vontade ética daqueles que reconhecem o outro como partícipe da comunidade humana. Em assim sendo, a fraternidade “não é senão um símbolo positivo daquela relação humana que se instaura na justiça, na igualdade e na liberdade”.

Em suma, os critérios de justiça calogерianos, tanto no que dizem respeito aos fins como às expectativas, se movem em um universo fortemente moral e ético. Acima de tudo, Calogero, um dos principais sistematizadores teóricos do liberal-socialismo italiano, conferiu-lhe uma fundação ética, no curso da qual evidentemente comparecem vários pontos problemáticos, os quais não cabem ser discutidos aqui. Trata-se de uma fundação normativa, sem dúvida configuradora de uma utopia distributivista. Como tal, seu paradigma de justiça social, provavelmente poderá se inscrever nas formas e nos cânones das teorias normativas da cidadania e da democracia contemporâneas.

A TEORIA DEMOCRÁTICA DE CALOGERO: A DEMOCRACIA INTEGRAL

A democracia para o autor pressupõe um ordenamento jurídico e político, garantidor das liberdades políticas, cuja finalidade máxima está em fundar e promover a justiça social, porque a igualdade de oportunidades (*life chances*), a igualdade de pontos de partida, configuram pressupostos incondicionais, condições *sine qua non* da liberdade política. Persiste ao longo dos vários textos uma reiteração da exigência de conferir conteúdo concreto às chamadas liberdades. Há bastante preocupação em não repetir a retórica do que o autor chamava de *liberdades vazias*. Ou seja, nas suas palavras: “...é necessário ter sempre presente que além da segurança de não ser impedido pela autoridade no exercício da própria liberdade política, deve ocorrer também a segurança de poder exercitar essa mesma liberdade, sem que a ela se oponha a escravidão econômica, a miséria. É necessário dar a cada um direitos iguais de intervenção na determinação do destino comum, como também a igual possibilidade de realizar esta intervenção. Isto significa, então, ocupar-se não só da liberdade política, mas também da igualdade

social".¹⁵⁹ Em vários momentos da obra de Calogero se encontra enfaticamente a afirmação de que a igualdade social é condição da liberdade política, assim como a reiterada advertência de que a democracia política não deve ser considerada instrumentalmente apenas como um meio de atingir a igualdade social, velha querela com certo tipo de debate comunista. O autor em um texto de 1944, ressalta a indispensabilidade da democracia política para qualquer que seja o ordenamento econômico. Aos que a desdenham como forma viva de convivência civil para a realização da igualdade, a questão sempre posta se consubstancia no problema atualíssimo do garantismo suposto pelo Estado Democrático de Direito. Em outras palavras a questão pode ser sintetizada da seguinte forma: como garantir que a justiça social está se realizando se não se institucionalizam, por parte da sociedade, controles democráticos dos organismos de poder ? Esses controles se impõem ainda, pela simples razão de que se torna impossível assegurar que as decisões e preferências dos dirigentes se encaminhem verdadeiramente na direção de impedir a formação de privilégios políticos, econômicos, sociais etc. Portanto, a garantia das mais amplas liberdades de opinião e expressão constituem o modo mais seguro de permitir que todos os participantes de uma determinada comunidade política, possam fruir *justamente* do progresso material então alcançado.

Por todas estas razões, a concepção de democracia em Calogero se reveste de uma forte conotação normativa, pois exige a combinação concomitante de aspectos essenciais de liberalismo político e justiça distributiva, configurando com isto a indissolubilidade da democracia política como método de escolha dos dirigentes e garantismo jurídico às liberdades irrenunciáveis conquistadas pela civilização moderna, com os também inegociáveis direitos de todos os homens de participar igualitariamente da fruição dos bens do mundo. Neste sentido insinua-se na obra de Calogero a formulação de uma exigente teoria da cidadania democrática, na medida em que sua concepção de *democracia integral* supõe o que denomina de *unidade substancial entre liberdade e igualdade*, ou ainda, a convergência da democracia política com a democracia social,

¹⁵⁹ Calogero, Guido. *Democrazia Politica e Democrazia Sociale*. In: *Le regole della democrazia e le ragioni del socialismo*. Roma, Edizioni dell'Ateneo, 1968, p. 41.

donde: “liberdade política e igualdade social são ao mesmo tempo fim e meio, enquanto todo progresso de uma favorece o progresso de outra. ...São (assim) duas faces de uma medalha, pois não pode haver uma face única e não pode haver mais de duas faces”.¹⁶⁰ Com esta fórmula Calogero estava mais uma vez realizando uma tentativa de unificar socialismo com democracia, pois seu escopo fundamental era fundar o que hoje se discute como *democracia radical*, devolvendo ao debate e ao projeto democrático a dimensão republicana da democracia, contanto que esta de fato se realizasse como ordenamento fundado nas liberdades liberais e na justiça socialista. Aos socialistas advertia que “não poderiam realizar seus ideais senão em uma atmosfera de liberdade e de garantias políticas da liberdade, ...e aos liberais, se quisessem ser verdadeiramente liberais, deviam caminhar sempre mais no terreno do socialismo”.¹⁶¹ Esta *complementaridade de opostos pontos de vista* é que conferiria o genuíno conteúdo à verdadeira democracia, “...a democracia integral não é então e nem somente uma democracia liberal, nem somente uma democracia socialista, mas sim uma *democracia liberal-socialista*”.¹⁶² Importa sempre assinalar que as questões da liberdade e da justiça em Calogero se movem no terreno da ética e da moral. Compreende bem que a justiça é a mesma coisa que moralidade, que por sua vez é a capacidade de por diante de si um outro eu, com iguais direitos e idênticas possibilidades de *ser*.¹⁶³ Como vemos, a democracia calogерiana possui uma forte dimensão normativa e moral, no sentido que é no interior de sua dinâmica libertária que se pode e se deve realizar a *justa liberdade*, que não é outra coisa senão a concretização de *uma experiência radical da justiça*.

¹⁶⁰ Idem. Ibidem, p. 44.

¹⁶¹ Idem. Ibidem, p. 45.

¹⁶² Idem. Ibidem, p. 45. Grifos meus.

¹⁶³ Cf. Sasso, Genaro. *Calogero e Croce. La libertà, le libertà, la giustizia*. In: Calogero, Guido. *A Pisa Fra la Sapienza e la Normale*. Bologna, Il Mulino, s/d, pp. 30-31.

DIREITOS SOCIAIS E A TRANSFORMAÇÃO DA DEMOCRACIA LIBERAL

Torna-se imperativo assinalar que em geral os liberais-socialistas reconheciam que a exigência de justiça social que se consubstanciara como conteúdo de um novo direito humano, os direitos sociais, fizera sua aparição enfática neste século depois da primeira grande guerra. Piero Calamandrei, um liberal-socialista e um dos grandes juristas italianos, em artigo publicado em 1946 na revista *Liberalsocialismo*, dirigida por Guido Calogero,¹⁶⁴ comentava o fato de que depois da primeira guerra mundial e da experiência da República de Weimar, normatizou-se como dever de Estado, na Constituição de 11 de agosto de 1919, a intervenção e a organização da vida econômica, segundo certos princípios de justiça social. Verificou-se, então, uma progressiva tendência dos povos a colocar a questão social em termos constitucionais e como condição da democracia política. Este *espírito do tempo* assumiu sua radicalidade na revolução russa de 1917, que, segundo Calamandrei, atualizara de fato as exigências postas por Robespierre em 21 de abril de 1793, no projeto da Declaração dos Direitos que apresentara para a sociedade dos jacobinos. O artigo 14 da declaração prescreve que “a sociedade é obrigada a prover a subsistência de todos os seus membros, seja buscando-lhes trabalho, seja assegurando os meios de vida àqueles que não possuam condições de trabalhar”.¹⁶⁵

Todas as constituições democráticas, surgidas no período do entre-guerras, com mais ou menos radicalidade, introduziram a questão social, prescrevendo como função do Estado assegurar e proteger os direitos sociais. Calamandrei sustenta que a constitucionalização desses direitos produziu uma verdadeira *revolução no direito*. Nas suas palavras : “No século XX o sentido social do direito não é mais uma doutrina, não é mais uma escola jurídica, é a própria vida. Assim não é mais possível distinguir entre *indivíduo político e indivíduo social*. Assistimos à transformação não somente da teoria do estado, mas também da doutrina dos direitos individuais. O estado não pode mais se limitar

¹⁶⁴ Calamandrei, Piero. *Diritti Politici e Diritti Sociali*. In: *Rivista Liberalsocialismo*. Milano-Roma, rivista mensile, n° 1, gennaio-1946, pp. 19-20. (Houve quatro números desta revista, porém consegui encontrar apenas dois exemplares na Biblioteca da Universidade de Pisa, junto ao Arquivo da Resistência).

¹⁶⁵ Idem. *Ibidem*, p. 19.

a reconhecer apenas a independência jurídica do indivíduo, mas sim criar um mínimo de condições necessárias para assegurar sua independência social”.¹⁶⁶

Estas considerações apontam para uma fundamental mudança no liberalismo como formação discursiva. De agora em diante, o pressuposto da democracia política será o indivíduo social como titular de direitos sociais. A limitação do direito de propriedade, que a emergência da *pessoa social* implicava, ameaçará um dos pilares básicos do liberalismo, com isto constituindo um golpe mortal na chamada *liberdade negativa*. Tudo isto somado demonstrou que nenhuma fórmula histórica se congela no tempo. Tornou-se patente que o desenvolvimento do movimento operário, das lutas sociais catalisadas pelo movimento socialista e seus partidos políticos, obrigaram o liberalismo a redefinir suas noções de liberdade e de direito.

Calogero reconheceu, em mais de uma vez, que os tempos haviam imposto exigências de moralidade aos homens, que pressupunham a superação de todo e qualquer *esprit primaire*, dogmático e intolerante. A religião da justiça e a religião da liberdade devem ser substituídas pela única religião da *justiça liberdade* : às insuficiências unilaterais do liberalismo e do socialismo, propomos a coerente plenitude do *liberal-socialismo*”.¹⁶⁷

Nesta formulação percebe-se claramente a intuição fecunda e profética de Gobetti quando, nas páginas de sua *Rivoluzione Liberale*, advertira que o liberalismo como corpo teórico estaria ameaçado de não cumprir suas funções libertárias e civilizadoras se não sanasse suas *insuficiências*. Como foi exposto anteriormente, a superação destas insuficiências, para Gobetti, significava exatamente trazer para o liberalismo, como elementos constitutivos de suas lutas e projetos civilizatórios, *as dores e as lutas dos operários* e, portanto, caminhar junto com o socialismo, pois este sem as liberdades liberais transformar-se-ia em despotismo.

Desse modo, e claramente numa alusão a Gobetti, Calogero refere-se à revolução liberal e à revolução social, trazendo como conteúdo da primeira a emergência de uma forte *consciência moral* para tornar possível a vigência das leis consensuais. De forma que, como várias vezes foi reiterado pelo autor, sempre em sentido normativo, o

¹⁶⁶ Idem. Ibidem, p. 20. Grifos meus.

¹⁶⁷ Calogero, Guido. *La Giustizia e la Libertà*. In: Calogero, G. *Le regole della democrazia e le ragioni del socialismo*. Op. cit., p. 102. Grifos meus.

ordenamento jurídico e a constitucionalidade democrática podem desempenhar suas funções de criadores de uma nova *civiltà*, desde que gerados no ventre da justiça econômica distributiva.¹⁶⁸

De um modo geral, a justiça econômica apregoada por Calogero e pelo liberal-socialismo se assemelha aos programas de reformas que hoje podem ser qualificados como típicos das experiências sociais-democratas que se realizaram no pós-guerra, através das políticas estatais keynesianas. Entretanto, o que deve ser ressaltado é o fato de que praticamente o movimento não discute economia, suas formulações se fazem sobre um vazio econômico. Esta lacuna, talvez explicável pela confusão que faziam de marxismo e economicismo, não atingia apenas os liberais-socialistas. Nisto não estavam sós, pois esta era a tonalidade dominante da terceira internacional. Os aspectos salientes desta questão na Itália daqueles anos foi apontado pelo economista Giacomo Becattini, no balanço sobre o legado do liberal-socialismo realizado ainda nos anos cinquenta em Florença. Esta sempre foi uma cidade ligada aos movimentos progressistas na Itália, e no que diz respeito ao debate de que ora estamos tratando, sediou desde os anos vinte, através dos seus círculos de leitura, uma discussão a respeito da possibilidade de juntar socialismo com democracia. Lembre-se que Carlo Rosselli formou-se política e intelectualmente nos ambientes intelectuais florentinos. Em parte, Becattini decifra o enigma da ausência de debates específicos sobre a questão econômica ao longo da trajetória liberal-socialista, recordando o fato de que a tradição econômica predominante na Itália, de fato, era a da economia neo-clássica. É ilustrativo tomar as palavras de Becattini : “Sobre o fronte da cultura econômica, digamos, se podia distinguir quatro posições, que farei referência de modo telegráfico. O pensamento acadêmico tinha apenas uma única cor: feitas algumas exceções, os professores de economia ensinavam economia neo-clássica. Quem não ensinava esta economia pertencia à categoria daqueles que *não sabiam* a matéria, além do mais a corporação tolerava *pro bono paxis*, apenas para não provocar muitos distúrbios. Os marxistas, por exemplo, estavam entre estes : (os que não sabiam) eram considerados pessoas inteligentes mas não entendiam de *economia científica*. Então, a teoria neo-clássica tornou-se senso comum, dominando a interpretação dos fatos cotidianos em todos os

¹⁶⁸ Calogero, Guido. *Ibidem*, p. 104.

níveis, das monografias científicas aos artigos de jornais. ...Infelizmente era um tempo no qual de Marx faltavam os principais textos, ...a vulgata soviética era de um esquematismo monstruoso, ...os keynesianos eram poucos e jovens, ...deste modo o grosso da corporação de economistas isolava e combatia estes poucos 'aventureiros'. Assim a teoria keynesiana foi praticamente esterilizada. ...Naturalmente havia um italiano, Sraffa, que em Cambridge trabalhava para contestar pela raiz esta hegemonia neo-clássica, mas os resultados dos seus esforços estavam ainda longínquos. Os primeiros resultados começaram a chegar apenas nos anos cinquenta, quando através das edições das obras de Ricardo, Sraffa começou a fazer circular um modo diverso de colocar o discurso econômico. ...Como se apresentava o movimento liberal socialista a respeito deste panorama da cultura econômica? Devemos notar que havia muito poucos economistas profissionais. Retirei fora dos papéis empoeirados um punhado de livros daquele tempo. O primeiro foi *A Crítica da economia e o marxismo*, de Guido Calogero. São suas aulas de Pisa dos anos quarenta, que saíram em Florença pela Nova Itália em 44. Livro que ainda me emociona tomá-lo nas mãos, porque nos faz reviver um período pleno de fascínio. Vejo jovens universitários saídos ignorantes em Marx, dos vinte anos de fascismo, que se precipitam sobre este livrinho para saber que coisa permanecia viva, ou que coisa havia morrido num pensamento oficialmente exorcizado. Trata-se ainda de um livro culturalmente vivo, mas que denuncia um notável isolamento cultural. É um hábil desenvolvimento interno da crítica iniciada por Croce; mas um desenvolvimento que fala substancialmente que em Marx se encontra sim uma bela construção histórico-sociológica, mas se si quer economia, aquela verdadeira, 'filosófica', se faz necessário dirigir-se à economia pura. Isto nos diz o filósofo Guido Calogero, talvez sem se dar conta de reforçar uma condenação que procedia de outros espectros ideológicos".¹⁶⁹

As considerações de Becattini testemunham a presença de um problema constitutivo do liberal-socialismo, extensivo às correntes progressistas italianas em geral. Ou seja, neste país se organizou um movimento de esquerda, dos mais importantes do mundo, entretanto razoavelmente carente de um aprofundado debate em economia política.

¹⁶⁹ Becattini, Giacomo. *Libertà Positiva e Piena Occupazione : note sul Liberal-socialismo*. In: *Rivista Il Ponte*, gennaio-febraio 1986, Anno XLII, n° 1, pp. 108-109.

Pode-se dizer o mesmo para o marxismo italiano. Sem desfigurar os fatos e apesar da sua riqueza, importância e originalidade, verifica-se a mesma lacuna, se comparado a outras tradições nacionais de marxismo, como o austríaco, o alemão, o polonês, mesmo o francês, para ficarmos em alguns exemplos. Pode-se atribuir esta pouca importância do debate em economia talvez à imensa influência do croceanismo na formação das elites intelectuais italianas. A dimensão privilegiada sempre foi a de questões morais e éticas. Em outro momento foi referido o fato do liberalismo croceano ter desempenhado na Itália o papel de *homogeneizador de consciências* e, também, o de um forte mobilizador moral. Isto pode explicar em parte a ênfase politicista e institucional, inclusive também em relação ao marxismo italiano. Evidentemente, houve outras influências intelectuais, mas no século vinte o croceanismo marcou decisivamente a cultura italiana em todo o seu espectro político e intelectual. É claro que estas considerações merecem investigações específicas, mas o que deve ser ressaltado é a possível conexão entre politicismo institucionalista e croceanismo.

Isto posto, patenteia-se nas palavras de Becattini o reconhecimento de que a ausência de reflexão teórica do ponto de vista econômico havia conduzido o liberal-socialismo - por mais esforço reflexivo que Calogero tenha feito para conferir conteúdo às ditas *liberdades e direitos vazios* presentes em um liberalismo de corte mais abstrato - a permanecer um tanto emudecido em relação a fundamental questão sobre a natureza das *duas liberdades, a positiva e a negativa*. Ainda hoje, um dos pontos-chaves que divide e define a amplitude de uma teoria democrática está situado no lugar que ocupa a liberdade positiva na sua construção. O ordenamento jurídico como fonte de liberdade, formulação cara a Calogero, permanece nebuloso, por mais que fale deste como garantidor de *liberdade substancial*. Uma certa obscuridade preside esta proposta na medida que não se sabe onde e como se fará o novo ordenamento, ou seja, quais as instituições centrais que promoverão a fundação da nova comunidade política. A questão pode ser resumida do seguinte modo : talvez não se possa pedir aos propósitos normativos de uma teoria garantias mais precisas de exequibilidade. O caráter deontológico destas formulações lhes confere naturalmente o destino de agente mobilizador da vontade de luta dos homens para alcançar os alvos postos nas suas prescrições.

No plano político das decisões sobre o destino público, concreto, a questão que se coloca diz respeito à qualidade da participação dos cidadãos. Daí tornar-se problemático qualquer silêncio sobre a liberdade positiva. Isto remete-nos também ao clássico problema da intensidade do envolvimento dos cidadãos com a velha e fundamental questão da política e da liberdade : *o bem comum*.

Na medida que os atores da construção da *democracia integral* não são claramente nomeados, talvez se possa pensar como sujeitos fundacionais da nova civilização *os homines civis racionalmente orientados*, que por natureza, adverte Calogero, *não são todos os homines*.¹⁷⁰ Esta formulação guarda semelhança com a noção mannheimiana de *intelligentzia desinteressada*, ou mesmo com a paretiana de *elite*, redefinida em termos ético-normativos. Em suma, comparece aqui mais uma vez a perspectiva analítica e prescritiva das minorias organizadas como protagonistas das grandes transformações. O elitismo, em qualquer de suas versões, difundiu-se enormemente naqueles anos. Contudo, o problema persiste : a ausência de nitidez na questão dos atores políticos no esquema calogeriano e liberal-socialista, traz a dificuldade de percepção de onde se localizará a arena constitutiva dos sujeitos fundadores da nova democracia, que devendo ser regida por um conjunto de procedimentos legais e controles institucionais, essencialmente voltados para a promoção da igualdade social e econômica e da autonomia individual, por isto mesmo foi proposta como *democracia integral*.

O problema que se pode colocar, tornando possível o estabelecimento de uma conexão de sentido, talvez resida no fato de que ao não discutir a natureza da dimensão econômica da desigualdade social torna-se possível não designar atores sociais e, assim, se dispensar da análise sistêmica de uma dada ordem econômica. Se isto tiver algum fundamento a força motriz do argumento calogeriano se consubstancia no fato de que a geração de desigualdades obedece muito mais a imperativos situados no plano moral do que a determinações derivadas das necessidades imanentes de um dado sistema social e econômico. Neste sentido, o *poder de disposição* das coisas do mundo, realizado pelos homens em uma determinada circunstância histórica, contará sempre com a magnitude do elemento volitivo disponível entre eles. Nesta posição, a *política* se torna essencialmente

¹⁷⁰ Cf. Calogero, Guido. *Intorno al Concetto di Giustizia*. In: Calogero, G. Op. cit, p. 14.

moral, para não dizer que com esta se confunde. Disto resulta a absolutização da moralidade como conteúdo da liberdade, configurando como *liberdade moral* esta possibilidade de escolha de viver uma vida comum pautada pela promoção da igualdade social como condição da liberdade política. Por conseguinte, a integralidade da democracia supõe a realização impreterível de uma *utopia distributivista*. Neste sentido, pode-se dizer que na formulação calogeriana a teoria da justiça se confunde com a teoria da democracia mesma.

V. A GUERRA, A RESISTÊNCIA E AS REDEFINIÇÕES POLÍTICAS

A república italiana que emerge no pós-guerra, apesar dos inegáveis avanços políticos e sociais consagrados institucional e constitucionalmente, não conseguiu corrigir seu defeituoso organismo representado na imagem feita certa vez por Valério Castronovo, em um ensaio sobre a *via italiana para o capitalismo* : a de um centauro com a cabeça bem plantada na Europa, mas permanecendo com as unhas fortemente cravadas no Mediterrâneo. Esta imagem, frequentemente evocada pela crítica social do país, está referida ao fato de que apesar da modernização e *ocidentalização da Itália* não foram superados antigos desequilíbrios e males crônicos, configurando-se assim uma *modernizzazione incompiuta* (modernização incompleta).

O arco de alianças políticas que se organizou na resistência partigiana foi de tal maneira amplo que recobriu todo o espectro de forças políticas do anti-fascismo. Esse compreendia liberais-socialistas, socialistas, católicos, comunistas que, de vários modos e por razões diversas, formaram um pacto de *unità d'azione*. O objetivo estratégico comum que cimentara ideológica e eticamente essas forças heterogêneas consistia na derrubada do fascismo e na luta pela liberação da Itália do invasor nazista. Deve-se apenas registrar que a polêmica sobre a especificidade da luta partigiana italiana está longe de ter se esgotado. Não são poucas as teses que sustentam que a resistência italiana, diferentemente de outra como a francesa, configurou-se como um movimento político muito mais amplo e mais profundo, assumindo a forma e o conteúdo de uma verdadeira guerra civil, em razão do

real enfrentamento entre as diferentes classes sociais. Além do mais, os principais atores do movimento da resistência portavam projetos diferentes para o país, para vigência posterior à derrota do fascismo.

Em suma, a resistência partigiana se conformou como campo de disputa de hegemonia entre várias tradições políticas, movendo-se entre os liberais-socialistas organizados como *Partito d'Azione*, o partido socialista, o movimento católico popular originário da dissidência organizada por D. Luigi Sturzo, nos anos vinte e, evidentemente, os comunistas. Importante assinalar que a resistência italiana começa a preocupar seriamente os aliados, sobretudo os americanos e ingleses, a partir do crescimento cada vez maior do controle comunista nas brigadas partigianas.¹⁷¹ A constituição de um grande exército popular sob direção comunista passa a amedrontar crescentemente as forças aliadas, principalmente os ingleses. Esses pretendiam conservar sua hegemonia sobre a totalidade do processo de liberação. Os exemplos da Grécia, mas principalmente o da Iugoslávia de Tito, haviam demonstrado com veemência que o objetivo central da resistência ao nazi-fascismo poderia ser a fundação de um Estado socialista. O caso mais eloquente foi o da Iugoslávia. No final de 1944 tornou-se bem claro que os britânicos haviam perdido a capacidade de enquadrar e condicionar politicamente o líder da resistência iugoslava, o marechal Tito.

Retornando de seu exílio em Moscou, em março de 1944, Palmiro Togliatti declarou a nova estratégia dos comunistas, propondo como escopo político fundamental da insurreição partigiana não a revolução socialista, mas a *liberação da Itália*. Nas instruções ao partido, de junho de 1944, diz explicitamente: “Recorde-se sempre que a insurreição que nós queremos não tem como objetivo impor transformações sociais e políticas no sentido socialista e comunista. Sua finalidade será a liberação nacional e a destruição do fascismo. Todos os outros problemas serão resolvidos pelo povo, amanhã, depois de libertada toda a Itália, através de uma livre consulta popular e eleição de uma Assembléia Constituinte”.¹⁷²

¹⁷¹ Ginsborg, Paul. *Storia d'Italia dal dopoguerra a oggi - Società e politica, 1943-1988*. Torino, Einaudi, 1989, pp. 50 e segs.

¹⁷² Idem. *Ibidem*, p. 52.

Desse modo, no âmbito do movimento partigiano, as forças políticas que se aliaram para a constituição de uma frente popular foram confluindo cada vez mais para o estabelecimento de um *acordo sobre a questão fundamental* : a instauração de um regime democrático fundado nos mais amplos direitos civis, políticos e progressivos direitos sociais para os trabalhadores. A democracia política, como método de distribuição do poder e da riqueza, era patrimônio irrenunciável do movimento acionista que havia reunido em suas fileiras toda a tradição liberal-socialista, como os gobettianos e aqueles oriundos da corrente rosseliana *Giustizia e Libertà*. Importa recordar que Carlo Rosselli, o fundador do movimento em seu exílio em Paris, havia sido pioneiro desta formulação em seu livro *Socialismo liberal* (1929), no qual defende a tese de que : “o método democrático consiste em um complexo de regras que todas as partes em conflito se empenham em respeitar...”.¹⁷³ Guido Calogero e o liberal-socialismo compareciam com o conceito calogeroiano de *Democracia Integral* : a forma política cujo desenho institucional deveria conter a dinâmica adequada para promover as liberdades liberais e a justiça socialista, assim configurando a construção do que Calogero havia denominado de *justa liberdade*.

O ponto a ser sublinhado diz respeito à convergência dos combatentes para certas metas, entre elas a edificação de uma verdadeira república social na Itália. Afinal, Mussolini chamara a desesperada e caricata experiência da *República de Saló* de república social. Impunha-se, também, devolver aos conceitos sua verdadeira natureza. O espírito de frente democrática que unia e animava os combatentes revela-se, frequentemente, nos panfletos e nos jornais produzidos durante todo o período da resistência. Em um panfleto de autoria de Guido Calogero, escrito em 1948, o autor se referia à unidade de ação com os comunistas “...como consciência daquela *comunidade de interesses que de per se exige concordância nas ações*” (*patto d'unità d'azione*).¹⁷⁴ Portanto, naquele 1944, no discurso de Nápoles, ao afirmar a *via italiana para o socialismo*, Togliatti propusera também este *pathos unitário* dizendo que : “Para a constituição de um novo governo democrático, de guerra e de unidade nacional, porém, nós colocamos três condições. A primeira é que não se rompa a unidade das forças democráticas e liberais anti-fascistas; ao contrário, queremos

¹⁷³ Rosselli, Carlo. *Socialismo Liberale*. Torino, Einaudi, 1954, p. 22.

¹⁷⁴ Calogero, Guido. *Per il socialismo*. Roma, 1948. In: Arquivo Calogero da Fondazione Feltrinelli, Milano. Grifos meus.

que essa unidade se amplie e se reforce, pois ela é a maior conquista realizada pelo povo italiano...”¹⁷⁵

Articulada a esta perspectiva de manter os comunistas em um grande arco de alianças políticas, comparecerá a proposta togliattiana de *democracia progressiva*, inaugurando naquele momento de *paixões libertárias e rancores abafados*, uma política comunista que não só admitia mas propunha o pluralismo político: “Numa Itália democrática e progressiva, deverão existir e existirão diversos partidos, correspondentes às diversas correntes de idéias e de interesses existentes na população italiana...”¹⁷⁶ Do ponto de vista do conjunto de procedimentos, a concepção de *democracia progressiva* guardava *uma imprecisão* ainda bastante grande, talvez a imprecisão criadora dos momentos fundacionais. Mas esta vaguidão quanto a sua processualidade, contudo, prescrevia um ordenamento político-social que deveria aprofundar e promover a incorporação das grandes maiorias no processo político nacional, com vistas à construção de um socialismo democrático, “...uma via nova, menos dolorosa, menos custosa, menos cruenta do aquela que ocorreu na Rússia em 1917...”¹⁷⁷

Não se pode negar a Togliatti a intuição fecunda de que somente através da política democrática poder-se-ia *nacionalizar* o povo italiano e, por fim, criar a nação como *unidade moral e política*. Estas *sedimentações progressivas* talvez tenham pavimentado a estrada para o surgimento, bem mais tarde, da formulação berlingueriana de *democracia como valor universal*. Isto ocorre num momento em que as ditaduras burocráticas do leste europeu, o assim chamado *socialismo real*, começavam a não mais conter os sucessivos processos e lutas sociais pela deslegitimação dos estados totalitários. Essa atribuição ético-valorativa da democracia constituir-se-á no fundamento mais inovador e ousado do chamado eurocomunismo.

¹⁷⁵ Togliatti, Palmiro. *A Política de Unidade Nacional dos Comunistas*. In: *Socialismo e Democracia*. (seleção e organização de Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro, Ed. Muro, 1980, p. 36.

¹⁷⁶ Togliatti, Palmiro. *Ibidem*, p. 45.

¹⁷⁷ *Idem*. *Ibidem*, p. 45.

A CONSTITUINTE

A construção de uma Itália democrática exigiu um momento de fundação, o qual foi concretizado pela convocação, enquanto ponto programático comum às forças unitárias, de uma Assembléia Nacional Constituinte. Vários autores se referem ao sentido também simbólico que essa assembléia fundante da república italiana teve para grande parte de seus protagonistas. De certa maneira foi vivida por muitos como um meio de *acordar os mortos* para, enfim, resgatar o sentido mais profundo e generoso de suas lutas libertárias. Assim sendo, faz parte desse processo resgatar o *Risorgimento* como *occasione mancata* de promoção das verdadeiras liberdades republicanas e da justiça social. O patrimônio *risorgimentale* havia permanecido na memória dos combatentes pela liberdade como promessa não cumprida da revolução nacional. Por isto, realizar a Constituinte significou para muitos a tentativa de concretizar os sonhos mazzinianos e garibaldinos de edificar na clerical Itália uma república social. Togliatti, no discurso citado acima, se refere a essa questão nestes termos : “Colocando na base de nosso programa político imediato a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte depois da guerra, encontramos em companhia dos melhores homens de nosso *Risorgimento*, em companhia de Carlo Cattaneo, de Giuseppe Mazzini e de Giuseppe Garibaldi. E em tal companhia nos sentimos muito bem”.¹⁷⁸

A REPÚBLICA DO TRABALHO OU DOS PARTIDOS

Não se pode esquecer que a utopia republicana possuía tradição e história na Itália, mas sempre emergiu como projeto de *minorias organizadas*, antes e depois da unificação. Como experiência concreta, os italianos haviam conhecido as realizações municipais republicanas, que criaram fortes laços de pertencimento local, mas não ajudaram a formação de uma consciência unitária nacional. A grande novidade a ser ressaltada neste momento consiste no fato de ser a primeira vez que o projeto republicano

¹⁷⁸ Togliatti, Palmiro. *Ibidem*, p. 37.

se apresentava como república unitária nacional e se encarnando em importantes forças sociais, tendo como protagonistas fortes atores políticos como o movimento operário e o movimento camponês. Neste sentido, através das grandes greves de março de 1944, em que participaram mais de um milhão de trabalhadores, a resistência italiana legava à história um traço muito particular : revelava seu caráter de grande movimento popular¹⁷⁹ e se constituía como uma das bases morais e políticas da república.

O ordenamento republicano oriundo da luta partigiana fez seu aparecimento no palco italiano, dilacerado pela guerra, trajando vestes de um *Estado de direito social*. A constituinte realizou dois grandes feitos políticos : refundou o Estado e fundou um novo regime, a república parlamentar, assentada sobre um complexo sistema político partidário. Em relação à constituição propriamente dita, sua natureza mais profunda derivava muito mais do embate das diversas tradições políticas do que de um confronto de diferentes tradições jurídicas. Nesta direção Scopolla afirma : “Nossa constituição é filha da política, formou-se em uma assembléia ...através de uma série de enfrentamentos, confrontos e compromissos dos quais foram protagonistas os partidos políticos”.¹⁸⁰ Por conseguinte, as grandes clivagens do processo constituinte se realizaram como lutas partidário-programáticas que disputavam a magnitude, a profundidade e o sentido das reformas sociais e políticas.

A questão dos partidos, sua organização e função na construção da *nação democrática*, ganhou grande e decisiva proeminência. Togliatti dizia que “os partidos são a democracia que se organiza”.¹⁸¹

O NOVO PRÍNCIPE

A questão central que se imporá arduamente nos debates parlamentares versará sobre a natureza do Príncipe : partidos políticos de massas, partidos de notáveis como os

¹⁷⁹ Santarelli, Enzo. *Storia Critica della Repubblica. L'Italia dal 1945 al 1994*. Milano, Feltrinelli, 1996, pp. 18 e segs.

¹⁸⁰ Scopolla, Pietro. *Diritto e Política nella Costituente*. In: Scopolla, P. *La Repubblica dei Partiti : Profilo Storico della Democrazia in Italia - 1945-1990*. Bologna, Il Mulino, 1991, p. 181.

¹⁸¹ Bobbio, Norberto. *Togliatti e la Costituzione*. In: Bobbio, N. *Dal Fascismo alla Democrazia - I regimi, le ideologie, le figure e le culture politiche*. Milano, Baldino & Castoldi, 1997, pp. 309 e segs.

ligados a velha classe dirigente liberal e pré-fascista ou partidos ao modo americano. Em suma, a principal *virtù* a ser exigida do Príncipe seria a de prudencialmente proceder a difícil metamorfose da *fortuna*. Sobre este tema a polêmica se realizara apaixonadamente. As grandes tendências políticas se apresentaram na constituinte organizadas partidariamente, principalmente os comunistas (PCI), os liberais-socialistas (*Partito d'Azione*), os socialistas (PSI) e os liberais (PLI). Por razões históricas, estratégicas e até contingentes, o projeto partidário mais ousado era o dos comunistas, pois trazia a proposta de um *partido novo*, laico e de massas. A isso se juntava a força popular e o prestígio com que os comunistas haviam emerso da luta da resistência.

Outra faceta complexa e problemática da *fortuna como força das circunstâncias* residia na difícil e dramática herança do passado; o fascismo utilizara o partido político para construir uma sociedade de massas dentro de um estado totalitário. Scopolla sugere que “o fascismo deixara atrás de si, não só nas leis e nas instituições, mas na mentalidade dos italianos, exatamente a experiência de uma sociedade de massas não democrática, que representa para a democracia o ponto de partida mais negativo. ...Agregava-se a isto a tragédia da guerra. ...Portanto, as massas populares se faziam portadoras de decepções, sofrimentos e esperanças ainda mais intensas e extensas do que no primeiro pós-guerra e se tornaram, por isto, necessariamente protagonistas da cena política”.¹⁸² Diante desse imperativo da história e da *fortuna* restava seguir os ensinamentos do velho Maquiavel : *a particularidade dos tempos é que dita os modos adequados de procedimento do príncipe*.

Pela *força das coisas* triunfaram os partidos de massas : os socialistas, os comunistas e os católicos que organizaram a democracia cristã. Pode-se perceber que os três partidos que de fato vingaram e conseguiram se organizar como grandes estruturas políticas, o fizeram em parte porque souberam resgatar velhas identidades e atualizar antigos projetos de renovação moral e política interrompidos e esvaziados pelo fascismo. Interessante observar que uma dimensão possível que se fez presente nesta experiência de construção de atores políticos coletivos na Itália do pós-guerra se configure como uma confirmação, uma vez mais, daquela antiga e poderosa intuição dos homens de ação : as

¹⁸² Scopolla, Pietro. *La Repubblica dei Partiti : Profilo Storico della Democrazia in Italia - 1945-1990*. Op. cit., p. 72.

identidades políticas podem ser recuperadas, desde que se mobilize a memória de seus portadores. Afinal, nos ensina o testemunho da história : os sujeitos sociais com fortes identidades políticas necessariamente carregam uma enraizada memória de sua experiência coletiva e, por conseguinte, potencialmente podem renovar suas esperanças, objetivando-as na formulação de um novo projeto político. O resumo desta *formuletta* seria o seguinte : identidade política significa possuir memória e projeto.¹⁸³ Creio ser esta espécie de *regularidade sociológica* uma hipótese viável para explicar a situação italiana que estamos discutindo. Não por acaso Togliatti começava seus discursos nos grandes comícios do PCI de então, dizendo : *Siamo venuti da molto lontano* (Viemos de muito longe). Na verdade, as três agremiações que protagonizaram a cena política italiana por quase cinquenta anos, para o bem e para o mal, devem esta condição ao fato de terem conseguido primeiramente se encarnar, para usar uma linguagem clássica, no *corpo do povo*. Em segundo lugar, de modos diversos, cada um desses partidos sustentou junto aos seus seguidores, militantes e simpatizantes - de modo permanente e através das agências político-ideológicas, como a imprensa partidária e as revistas de debates - a produção de *bens de identificação coletiva*. Nesta missão de organizadores de identidades e consensos coletivos, os intelectuais tiveram um papel decisivo.¹⁸⁴ Reforçou este processo identitário o modelo organizativo partidário capilar, assentado nas organizações bairro a bairro, nas células, em federações provinciais, nos comitês de cidadãos, nos lugares de trabalho, nas comissões de fábricas e, evidentemente, na força da organização sindical. Essa capilaridade da organização partidária laica socialista e comunista, muito semelhante à tradicional estrutura organizativa da igreja católica, desempenhou um papel importante, senão decisivo, na tessitura da própria sociedade civil italiana do pós-guerra, na medida que esta fora destroçada pela guerra. A Itália deste momento exibia seu povo em andrajos vagando pelas estradas como milhares de *gelsominas fellinianas*. Portanto, organizar e conferir a esta

¹⁸³ Sobre isto ver a riquíssima pesquisa de Thompson, E. P., analisada no artigo *Patrician Society and Plebeian Culture*. In: *Journal of Social History*, jul. 1974.

¹⁸⁴ Cf. Veca, Salvatore. *Dalla Lealtà Política alla Lealtà Civile : messaggi nella botiglia*. In: *Rivista di Filosofia*. Bologna, Il Mulino, Vol. LXXXVIII, nº 1, Aprile 1997. Sobre isto ver o detalhado e muito informativo livro de Nelo Ajello, *Intellektuali e P.C.I.-1944/1958*. Bari-Roma, Laterza, 1979. Deve-se assinalar que a respeito da relação entre intelectuais e partido político existe na Itália uma enorme bibliografia. Como sempre acontece, encontram-se trabalhos de alta qualidade intelectual, como também uma copiosa literatura apologética.

massa de destituídos alguma dignidade, que passava pela aquisição de alguma identidade, acabou sendo o grande saldo de progresso civil conquistado pelo país, ao longo dos anos mais duros da reconstrução. A *politica di piazza*, a imponência das grandes festas partidárias com suas imensas bandeiras, em datas especiais a cada tradição, o canto dos hinos, o uso dos símbolos como a *tessera di partito*, a coreografia dos grandes comícios, todo este conjunto formou a liga do processo identitário. Enfim, a Itália, renascia como *república dos partidos*, dotada de um sistema eleitoral proporcional puro, mas que gerou sua degenerescência na forma de uma *partitocrazia*. Mas este é outro assunto.

DEMOCRACIA E UTOPIA

A democracia propagada e exigida por estes grandes partidos possuía um componente fundamental : a presença do elemento utópico que a promessa democrática pode conter. Não obstante as diferenças inevitáveis contidas nos projetos partidários. A democracia tornava-se, então, depositária das esperanças de realização dos projetos de liberdade e igualdade presentes desde o *Risorgimento*. Neste sentido, verificara-se uma espécie de emergência de um *espírito renascentista, risorgimentale*. Havia chegado novamente o momento em que todas as energias sociais e culturais reprimidas por tanto tempo encontrariam seu modo natural de expansão. A *democrazia compiuta* como forma de *convivenza civile* seria o modo por excelência de realização das possibilidades transformadoras da sociedade italiana, então desagregada e com as feridas expostas. Dessa maneira, a democracia adquiria sentidos diversos em função dos valores e tradições que os diferentes atores se dispunham a encarnar. Para os católicos, os valores democráticos podiam ser resgatados dos pressupostos doutrinários das grandes encíclicas leoninas, onde, contrariamente ao profundamente anti-democrático espírito ultramontano, se delineara uma visão positiva da democracia como uma das formas de governo possíveis para restauração de uma ordem cristã. Os dramas e dores humanos provenientes da guerra haviam obrigado Pio XII a priorizar, crescentemente, nas suas semanais falas radiofônicas, temas novos e particularizar a questão da vida humana na vida social. A primazia da pessoa humana funda o personalismo político, questão presente nas *heresias* de D. Luigi Sturzo nos anos vinte,

então saudadas euforicamente por Gobetti, que entrevia no partido popular de D. Sturzo uma possibilidade de transformação do catolicismo reacionário em elemento de renovação ética do país, com isto cumprindo, na visão gobettiana, uma *função liberal*. Assim sendo, o resgate desses aspectos da cultura católica abria a possibilidade de se conferir valor moral e ético à democracia como forma de governo. Lembre-se que o movimento personalista de origem francesa foi muito influente na Itália. O ensaio de Maritain, *O Humanismo Integral* (1936), enfatizava a dignidade da pessoa humana como um dos fins da política e com isto introduzia o tema da responsabilidade e da participação de cada cidadão na condução da *res publica*, na qual se substanciava de fato a democracia, evidentemente sem renunciar aos fundamentos metafísicos da vida em sociedade. No conjunto, esta tradição católica de pensamento e prática social portava fortes potencialidades democráticas.¹⁸⁵

Desse modo, a democracia italiana, nascida da grande coalizão de forças anti-fascistas e das solidariedades democrático-políticas construídas na luta da resistência, imantou-se em um ordenamento jurídico-constitucional fortemente voltado para a resolução da questão social. Entretanto, a resultante deste processo encarnou-se em um campo de disputa particularmente marcado por fortes *tensões utópicas*, cujos principais protagonistas foram a esquerda socialista e comunista e parte do mundo católico, principalmente aquele organizado na democracia-cristã. O partido da ação não conseguiu transformar-se em corpo político, mas permanecerá, como *sombra ativa* e como *terza forza*, influenciando vigorosamente no debate político-cultural. Sobre esta questão falaremos mais adiante.

As diferenças políticas - o pluralismo partidário - foram vividas de modo apaixonado pelos principais atores da cena política, criando fortes e vigorosos laços de pertencimento. As identidades políticas coletivas encarnaram-se realmente em parte substantiva do povo italiano. Por todas estas razões, as tensões vinham de todas as direções. Do lado dos setores políticos e sociais dirigentes, educados e comprometidos com as antigas estruturas de poder, os velhos acordos e os velhos métodos volta e meia faziam sua aparição. O passado clerical e fascista mostrava, através da permanência de várias

¹⁸⁵ Sobre isto, sigo o interessantíssimo e detalhado artigo de Pietro Scopolla : *La Democrazia nel pensiero cattolico del novecento*. In: Firpo, L. (org.). *Storia delle idee politiche, economiche e sociali*. Torino, Utet, 1972, vol. VI (*Secolo Ventesimo*), pp. 109 e segs.

instituições sociais, modos de recrutamento da burocracia de estado e hábitos clientelistas, que a cultura da prebenda e da intolerância ainda era muito profunda. O anticomunismo será convertido quase à condição do schmittiano *inimigo público*, justificando ideologicamente alianças e legitimando pactos autoritários, sempre em nome da democracia. Portanto, a urdidura de um tecido democrático para a sociedade civil italiana seria uma tarefa difícil, apesar do terreno para a implantação de uma democracia forte ter recebido, em vários momentos históricos e através de caminhos tortuosos, várias sementeiras. A grande tradição liberal italiana, que criou o liberal-socialismo, em mais de uma vez reconheceu na militância socialista o papel de semeador de democracia. Guido de Ruggiero, um liberal, autor de um dos mais clássicos estudos sobre o liberalismo europeu assevera : “Uma democracia, como organização popular autônoma e duradoura, não surgirá na Itália senão com o socialismo, primeiro movimento político que terá um conteúdo estritamente social e que se manterá em relação permanente com as massas, sacudindo-a de sua apatia. A prova mais evidente de que a democracia de Mazzini não tinha este estrito caráter popular, o demonstra sua profunda antipatia pelo socialismo”.¹⁸⁶ Ruggiero ainda coloca uma importante questão sobre a ação política : a atividade de persuasão do povo : “O povo a que o socialismo dedicou eficazmente seu trabalho, era o povo concreto, era a miserável plebe apolítica, ...fazendo brilhar nela uma primeira luz de humanidade e excitando-a para a *necessidade de associação*, veículo das mais preciosas aquisições da liberdade e da personalidade humana”.¹⁸⁷ Desta feita o grande desafio para os atores democráticos consistirá em recuperar a memória libertária popular, e com ela construir e consolidar a democracia.

A CONVENTIO AD EXCLUDENDUM

A guerra fria, desencadeada logo no início dos anos cinquenta, agia como uma efficientíssima técnica de controle social e manutenção de um grupo político dirigente no comando dos principais centros de decisão da esfera pública estatal. De certo modo foi

¹⁸⁶ Ruggiero, Guido de. *Historia del Liberalismo Europeo*. Op. cit., p. 303.

¹⁸⁷ Idem. *Ibidem*, p. 303.

assim que se manteve quase intacto, na Itália desses tempos, o velho *patto risorgimentale* : vaticano e industriais do norte, máfia e grandes proprietários do sul e funcionários públicos, normalmente sulistas, recrutados na base da *racomendazione*, reforçando na sociedade italiana a cultura do cliente e não a do servidor público republicano. Esta pesada herança conformadora de hábitos e costumes políticos anti-democráticos levaram o poeta a cantar : *na Itália o passado não passa*.

Os dirigentes do partido democrata-cristão - apesar de todas as suas diferenças internas, pois abrigava em seu interior um espectro muito matizado de correntes e interesses políticos que oscilavam entre a existência de setores de esquerda e vários matizes do conservadorismo católico - juntamente com outras forças menores, como o partido liberal e o partido republicano, empenharam-se em construir uma teia político-institucional onde o partido comunista, independentemente dos resultados eleitorais a seu favor, estaria sempre excluído do governo central. Na medida que o PCI privilegiara na sua estratégia a *guerra de posições*, cabendo nela o qualificar-se para a competição eleitoral, acabou *institucionalizando* certos aspectos de sua estratégia no sistema político italiano de tal modo que, se viesse a operar contra os métodos procedimentais democráticos, destruiria em grande parte suas próprias bases populares. Entretanto, *a razão de Estado*, sempre evocada para impedir a participação do PCI na gestão do país, referia-se sempre à necessidade de equilíbrio político na Itália republicana, como nação inserida na Comunidade Européia e no Pacto Atlântico. Em suma, os comunistas e seu *legame di ferro* com Moscou configuravam uma *grave ameaça* a esta situação. Na verdade, mesmo que os comunistas não tivessem o menor interesse em ameaçar o rompimento do jogo democrático, a lógica da guerra fria movia-se na reiteração sistemática do *perigo vermelho* como *inimigo público*. Todavia, ambos os partidos que atuavam nas extremidades do sistema político estavam amparados em amplos e vigorosos movimentos de massa, com isto polarizando a cena política italiana e configurando o que Giovanni Sartori denominou de *pluralismo polarizado*. Não se constituirão em objeto destes comentários as vicissitudes do partido socialista, de grande tradição popular e democrática na Itália, e suas relações com os comunistas, por serem por demais complexas.

FORÇA DAS CIRCUNSTÂNCIAS OU *VIRTÙ* DO PRÍNCIPE

O fato notável no quadro político italiano deste segundo pós-guerra se deve ao crescimento, nos sentidos político e cultural, do Partido Comunista Italiano. Esta situação conduz a várias indagações de tipo maquiaveliano. Como neste caso se combinaram *fortuna* e *virtù*? Como ensina Maquiavel, uma das maiores dimensões da *virtù* consiste na astúcia do príncipe em *saber meditar sobre as lições da história*.¹⁸⁸

Acreditamos que estas considerações autorizam introduzir o tema da *astúcia inovadora* do príncipe, que às vezes pode alterar os imperativos da *fortuna*. Lembro que a *svolta di Salerno*, de Togliatti, juntamente com a formulação dos princípios da *democracia progressiva* e do *partido novo* - entenda-se partido de massas e não somente de quadros - vieram em sintonia com uma antiga demanda italiana : a laicização e democratização da vida política e estatal. Essas exigências estavam presentes em todos os movimentos políticos modernos que almejavam a renovação civil do país. Ora, o programa do partido que havia dirigido a resistência, ao ter-se aberto em termos laicos, democráticos e renovadores da política, ampliou suas bases de apoio enormemente. Em 1945 são estabelecidos os critérios de inscrição partidária, que depois serão consagrados no Vº Congresso : “Nós aceitamos no nosso partido também aqueles trabalhadores que foram obrigados a inscrever-se no fascismo para encontrar trabalho ou para exercitar uma profissão...”. Esta abertura permitirá um significativo crescimento partidário : de 401.960 em 1944, o número de inscritos vai para 1.770.896 em 1945.¹⁸⁹ A estrutura organizativa imitará progressivamente o modo católico de organização, ou seja, estruturas capilares nas paróquias e uma proliferação por todo o país de *agências produtoras de bens de identificação coletiva*. Nesta medida, outro elemento explicativo da crescente força de um partido como o PCI esteve ligado a sua *utopia democrática*, consubstanciada no forte apelo dirigido às massas camponesas e operárias para a participação na esfera pública.

Em síntese, sua premissa básica de atuação política radicava-se na concepção de que a *via italiana para o socialismo* passava necessariamente pela encarnação de seu

¹⁸⁸ Cf. Skinner, Quentin. *Maquiavelo*. Madrid, Ed. Alianza, p. 78.

¹⁸⁹ Citado por Scopolla, Pietro. *La Repubblica dei Partiti : Profilo storico della democrazia in Italia - 1945-1990*. Op. cit., p. 115.

projeto no corpo vivo de fortes atores políticos, comandados por uma *leadership* bastante homogeneizada ideologicamente e submetidas a um líder que deveria reunir estatura moral, carisma e grande *astúcia tática*, além de um grande *senso de destino*. Mesmo os maiores críticos de Togliatti reconheciam-no um líder portador destas indispensáveis virtudes. Sua famosa e muito criticada *doppietta* não raro é considerada como parte de seu *patrimônio virtuoso*, porque filha legítima do realismo neo-maquiaveliano, principalmente de Gaetano Mosca, de quem foi aluno em Turim. Dentre as lições da história que Togliatti soube administrar muito bem a mais importante foi, por mais paradoxal que pareça, saber combinar a memória messiânica de um povo católico como o italiano com suas intensas esperanças de justiça. De alguma forma, esta situação se encontra plasticamente representada por uma das mais belas obras do cinema neo-realista italiano : *Noites de Cabiria*, de Federico Fellini. Cabiria pode ser vista como personagem emblemático deste espírito esperançoso que impregnara o povo. A prostituta, depois de sofrer tantas derrotas da vida, desfila por uma avenida da periferia pobre de Roma ao som de músicos ambulantes, exibindo o enigmático sorriso renascentista, monalisiano. As esperanças renascidas vinham junto com uma imensa vontade de participação na construção de uma sociedade mais justa. A vida das pessoas comuns, seus sonhos, sua simplicidade, suas pequenas histórias, serão a matéria principal da literatura e do cinema. Esse protagonismo popular, além de inspirar obras primas cinematográficas, trouxe para o conjunto da vida pública um grande senso épico de existência social.

O NOVO PATHOS REVOLUCIONÁRIO DO PÓS-GUERRA

Neste ponto, deve-se assinalar o *nexo europeu* dos fatos particulares à Itália. Este clima de euforia revolucionária, agregada à imperiosidade da reconstrução dos países, foi geral na Europa. No final dos anos quarenta e ao longo da década de cinquenta, pairou sobre a Europa uma atmosfera mental marcada por uma espécie de fé de que se estava vivendo um momento muito particular da história, no qual tudo era possível. Os reinos da liberdade e da igualdade estavam próximos, tangíveis. Faltava aos homens apenas por em ato o *destino do tempo*. Os tempos que corriam eram semelhantes àqueles presentes na

célebre passagem de Lukács, na *Teoria do Romance* : "...tempos que podem ler no céu estrelado o mapa dos caminhos que lhes estão abertos e que tem de seguir!, ...são tempos ...cujos caminhos são iluminados pela luz das estrelas! Para eles tudo é novo e todavia familiar; tudo significa aventura e todavia tudo lhes pertence. O mundo é vasto e contudo nele se encontram à vontade, porque o fogo que arde nas suas almas é da mesma natureza que as estrelas. O mundo e o eu, a luz e o fogo distinguem-se nitidamente e, apesar disso, nunca se tornam definitivamente alheios um ao outro, porque o fogo é a alma de toda a luz e todo o fogo se veste de luz".¹⁹⁰ Evidentemente, a grande iluminação seria dada pela iminência da *revolução socialista*, que portava em suas premissas a promessa de *reconciliação do eu com o mundo*. A realização desta esperança seria possível objetivamente através da desalienação dos homens na vida social.

A CRISE DO ACIONISMO

A pergunta inicial que se deve fazer sobre a dissolução partidária liberal-socialista é a seguinte : Por que uma *elite* de pensamento que formula um projeto político para o país - uma revolução democrática que fez o primeiro presidente da Itália pós-fascista, Ferruccio Parri, em 1944 - desaparece como partido político, obtendo um número insignificante de votos nas primeiras eleições do pós-guerra? Na verdade, o programa reformista do acionismo é muito parecido com aquele apresentado pelos comunistas : direitos sociais progressivos, profunda reforma agrária, democracia nas fábricas e nos locais de trabalho, e assim por diante.

Os acionistas haviam se juntado aos combatentes da guerra partigiana, possuíam seu legado de heroísmo e de mártires, e, contudo, não conseguiram se encarnar num corpo político. Esta incapacidade de agregação do partido da ação permanece sendo ainda um assunto polêmico na Itália. Nas conversas e entrevistas informais que realizamos, a crítica mais frequente creditava ao seu excessivo elitismo a grande responsabilidade por seu desaparecimento como força política organizada. De fato, fazia parte do programa acionista formar uma *classe dirigente* que estivesse à altura das tarefas de *rinnovamento*

¹⁹⁰ Lukács, Georg. *Teoria do Romance*. Lisboa, Ed. Presença, s/d. p. 27.

politico e sociale. Neste sentido, tratava-se mesmo de afirmação de uma nova *elite política* que desenharia uma nova engenharia institucional em condições de alterar a tradicional centralização do Estado unitário legado pelo *risorgimento*, resgatando de algum modo o federalismo *risorgimentale* presente em Carlo Cattaneo. Falou-se muito na *illusão risorgimentale* que teria acometido de modos diversos todos os atores da reconstrução democrática italiana. No caso dos acionistas, parece que seu liberalismo, embora fortemente ético, e portanto sensível à questão social, não foi capaz de designar os atores sociais que protagonizariam o drama da revolução democrática que gostariam de realizar em solo pátrio. Lembre-se que este também foi o destino do partido liberal, onde reinava intelectualmente a figura de Benedetto Croce, o *maitre à penser* de toda a geração envolvida na resistência e na luta pela reconstrução da Itália.

Várias teses se entrecruzam na tentativa de compreender a verdadeira natureza do fracasso do partido da ação. Afinal, ele reunira em suas fileiras, como dizia Calogero, *as melhores mentalidades da Itália*, movidas por um grande sentimento de dever civil de participar na liberação e reconstrução do país em bases liberais, democráticas e socialistas, realizando assim a tarefa salvadora que Gobetti, nos anos vinte, havia traçado para o liberalismo : sanar suas próprias insuficiências. Entre estas destaca-se aquela de ser capaz de dar conta do movimento operário. E, assim procedendo, realizariam um movimento herético no interior da tradição liberal. Gobetti intuía profundamente que o segredo daqueles desenvolvimentos da história residia em saber decifrar o enigma do protagonista da mudança. Os acionistas, com seu grande *impegno civile*, deram ao país em 1945, depois de semanas de negociação entre os diversos partidos, um presidente do conselho de ministros, Ferruccio Parri, membro do Partido da Ação e um dos mais prestigiados chefes da resistência. Todavia, quando Togliatti solicitou-lhe que iniciasse imediatamente a reforma agrária, Parri recusou sob o pretexto de que as forças aliadas que se encontravam no Norte com funções de controle, até o fim de 1945, poderiam intervir com força. Esta ambiguidade talvez revele em parte as dificuldades dos acionistas em elaborar uma estratégia política que realmente levasse em conta a participação popular nos seus projetos reformistas. Nisto permaneceram liberais clássicos, para os quais o campo da política pertence por natureza a uma *elite* que traz no seu coração o ímpeto generoso da mudança,

desde que a concepção, direção e o protagonismo sejam exclusividade dela. Nos vários balanços realizados por seus participantes tem-se a nítida sensação de que o ponto comum encontrado para explicar o seu desaparecimento como partido político que possuía um programa de renovação do país esteve ligado, fundamentalmente, ao fato de no fundo terem tido suas principais bandeiras retiradas da circulação política pelo novo programa partidário comunista, proclamado por Togliatti na lendária *svolta di Salerno*. Pode-se demonstrar, inclusive, a consciência dramática que seus membros revelam destes acontecimentos. Seus historiadores divergem entre si sobre o impacto demolidor que as teses togliatianas, consubstanciadas no *partido novo* e na *democracia progressiva*, tiveram sobre o acionismo em geral. Outros referem-se ao caráter messiânico do discurso comunista, que naquele momento catalisava as preferências das grandes massas que há muito esperavam por uma força que lhes organizasse as expectativas e desejos de participação. Tanto os católicos, como os comunistas e o velho partido socialista, designaram os sujeitos democráticos capazes de protagonizar a reconstrução e a mudança da Itália, ou melhor, ofereceram às massas o fogo para lhes incendiar os corações, conferindo à democracia republicana o seu *conteúdo virtuoso*. Enquanto isto, pondera Giovanni De Luna,¹⁹¹ o partido da ação projetara para si o papel de uma força central no novo desenho institucional da Itália do pós-guerra, desempenhando a função de mediador entre o velho e o novo. Por fim, a historiografia acionista, sempre de acordo com De Luna, atribuiu a Togliatti e, por consequência, à prática do PCI, em especial aquela organizadora das lutas camponesas do sul por reforma agrária, o principal papel de força dissolvente das anteriores contradições existentes no interior do PdA.¹⁹² Geralmente os acionistas viam com muita desconfiança os compromissos do partido de Togliatti com a política externa de Stalin. Afinal, o acionismo tinha se constituído desde suas origens liberais-socialistas e giellistas (militantes oriundos do movimento *Giustizia e Libertà*, de Carlo Rosselli) como alternativa a um socialismo estatista e autoritário. Mesmo assim seus componentes tinham uma visão bastante heterogênea do modelo socialista desejado. Um socialismo autônomo e independente, combinando-se com um desenho federalista, constituía uma das tendências

¹⁹¹ Luna, Giovanni De. *Storia del Partito D'Azione - 1942-1947*. Milano, Feltrinelli, 1982.

¹⁹² Ver mais detalhes sobretudo no capítulo *La svolta di Salerno e il tramonto della 'grande illusione': primi fermenti di disgregazione*. In: Luna, Giovanni De. *Ibidem*, pp. 171-200.

abrigadas no seu interior. O ponto alto de convergência era o republicanismo. As explicitações das diferenças tornaram-se possíveis depois da guerra, pois na luta de resistência o pacto unitário tornara-se para todo o combatente uma espécie de *imperativo categórico*. O destino comum dos acionistas foi afluír para outras formações partidárias. Ainda de acordo com Luna : “Em 20 de outubro de 1947 o Conselho Nacional do P.d.A, aprovava, com 64 votos contra 29, a confluência no P.S.I., pondo fim a ‘existência jurídica do partido’, ...o rio do acionismo se enterrava momentaneamente, pronto entretanto a reflorescer em milhões de riosinhos, córregos, como testemunharam várias experiências como aquelas do Movimento de Ação Socialista, a União dos Socialistas, a Unidade Popular etc., confluindo, porém, em uma corrente subterrânea destinada a alimentar permanentemente toda a experiência da esquerda italiana neste segundo pós-guerra”.¹⁹³

LEGADO DO ACIONISMO E BALANÇO CRÍTICO

A grande herança que se pode atribuir a este movimento de intelectuais empenhados em renovar política e moralmente seu país e, com isto, fundar uma nova ordem de convivência civil republicana, configurou-se, sem dúvida, na edificação de uma *intelligentzia* que por quase todo o período compreendido pela chamada primeira república desempenhou o papel de um poderoso *ombudsman* da democracia italiana em geral e dos comunistas em particular. Muitas vezes faziam o papel de verdadeiros oráculos, na medida que eram sempre consultados e impelidos a opinar sobre os acontecimentos nacionais e internacionais. Ouçamos as vozes de alguns deles que, em momentos diversos, procederam a um balanço de suas vidas e, principalmente, da função civil do partido da ação e das razões de seu fracasso como partido político. Em 1951, na *Inchiesta sul Partito d’Azione*, vários de seus mais importantes membros procederam a uma avaliação crítica de sua história e atuação. Estiveram presentes homens como Guido Calogero, seu principal teórico, Lelio Basso, Norberto Bobbio e muitos outros, e, como convidado, o secretário geral do Partido Comunista Italiano, Palmiro Togliatti. Poder-se-ia dizer que a tonalidade comum às avaliações sobre o insucesso do partido fixou-se sempre na ausência de base

¹⁹³ Idem. Ibidem, p. 365.

popular do acionismo. Bobbio diz com todas as letras que : “O partido da ação - julgando com base em minha experiência pessoal - jamais foi um partido no sentido que hoje se dá a esta palavra. Nos faltavam uma base de massa, uma ideologia unitária, uma organização e uma disciplina. ...Na sua origem deu-se um encontro de intelectuais que tinham em comum antes de tudo uma *idéia moral*, que era aquela de ser gobettianamente ‘desesperados sacerdotes da intransigência’, ...moralistas *d’ábord*, ...chefes sem exército. ...Nas posições morais, de fato éramos claríssimos e firmíssimos, ...procurávamos continuamente nos enraizar na vida política italiana, mas não conseguimos. A quem nos dirigíamos? ...Sem uma base popular este grupo de intelectuais não pôde sobreviver como partido. ...O partido da ação foi alguma coisa, menos um partido; uma vez concretizada a diáspora, se constata que aconteceu alguma coisa a mais, ...mas se em qualquer lugar que nos reunamos nos distinguimos pelo ‘lívido humor’ (de Gobetti e Cattaneo), isto é um bom sinal, é sinal de que o Partido da Ação foi exatamente aquilo que queríamos : a exigência de uma profunda renovação moral e política, que não se realizará hoje e nem amanhã, mas permanecerá um problema aberto, não arquivável...”.¹⁹⁴ Vejamos as apreciações de Togliatti, que começa sua intervenção afirmando : “Não há dúvida que para mim o movimento assim dito acionista teve, nos mais recentes períodos da vida italiana, um papel muito importante e positivo. ...Porque o Partido da Ação desapareceu assim cedo? Este é certamente um dos problemas mais interessantes da atual história da Itália. ...A escolha do elemento principal do seu trabalho, da base principal de sua atividade, jamais foi para a maior parte dos dirigentes acionistas algo claramente decidido. Esses apareciam, então, na cena política italiana como *consciências atormentadas*, sempre em ciumenta concorrência e às vezes em choque com seus naturais aliados na luta pelo progresso político e social. Às vezes, ao contrário, mostraram-se incapazes de ter a paciente espera e trabalho longo, difícil. A sua coerência estava mais nas afirmações gerais do que nos fatos, e nisto residiu o germe de sua futura desagregação. ...Encontrei nos acionistas sempre uma grande pressa e pouca tenacidade como organizadores e dirigentes de um grande partido político renovador. ...É necessário compreender o fluxo e refluxo dos fatos e das situações que, frequentemente,

¹⁹⁴ Bobbio, Norberto. *Intervenção no debate Inchiesta sul Partito d’Azione*. In: *Il Ponte*, Anno VII, n° 7, Luglio 1951, *Rivista Mensile di Politica e Letteratura* (diretta da Piero Calamandrei), pp. 906-907.

são mais espessos e mais fortes que a vontade dos homens. ...O Partido da Ação era , talvez, entre todos o mais qualificado para se tornar o grande partido das massas trabalhadoras e dos setores médios, ...mas faltou-lhe aquela paciente tenacidade e a tranquila constância. ...Todavia, um acionista é sempre um ótimo e ideal combatente político”.¹⁹⁵

As avaliações, como procuramos demonstrar com estes depoimentos, reconhecem que a situação do pós-guerra reclamava partidos de massas dotados de dirigentes com forte vocação para inserir-se no cotidiano das suas lutas e dores. A intervenção de Togliatti indica que, naquele momento, a *astúcia do príncipe* concretamente significava paciência, tenacidade e, fundamentalmente, muita coesão da liderança e sua consequente disciplina.

Na verdade não se deve perder de vista as indicações de que Togliatti trabalhou no sentido de destruir o acionismo. Pode-se tomar com indicativo disto o desabafo de seu mais importante biógrafo, o acionista Giorgio Bocca, que confessa seus sentimentos em relação ao biografado da seguinte maneira : “Dizem que todos os biógrafos se apaixonam por seus personagens. Não é o meu caso, não nutria a menor simpatia por Palmiro Togliatti. ...Tinha em relação a ele uma aversão, um preconceito partigiano, era o homem que havia humilhado Ferruccio Parri, que havia desprezado publicamente o Partido da Ação, que havia reduzido a Resistência a um episódio transitório”.¹⁹⁶ Bocca confessa ainda querer compreender um personagem que reunia aquela formação liberal-elitista piemontesa que atribui grande valor a cultura à rigidez do stalinismo, apesar do seu respeito pela cultura de um Bukarin. Esta combinação o fazia um comunista duro, culto, aristocrático. Então, pergunta-se Bocca : como explicar o mistério de sua imensa popularidade? Como era possível um homem esquivo, elitista, ser tão amado por seu povo? A prova dessa paixão popular foram seus funerais em 1964, acompanhados por milhões de pessoas, por camponeses que nunca tinham vindo antes à Roma. Antes disso, o autor lembra a imensa fúria popular que se abateu sobre à Itália, quando em 1948 Togliatti sofreu um atentado, até hoje não explicado e que quase lhe tira a vida. Foi preciso que o quase moribundo Togliatti, do leito do hospital, pedisse pelo rádio que o povo italiano não oferecesse

¹⁹⁵ Togliatti, Palmiro. *Intervenção no debate Inchiesta sul Partito d'Azione*. In: *Il Ponte*, op. cit., pp. 770-771.

¹⁹⁶ Bocca, Giorgio. *Palmiro Togliatti*. Vol 1, op. cit., p. 10.

pretexto para os inimigos da jovem democracia, e depusesse as armas. Bocca, na tentativa de compreender o príncipe amado pelo povo, arrisca afirmar que, talvez, o segredo do apoio ao duro realismo de Togliatti, por alguns chamado de cinismo, estivesse na sua aceitação dos poderes milenares das grandes instituições, fossem elas a igreja católica ou o grande estado socialista, que ele acreditava estar ajudando a nascer.¹⁹⁷ Neste ponto pode-se dizer que aqui a ética da convicção se tornara elemento de força da ética da responsabilidade.

Desse modo, pode-se concluir que o destino dos acionistas que entre outras coisas detestavam a política que depende de uma grande liderança carismática, que traz para a cena pública os grandes sentimentos populares, estivesse mesmo destinado ao fracasso, porque aqueles eram tempos em que os elementos utópicos, mesmo messiânicos, falavam mais alto do que a fria racionalidade da política como técnica de fabricar consensos. Tornara-se imperativo da *virtù* que o príncipe soubesse tocar os corações sedentos de esperanças daqueles milhões de destituídos, infundindo-lhes categoricamente a *idéia-força* de que a história em parte estava em suas mãos.

¹⁹⁷ Bocca, Giorgio. *Ibidem*, passim.

VI. DIÁLOGO ENTRE COMUNISTAS E LIBERAIS SOCIALISTAS. A LIBERDADE COMO TEMA.

O artigo de Norberto Bobbio intitulado *Nè con loro, nè senza di loro* (Nem com eles, nem sem eles) expressa bem o *wishfulthinking* que presidiu o debate travado, ou melhor, retomado na metade dos anos cinquenta e que envolveu intelectuais de formação liberal-socialista, como ele próprio e parte da *intelligentzia* comunista, inclusive o secretário geral do PCI, Palmiro Togliatti. Vale a pena ouvir, do próprio Bobbio, as razões de semelhante disposição espiritual e política, proveniente das posições liberais-socialistas : “Sem nunca ter sido comunista, nem tendo jamais pensado em me tornar um, eu percebia, no entanto, que o comunismo era o agente de grandes transformações, de uma verdadeira revolução no sentido clássico da palavra. Ao mesmo tempo, eu me convencera de que nós, *azionisti*, precisávamos nos diferenciar das posições dos comunistas, ainda que reconhecendo as batalhas que combatemos lado a lado, porque não esquecemos quais deviam ser os pressupostos gerais do Estado moderno. Assim eu via nos comunistas (sobretudo nos comunistas italianos) não adversários, mas interlocutores”.¹⁹⁸ Do lado dos comunistas também havia uma longa história que, apesar de tudo, os dispunha ao diálogo. Isto certamente remontava à formação liberal de sua liderança, sobretudo através das figuras de Gramsci, Terracini e Togliatti. Agregava-se ainda a experiência de terem sido

¹⁹⁸ Citado por Bobbio, Norberto. *Diálogo com os Comunistas*. In: Bobbio, N. *Diário de um Século*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1998, p. 98.

compagnon de route dos liberais-socialistas na luta anti-fascista. Não se pode negligenciar o fato de ambas as correntes terem bebido juntas nas mesmas fontes teóricas do croceanismo. Isto posto, importa lembrar que os acionistas jamais renunciaram às liberdades liberais e, principalmente, à teoria liberal dos limites dos poderes do Estado. A polêmica se desenvolverá fundamentalmente na direção da crítica à ausência do Estado de Direito democrático na União Soviética e à crença dos comunistas de que a democracia verdadeira estava se realizando ali. Isto mostra que o tema das liberdades individuais comparecia fortemente naquelas discussões. Entretanto, o núcleo essencial delas gravitava em torno da concepção mesma de liberdade, entendida como liberdade jurídica, que supõe necessariamente o garantismo liberal para protegê-la. Neste sentido, de ambos os lados o debate colocava problemas difíceis: Bobbio, corretamente, insistia no fato de que algumas conquistas da burguesia revolucionária se tornaram patrimônio universal indispensável para a convivência civil de todos os homens, seja qual for a sociedade em que vivam. Togliatti respondia, às vezes de modo canônico e em outras apresentando argumentos contundentes, questionando a fronteira existente entre liberdade, poder e privilégio.

Convém recordar que um conteúdo semelhante a este debate também havia polarizado as grandes inteligências da social-democracia alemã e, principalmente, da austríaca dos anos vinte. Tome-se, como exemplo, a polêmica realizada sobre o estado, o socialismo e a democracia, protagonizada durante a experiência da *Viena Rossa*, entre nada menos que Hans Kelsen, Otto Bauer, Max Adler e Karl Renner, na qual o primeiro criticava a teoria política do marxismo e em particular a teoria da extinção do Estado, que considerava anarquista, mas não o socialismo. O que o autor queria chamar a atenção era para as mudanças ocorridas nas formas políticas, salientando entre elas o Estado. Este poderia ser organizado como um *meio de técnica social para a consecução de fins políticos, meio que enquanto tal se pode utilizar de diversas maneiras*.¹⁹⁹ Do lado dos

¹⁹⁹ Kelsen, Hans. *Socialismo y Estado - Una investigación sobre la teoría política del marxismo*. México, Siglo Veintiuno Editores, 1982, p. 45. O texto de Kelsen é precedido nesta edição de um excelente e esclarecedor ensaio de Roberto Racinaro: "*Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte y treinta*". Sobre o austromarxismo e a experiência da chamada Viena Vermelha-1919-1934, a bibliografia em língua não alemã ainda é relativamente escassa. Sobre esse assunto ver: Rabinbach, Anson. *The Crisis of Austrian Socialism - From Red Vienna to Civil War 1927-1934*. Chicago University Press, 1983; Sassoon, David. *One Hundred Years of Socialism*. London Fontana Press, 1996 e Loew, Raimond. *The Politics of Austro-Marxism*. *New Left Review*, 118.

marxistas austríacos, as considerações kelsenianas e a própria realidade política da Viena daqueles anos impunham uma reflexão nova para as questões relativas ao estado, à democracia e ao direito. Demonstrativo desta disposição são as palavras de Karl Renner, que assinalava “o caráter imprescindível de uma teoria socialista do estado e do direito”. Afinal, nestas palavras de Renner e de outros começava-se a intuir algo que por anos a fio foi negligenciado pelo marxismo em geral, de que “...o direito não é somente um fato; também é uma idéia ou concepção e, ademais, é uma medida de valor. Inevitavelmente, possui uma dimensão intelectual e uma moral. ...Enfim, se supõe que as idéias e os valores do direito têm um certo grau de congruência entre si, mas também com as idéias e valores não jurídicos da comunidade, isto é, com sua ideologia em conjunto”.²⁰⁰

Contudo, o debate sobre o problema estatal revelava as dificuldades existentes no marxismo de reavaliar o que Kelsen chamara de *metafísica do estado no marxismo*, na medida que a formulação de Marx era retirada do contexto histórico em que foi concebida e transformada em fórmula fixa, eternamente válida para todas as situações históricas particulares. A proposta kelseniana reforçara a idéia de que as conquistas liberais sobre a necessidade da *rule of law* para limitar e controlar o poder do estado, poderiam ser incorporadas na construção do socialismo. O estado não deixara de ser percebido como uma *associação de domínio*; no entanto ele também conforma *uma ordem jurídica* e, enquanto tal, pode ser um sistema de normas totalmente adequado à realização do socialismo, na medida que sua *força normativa* pode impulsionar um modo específico de organização das relações de poder entre os homens de uma dada comunidade política, que poderia ser a sociedade socialista.²⁰¹ Dessa forma, o ordenamento estatal, fundado no direito, jamais poderia ser pensado como dispensável; pelo contrário, sua função política se torna intransferível na construção de um socialismo democrático.

Paolo Spriano, na sua monumental *História do Partido Comunista Italiano*, registra que o *compromisso liberal* dos comunistas, enquanto partido, se refez durante o difícil parto da primeira república, cujo momento emblemático foi o encontro entre

²⁰⁰ Berman, Harold. J. *La Formación de la Tradición Jurídica de Occidente*. México, Fondo de Cultura Económica, 1996. p. 584-585.

²⁰¹ Kelsen, Hans. *L'essence de L'État*. (traduction par P.H. Mounaïm). In: Mounaïm, P.H. *La Pensée Politique de Hans Kelsen*. Cahiers de Philosophie Politique, n° 17, L'Université de Caen, 1991, p. 19.

Togliatti e Croce, um encontro pessoal e político, porque realizado em meio à tempestade própria das grandes fundações históricas. Em suma, estavam discutindo os modos de edificação do novo ordenamento estatal, donde a importância de se estabelecer claramente os procedimentos legais para o funcionamento democrático das instituições. Nas palavras de Spriano : “É um compromisso em que a parte liberal oferece a solução formal do impasse institucional e ao qual a iniciativa política togliattiana deu substância nova...”²⁰² Spriano está se referindo à *svolta di Salerno*, que significa no léxico político italiano a proposta de Togliatti de *democracia progressiva*. Em outras palavras, o comunismo italiano aceitava a democracia procedimental como pressuposto do socialismo, ou seja, aceitava as regras do jogo democrático como método político de escolha dos governantes, realizando assim na sua ação concreta a schumpeteriana *luta de classes democrática*. São representativas dessa realidade prática e espiritual as palavras do líder histórico do sindicalismo comunista italiano, Luciano Lamas, afirmando que *havia entrado no partido para fazer a revolução, mas o que de fato havia aprendido era a democracia*.²⁰³

Neste sentido, as ligações do partido comunista com Moscou conformavam uma ambigüidade muito difícil de ser contornada no debate e nas disputas internas da política italiana. Defender e praticar a democracia no âmbito interno ao país, mas ser aliado de um Estado despótico como o da União Soviética, configurara por vezes uma certa esquizofrenia política. Por isto, o discurso e a prática política do PCI foram impelidos a se voltar fortemente para o resgate das grandes tradições nacionais, buscando apontar os caminhos para equacionar e resolver, por vias democráticas, os antigos dilemas políticos e sociais italianos. Dessa forma, defendendo ardorosamente a constituição republicana de 1948, os comunistas se tornaram uma das forças políticas que mais defenderam o regime democrático. Dentro desse espírito de compromisso com a democracia, Togliatti costumava carregar o texto da constituição por todos os lugares onde andava, lendo trechos dela em seus comícios. Sobre este costume são vastas as lendas e piadas nacionais. O anti-comunismo se referia negativamente àquele suspeito livrinho que Togliatti portava junto a

²⁰² Spriano, Paolo. *Storia del Partito Comunista Italiano*. Torino, Einaudi, 1975, vol II, p. 327.

²⁰³ Lamas, Luciano. *Gli comunisti italiani e la democrazia*. In: *L'Unità*, 11 de maio de 1992. Luciano Lamas presidiu nos anos setenta, anos marcados por grandes conquistas operárias, a forte CGIL, a maior central sindical da Itália.

si. Ele mesmo dizia que assim como os padres carregam insuspeitamente seus livros de orações, um comunista italiano devia trazer consigo, quando fazia política, o texto da Constituição. Ao fim e ao cabo, foi a prática comunista do período togliattiano que cumpriu o papel de nacionalizar em sentido democrático o povo italiano, na medida que o organizou nacionalmente como ator político. Certamente, Gobetti diria : os comunistas cumpriram uma *função liberal* na Itália, afinal foram eles que conferiram ao povo uma *consciência unitária* de estado-nação.

A POLÊMICA COMUNISTA COM OS LIBERAIS-SOCIALISTAS

A história dessa polêmica remete obrigatoriamente à estratégia comunista desenvolvida ainda durante a guerra, que tem seu ponto de fuga na fundação da revista *Rinascita*. Esta foi fundada por Togliatti na cidade de Nápoles, em junho de 1944, e foi pensada como peça decisiva na estratégia cultural do PCI. Afinal os comunistas deviam, depois de quase vinte anos de marginalização política, apresentar-se aos homens de cultura como organizadores de um veículo capaz de hospedar as mais veementes polêmicas. É claro que a estratégia tinha por finalidade atrair os intelectuais e os artistas para a formação dos *intelectuais orgânicos* e, assim sendo, renovar o pensamento marxista. Nello Ajello, no seu livro *Intelletuali e PCI - 1944-1958*, sobre o qual já fizemos referência anteriormente, afirma que *dibattito* (debate) foi a palavra chave deste periódico. Interessa sublinhar aqui as observações feitas por Giorgio Bocca, em sua biografia de Togliatti, de que na verdade a revista *Rinascita* havia copiado as publicações oriundas da melhor tradição liberal italiana.

O programa editorial da revista visava torná-la um órgão ideológico do partido mas, nas palavras de Togliatti, sobretudo "...abraçar campos de investigação, de polêmica e de trabalho onde no passado não tínhamos solidez para penetrá-los, além disso devemos chamar para nos ajudar nesta atividade nova, forças diversas, não regularmente enquadradas em nosso movimento".²⁰⁴ Assim o periódico *Rinascita*, de estampa gráfica

²⁰⁴ Citado por Nello Ajello. *Le Strade Dell'Egemonia*. In: *Intelletuali e PCI*. Op. cit., p. 47.

bastante conservadora em um momento de grandes inovações formais dos jornais e revistas que brotaram por toda a Itália, cumpriu por quase cinquenta anos o papel de principal veículo dos grandes debates travados no interior da esquerda italiana. E foi através de *Rinascita* que Galvano Della Volpe e Togliatti, que assinava seus artigos com o pseudônimo de Roderigo di Castiglia, debateram sobre as *questões da liberdade* com o acionista e liberal-socialista Norberto Bobbio, dando sequência a uma velha tradição iniciada nos anos vinte com a colaboração no jornal *L'Ordine Nuovo*, do liberal Piero Gobetti, que a convite de Gramsci desenvolve no jornal comunista as atividades de crítico de teatro. Naqueles distantes anos, especialmente no de 1921, a publicação *L'Ordine Nuovo* sai como diário. No ano seguinte, 1922, Gobetti publica no seu jornal *La Rivoluzione Liberale*, em 2 de abril, um ensaio sobre Gramsci e o movimento operário de Turim, salientando a contribuição dos comunistas no desenvolvimento de uma nova civilização na Itália, porque no desdobramento de suas lutas teóricas e políticas, mas sobretudo na luta dos conselhos de fábrica de Turim (o biênio vermelho), haviam preparado uma nova *elite dirigente*, uma nova *aristocracia* que poderia transformar a Itália, mesmo que ainda naquele momento fossem portadores, nas palavras de Gobetti, de uma *heresia solitária*. Lembre-se apenas que Gobetti sempre se referiu à experiência dos conselhos operários de Turim como um tesouro que os italianos jamais deveriam perder como referência “...de um dos mais nobres esforços que foram realizados para renovar a nossa vida política, quando a liberdade na esfera pública encarnara-se em jovens operários que em torno do jornal *L'Ordine Nuovo* falavam a linguagem da política como *hegelianos inconscientes*”.²⁰⁵

Em janeiro do ano de 1954, Norberto Bobbio escreve um pequeno artigo na revista *Nuovi Argomenti*, com o título *Democrazia e Dittatura*, onde discute a confusão que de um modo geral o movimento comunista havia feito entre Estado e Ditadura. Esta questão remonta fundamentalmente a Lênin que, principalmente no opúsculo *Revolução proletária e o Renegado Kautsky*, sustentara a tese de que todos os estados enquanto tais, não só o soviético mas também as democracias burguesas, são ditaduras. Além do mais, ditadura

²⁰⁵ Gobetti, Piero. *La Rivoluzione Liberale : saggio sulla lotta politica in Italia*. Torino, Einaudi, 1995, p. 101-112.

por ditadura a soviética é mais democrática do que a assim dita ocidental. Olhando hoje nos parece bizantino alguém falar em uma ditadura mais democrática do que outra. Em linhas gerais podemos tomar estes termos apenas como indicativos de que muita água precisará correr para que se compreendam as possibilidades contidas na forma estado. Todo ordenamento estatal resume por assim dizer as relações de força que se estabelecem na sociedade através da luta social e da institucionalização de suas vitórias e derrotas. Como lembram Claus Offe e Volker Ronge, o estado nas sociedades capitalistas constitui-se numa forma institucional do poder público que se reflete e se distribui na política das formas mais distintas nas diferentes sociedades.²⁰⁶ Esta definição, muito genérica, evidentemente não resolve as questões das formas de dominação que encontram abrigo e capacidade de reprodução na esfera estatal. Todavia, a fórmula leninista, que foi repetida canonicamente durante anos pelo movimento comunista, perdia completamente a capacidade de análise histórica das transformações que se operavam constantemente nos estados, em virtude da própria conflitualidade constitutiva das sociedades capitalistas. A insistência na repetição da fórmula leninista dispensava parte dos comunistas do esforço de análise concreta e real do fenômeno estatal. O estado moderno possuiria uma essência enrijecida que se cristalizara no tempo, imutável às grandes lutas sociais que caracterizaram os novos tempos, configurando o que Karl Mannheim chamou de *democratização substantiva*, para conceituar o aparecimento na arena política pública das grandes forças sociais oriundas do processo de industrialização. Na verdade, Bobbio, ao iniciar a polémica relembrou que as sociedades capitalistas ocidentais exibiram formas ditatoriais de exercício do poder como o fascismo e o nazismo e formas democráticas incessantemente mutáveis. Com isto queria discutir o caráter ditatorial com que o Estado Soviético exercia o poder, ou seja, "...suprimindo as principais liberdades civis e políticas e concentrando os poderes nas mãos de um chefe ou de um pequeno grupo de homens". Além do mais, continuava o autor, "...ainda permanece o fato : como o estado burguês se exprime em regimes liberais e regimes ditatoriais, donde não se ver porque o estado proletário só tenha conseguido exprimir-se ditatorialmente. ...Tomemos um outro exemplo

²⁰⁶ Offe, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1984, pp. 123 e segs.

: a doutrina da separação dos poderes é historicamente uma doutrina de origem burguesa; mas a exigência que essa exprime, a defesa contra o absolutismo do poder e a técnica constitucional que essa tem inspirado (relativa e recíproca independência dos órgãos titulares das três funções fundamentais do estado) não são mais burguesas, ou proletárias : são conquistas civis”.²⁰⁷ Interessante observar que Bobbio, no artigo que ora examinamos, retoma os argumentos que Kelsen havia mobilizado na polêmica com os austromarxistas, principalmente no que tange à função que o direito possa cumprir de técnica especial de organização de um grupo social para a defesa dos seus interesses. E, ainda, continuava Bobbio : “É importante que se comece a conceber o direito não mais como fenômeno burguês, mas como complexo de normas técnicas que podem ser operadas tanto por burgueses quanto por proletários para conseguir certos fins que à uns e outros, enquanto homens sociais, são comuns. Uma vez destacado o direito, como técnica da sociedade civil, se abre a estrada ao estudo de todos os aspectos desta técnica, assim como foi elaborada no curso dos séculos as correções e aperfeiçoamentos que sofreu e que não se pode evitar de comparar a técnica jurídica de um estado liberal-democrático com aquele ditatorial...”²⁰⁸

Como se vem demonstrando, o positivismo jurídico kelseniano foi mobilizado largamente por Bobbio na sua discussão com os comunistas italianos, tal qual o autor mais importante dessa tradição, Hans Kelsen, havia feito em relação aos austromarxistas. Bobbio adverte, no artigo que ora se comenta, que “...existem razões abundantes e objetivas para que os comunistas ocidentais, diante das instituições liberais, dirijam e desenvolvam diante delas cada vez mais sua adesão”. Além do mais, propõe Bobbio : “...os comunistas ainda devem, sobretudo depois da segunda grande guerra, a elaboração de uma teoria que até agora faz falta, que contemple a inserção de sua experiência no desenvolvimento da *civilização liberal* (do qual o comunismo é certamente filho, para não dizer ainda, herdeiro, com pleno direito)”.²⁰⁹ Mais uma vez, trajando vestes mais sofisticadas, reaparecem um dos temas gobbettianos. Esse artigo será respondido pelo filósofo marxista Galvano Della Volpe, na mesma revista *Nuovi Argomenti*.²¹⁰ A composição argumentativa das respostas

²⁰⁷ Bobbio, Norberto. *Diálogo com os comunistas*. In: Bobbio, N. *Diário de um Século*. Op. cit., p. 7.

²⁰⁸ Bobbio, N. *Ibidem*, pp. 10-11.

²⁰⁹ *Idem*. *Ibidem*, p. 14. Grifos meus.

²¹⁰ Cf. *Rivista Nuovi Argomenti*, nº 7, março-abril de 1954.

de Della Volpe é erudita e inteligente. Todavia, deve-se advertir para o fato de que o texto é um magnífico exemplar da visão que um típico intelectual de partido comunista possuía sobre o regime soviético nos anos cinquenta. Suas respostas a Bobbio se fundam sobre dois eixos : o fundamento da autoridade política no estado soviético e a diferença entre liberalismo e democracia. Della Volpe é autor de interessante livro sobre as relações entre Rousseau e Marx, onde discute e explora de modo inovador a existência de várias *afinidades eletivas* entre os dois autores.²¹¹ As reflexões de Della Volpe se dirigem no sentido de negar razão a Bobbio, quando esse cobra a excessiva concentração de autoridade existente na *elite* dirigente do estado soviético, argumentando que o regime não necessita da liberal divisão dos poderes e, portanto, da ação dos contrapesos montesquianos, porque seu poder executivo origina-se diretamente do corpo do povo, ou seja, o poder se funda na soberania popular, e, mais que isto, realiza as liberdades igualitárias que são mais que liberdades porque são também justiça.²¹²

Norberto Bobbio responde a Della Volpe em longo artigo cujo título, sugestivamente, é *Della Libertà Dei Moderni Comparata a Quella Dei Posterì*.²¹³ A essência da argumentação bobbiana reside na insistência em demonstrar que a teoria dos limites do poder, que compõe uma das mais importantes conquistas do pensamento liberal, precisa ser adotada onde quer que os homens se reúnam para viver uma vida comum. Bobbio se refere, ironicamente, às farpas que Della Volpe havia lançado contra ele, ao dizer que ouvia nas considerações do autor a *velha música* tocada pela primeira vez pelo *impenitente liberal* Benjamin Constant, no seu célebre ensaio *De la Libertè des anciens comparée a celle des modernes*. O fio condutor da réplica de Bobbio se organiza em torno do eixo que democracia moderna pressupõe o liberalismo e que pode ser resumido pela indispensabilidade "...das fundamentais garantias jurídicas de alguns fundamentais direitos de liberdade. ...O problema novo é muito importante - o consideramos tão importante quanto aquele da *democratização dos regimes liberais* frente aos quais nos encontramos, e que da minha parte procurei colocar em evidência no artigo anterior e que agora é o inverso, ou seja, o da *liberalização dos regimes democráticos*. Toda a democracia

²¹¹ Della Volpe, Galvano. *Rousseau e Marx - A Liberdade Igualitária*. Lisboa, Edições 70, 1982.

²¹² Della Volpe, Galvano. *Comunismo e Democrazia Moderna*. In: *Rivista Nuovi Argomenti*, 1954, p. 138.

²¹³ Cf. *Rivista Nuovi Argomenti*, nº 11, novembro-dezembro de 1954.

desrespeitosa dos princípios clássicos do liberalismo necessariamente se transforma em regime iliberal e despótico”.²¹⁴ Aqui Bobbio faz uma colocação interessante, pois admite, ao criticar a afirmação de Lênin de que a democracia soviética era mil vezes mais democrática que qualquer democracia burguesa, que as chamadas democracias proletárias “...efetivamente haviam iniciado uma fase de progresso civil em países politicamente atrasados, introduzindo institutos tradicionalmente democráticos de *democracia formal*, como o sufrágio universal e a eletividade dos cargos, e de *democracia substancial*, como a *coletivização dos instrumentos de produção*. Estes mesmos países não são liberais”.²¹⁵ O autor, como vimos, fala a linguagem política do tempo existente no campo da esquerda, conectando democracia com algum tipo de justiça social e de distribuição da riqueza. Para tanto acrescenta o adjetivo *substancial* para completar a democracia. Esta necessitaria incluir em sua dinâmica funcional as principais instituições liberais, entre as quais “...as garantias dos direitos de liberdade, primeiro entre estes a liberdade de pensamento, de expressão, a divisão dos poderes, a pluralidade dos partidos, a proteção das minorias políticas”.²¹⁶ Na verdade Bobbio insiste no respeito aos direitos civis, que um intelectual brilhante como Della Volpe, partigiano na luta anti-fascista, teima irracionalmente em chamar de *liberdade dos burgueses*, identificando-os com a liberdade de uma classe e com isto recusando um valor fundamental do liberalismo. Dessa forma, lança para o futuro, para a sociedade dos livres, a sociedade comunista sem classes, para a qual a sociedade soviética estaria se encaminhando, a dissolução e a efetiva superação das antinomias das duas liberdades, a igualitária e a formal de cunho liberal. Della Volpe chega a dizer que : “As liberdades civis reivindicadas pela doutrina liberal pretendiam ser valores universais, enquanto valores de classe, representando a ideologia individualista e os interesses econômicos egoístas da classe burguesa. Portanto, acontecendo a dissolução das classes, também os valores portados por estas não têm mais razões para sobreviver”.²¹⁷ Esta passagem de Della Volpe patenteia bem a magnitude dos equívocos que naqueles tempos acometeram a polêmica político-teórica no interior do marxismo. Hoje percebemos que um

²¹⁴ Bobbio, Norberto. *Diálogo com os comunistas*. In: *Diário de um século*. Op. cit., p. 57. Grifos meus.

²¹⁵ *Idem*. *Ibidem*, p. 57. Grifos meus.

²¹⁶ *Idem*. *Ibidem*, p. 58.

²¹⁷ Citado por Bobbio, N. Op. cit., p. 58.

dos grandes erros contidos nestas posições em parte se explicam pela enorme confusão que - por paradoxal que pareça, ocorreu entre intelectuais de formação universalista - consiste na não compreensão de que valores, conquistas históricas políticas e espirituais, por mais particularistas que possam ter sido nos seus motivos originais, podem se converter em valores perenes da humanidade, portanto dotados de conteúdos universalistas, normalmente não visíveis aos portadores originários. O racionalismo moderno, entre outros sentidos, significou a vitória da razão contra o obscurantismo e a intolerância presentes na vida dos homens pré-modernos.

Palmiro Togliatti, através do artigo *In tema di libertà*, participa e saúda o debate, relembrando a Bobbio sua condição de “bom militante pela liberdade e que até agora acreditamos continuar a sê-lo”.²¹⁸ O tom mais forte que Togliatti emprega é o de lembrá-lo da pesada atmosfera político-intelectual que se criara com a guerra fria, onde a marginalização e toda sorte de restrição política aos comunistas era admitida como meio legítimo de impedir-lhes que, supostamente, violassem os direitos de liberdade. Evidentemente, Togliatti também demonstra seu convencimento de que na União Soviética está se realizando uma forma superior de democracia, pois lá se distribuiu a riqueza e os operários estão no poder construindo o socialismo. Diante dessas convicções profundamente arraigadas, os aspectos liberais dos ordenamentos democráticos, como o estado de direito, a proteção às minorias, o desenvolvimento da tolerância etc., eram sentidos como retóricas ocidentais hipócritas. Togliatti recorda então à Bobbio sobre o lugar da liberdade de expressão e de imprensa nos Estados Unidos, apresentando o seguinte comentário : “E a liberdade de imprensa? Quando e onde um grupo de oposição, por mais numeroso e armado das mais nobres idéias, mas privado dos meios materiais, tem podido publicar um jornal? Estamos aqui, nos perdoe Bobbio, no campo da mais pura hipocrisia. O regime liberal não tem necessidade de nenhum *abuso de poder* para impedir o exercício de fato daqueles direitos de liberdade que os seus teóricos proclamam. Basta a normal distribuição das riquezas”.²¹⁹ É claro que de ambas as partes envolvidas na discussão os

²¹⁸ Togliatti, Palmiro. *In Tema di Libertà*. In: *Rinascita*, Roma, nº 11/12, nov/dez de 1954.

²¹⁹ Togliatti, Palmiro. *Ibidem*, p. 735.

argumentos apresentados partem de premissas distintas. O marxismo de Togliatti e Della Volpe mobiliza os velhos petardos anti-liberais. Togliatti lembra bem que o liberalismo na sua realidade prática transforma direitos de liberdade em aviltantes privilégios dos que possuem poder econômico. Bobbio, por sua vez, toca nos problemas cruciais que atingiram mortalmente toda a experiência do *socialismo real*, principalmente a ausência de procedimentos efetivos de limitação ao poder do estado. O ponto fraco da crítica de Bobbio reside na absoluta ausência de referência sistêmica em sua obra. O autor centra-se sempre na enunciação e validação dos princípios abstratos enquanto tais, examinando sua coerência interna, remontando à história enquanto história do pensamento político, sem preocupação de percebê-los no contato com o mundo objetivo das forças sociais em conflito e seus imperativos no interior de uma dada ordem sistêmica.

Do lado dos marxistas italianos, na polêmica nos anos cinquenta, a fragilidade revelada nos argumentos está enraizada muitas vezes na visão canônica que possuíam da obra de Marx e da equivocada percepção sobre o que de fato ocorria na União Soviética. Isto se somava à concepção de que o liberalismo se resumia simplesmente a uma ideologia burguesa com temporalidade definida e, portanto, já esgotada nos seus impulsos renovadores. A burguesia havia vencido o absolutismo fazendo dele sua ideologia orgânica e no presente o mobilizava apenas como corpo de idéias para defender seus interesses particulares de classe, não precisando mais cumprir suas premissas libertárias. Os princípios liberais agora cumpriam apenas funções de ocultamento do mundo real das relações sociais, desempenhando o papel das *névoas perenes* do Deserto dos Tártaros, grande alegoria do poder no mundo moderno construída pelo romancista Dino Buzzatti. Do alto da fortaleza militar, o Forte Bastiani, jamais se podia ter uma visão clara do tamanho da planície desértica, sempre envolta em neblina. Esta obscuridade da natureza proporcionava aos soldados toda sorte de visões fantasiosas a respeito da realidade do deserto.

Os fascismos e todas as ditaduras sempre recorreram ao assassinato das liberdades, em nome de sua defesa contra os comunistas que queriam exterminá-las. Este foi o recorrente mote ideológico das ditaduras no século vinte, para exterminar opositores de esquerda. Os erros teóricos de Togliatti e Della Volpe não derivam exclusivamente das

suas particulares cegueiras, possuíam também razões históricas muito amplas e complexas. Não se pode esquecer que muitas vezes as instituições liberais funcionaram como as *névoas perenes* de Buzatti, obscurecendo as maiores explorações e ignomínias que os poderes constituídos cometiam contra os seus cidadãos.

O fato positivo a ser assinalado na polêmica relatada acima consistiu no fato de que na Itália este debate jamais se interrompeu, sendo retomado em diversos momentos. Pode-se dizer sem exagero que as críticas provenientes do liberal-socialismo às práticas comunistas acompanharam toda a experiência dos comunistas italianos no pós-guerra, funcionando em um certo sentido como uma espécie de seu *ombudsman*. Os últimos debates que se pode registrar encontram o mesmo Bobbio, outra vez, questionando a teoria marxista do Estado. Estes se desenvolveram nas páginas do jornal socialista *Mondo Operaio*, no outono de 1975, e publicadas no seu livro *Quale socialismo?*.²²⁰ Faz-se mister recordar que o conteúdo do debate no essencial foi, mais uma vez, semelhante àquele travado entre Hans Kelsen e Otto Bauer, Karl Renner e Max Adler, no final dos anos vinte em Viena. Bobbio, que sempre se definiu juridicamente como kelseniano, conhecia bem aquela polêmica e a retomou sempre que pôde. O debate dos anos cinquenta encontrara os comunistas muito auto-suficientes, afinal, *o fantasma da revolução rondava mais uma vez a Europa*. Daí que as restrições feitas por Bobbio no fundo eram vistas como implicâncias inofensivas de um liberal. Os comunistas italianos possuíam força política, intelectual e estavam a caminho da hegemonia. No fundo, o impulso que animara o debate estava dado pelo deslocamento espacial do mesmo. Afinal se discutia e se denunciava o fato de o estado soviético não se organizar como um estado de direito. Vimos o núcleo do argumento comunista na defesa da União Soviética. O grande paradoxo dos comunistas italianos, como foi referido anteriormente, residia no fato de possuírem duas políticas : defenderem, com os liberais-socialistas, a médio prazo as mesmas bandeiras políticas e civis para o povo italiano, e no nível mais geral, como utopia, admitirem acriticamente que o modelo soviético de socialismo realizava a democracia. No fundo, a discussão situava-se fora do lugar, pois a famosa *svolta de Salerno* patenteava claramente que o caminho soviético para o socialismo não podia ser imitado. Afinal, o que foi a invenção togliattiana da *via italiana*

²²⁰ Bobbio, Norberto. *Quale Socialismo?*. Turim, Einaudi, 1976.

para o socialismo senão o reconhecimento das especificidades nacionais que se tem de levar em conta na elaboração das estratégias revolucionárias, isto é, a consubstanciação da diferença entre *oriente e ocidente* em política?

Todavia, o ponto crucial que dividia os autores no debate era a confusão entre liberalismo e democracia. Bobbio reclamava a ausência de estado de direito na União Soviética, quando para os comunistas não se podia falar em direitos de liberdade na presença da desigualdade e da miséria. Portanto, democracia possuía um significado inequívoco, como bem expressou Togliatti : “Direitos de liberdade e direitos sociais se tornaram e são nosso patrimônio”.²²¹

Em 1989, no jornal *L'Unità*, na época dirigido por Massimo D'Alema, o antigo debate é revivido através de longa entrevista com Norberto Bobbio, realizada por Giancarlo Bosetti. Umberto Cerroni responderá às questões postas por Bobbio, escrevendo um ensaio intitulado *Liberalismo e socialismo : investigação sobre uma nova perspectiva*. O autor procede a uma abordagem histórica do problema, centralizando sua análise na importância, para a ampliação e aprofundamento da cidadania liberal e sua transformação em cidadania democrática, das lutas históricas do movimento socialista, desde as existentes para a conquista do sufrágio universal às realizadas pelo movimento operário que trouxeram para a agenda política pública a exigência de se substancializar a própria noção de direitos humanos. Foram progressivamente rompidas as cláusulas excludentes do liberalismo clássico que limitavam o universo dos cidadãos. Neste sentido, o conceito de cidadania iniciara, no plano histórico, seu caminho em direção à cidadania universal, ou seja, ao direito ao bem estar social e moral que todos os homens tem como cidadãos do mundo. Na entrevista que estamos comentando, Bobbio reafirma suas críticas aos modelos governativos do chamado *socialismo real*, acentuando os malefícios da ausência dos controles exigidos pelo estado de direito. Naquele momento, as chagas profundas do totalitarismo se expunham de modo inequívoco. As enormes deformações existentes no seu organismo social se exibiam duramente. O projeto socialista, carente de democracia, caíra por terra manchado com o sangue de todos os dissidentes. Mais adiante, no entanto, nas suas respostas sobre a questão democrática no plano interno à sociedade italiana, o autor

²²¹ Togliatti, Palmiro. *In Tema di Libertà*. Op. cit., p. 735.

ressalta a contribuição do Partido Comunista Italiano para a democratização do país, afirmando que "...o PCI sempre agiu nestes anos como um partido democrático que respeita as regras fundamentais da democracia. Sobre as quais, insisto, vale dizer a regra que se pode criticar, que se pode mostrar de todas as formas possíveis o dissenso, mas sem romper o pacto que exclui o uso da violência. É necessário lembrar historicamente sobre isto ao PCI, um partido que em 1948 impediu que o atentado a Togliatti (que foi um ato de violência, conformando uma ruptura do pacto de não agressão da parte dos adversários) se tornasse ocasião para uma resposta violenta. Então eu digo que o PCI não somente professou a democracia, mas que agiu lealmente em relação a ela nestes anos de vida democrática".²²² Diante da pergunta formulada por *L'Unità* sobre as razões porque não falava com entusiasmo de social-democracia, preferindo falar conjuntamente de socialismo e liberalismo, Bobbio responde : "A minha inspiração é socialista e participei dos primeiros movimentos anti-fascistas através do liberal-socialismo de Guido Calogero". Indagado como via hoje os debates dos anos cinquenta com os comunistas, afirma : "Na realidade, sobre aqueles temas fundamentais dos direitos de liberdade nenhum dos comunistas de hoje sustentaria as teses que foram afirmadas naqueles anos cinquenta (também devo dizer que a polêmica de Togliatti não foi desdenhosa e ainda em 1957 Della Volpe corrigiu seu juízo, reconhecendo-me algumas razões). Posso dizer sem parecer presunçoso que mudaram os comunistas mais do que eu mudei. A discussão dizia respeito substantivamente aos direitos fundamentais do indivíduo, que devem ser válidos nas suas relações com qualquer estado".²²³ Ouvem-se aqui nitidamente, ainda uma vez, os ecos da polêmica dos anos vinte entre Kelsen e os austromarxistas.

Creio que se pode dizer que na cultura política italiana Togliatti e Bobbio representam, nas suas profundas diferenças, o cumprimento fiel da tradição do realismo maquiaveliano do país. Ambos aprenderam com Mosca, entre outras coisas, o valor

²²² *L'Unità* -Documenti. *Socialismo Liberale, Il Dialogo con Norberto Bobbio oggi*. Roma, 1989, p. 98.

²²³ *Idem*. *Ibidem*, p. 96.

político e moral das fórmulas : *socialismo como democracia progressiva*, em Togliatti, e nas palavras de Bobbio, postas numa carta a Perry Anderson de 3 de novembro de 1988, “o liberal-socialismo é somente uma *fórmula*, sou o primeiro a reconhecê-lo, mas *indica uma direção*.”²²⁴

Em síntese, todo o debate que demonstramos acima certamente significou apenas um pequeno capítulo da velhíssima polêmica sobre a difícil compatibilização entre a liberdade e igualdade como possíveis históricos entre os homens. Contemporaneamente, esta contenda outra vez se impõe, tendo que enfrentar sempre o poderoso núcleo de tensões e de dilemas que constituem as relações entre socialismo, liberalismo e democracia. Nas dobras desta problemática, a única certeza que se pode ter é que os termos desta tríade, na sua articulação interna, estão a exigir redefinições de seus conteúdos normativos. Retomar a discussão sobre todas estas questões parece ser ainda a grande aventura teórica que tem diante de si a reflexão intelectual que se pretende emancipatória.

Importa assinalar que não estamos no marco zero de nada. Possuímos uma experiência e a memória de uma reflexão e de uma prática política orientadas pelo universalismo. A força dos fatos demanda a força analítica da razão, sobretudo aquela que não dispensa seu poder unificador de análise. Cabe, portanto, mobilizar os instrumentos mais poderosos do racionalismo a fim de efetuar a crítica radical dos projetos emancipatórios, cujas realizações perversas como as do socialismo real converteram-se no seu contrário. O marxismo desde há muito precisa se libertar das dimensões teológicas que certos marxistas lhe conferiram, retirando-lhe assim a força de sua face profana, laica e radicalmente crítica das formas reificadas de consciência. Torna-se imperativo, para a reflexão social, resgatar dos escombros da experiência prática dos movimentos sociais inspirados no marxismo - encarnados nos grandes partidos comunistas, socialistas e sociais-democráticos - seus conteúdos universalistas. A política e grande parte das teorias contemporâneas abandonaram as orientações voltadas para o universal. Contudo, a existência da memória indica a possibilidade de reivindicar a reconstrução de identidades coletivas, certamente redefinidas pelas novas determinações da história. Portanto, pode-se benjaminianamente *acordar os mortos* e, com eles, reelaborar projetos emancipatórios.

²²⁴ Idem. *Ibidem*, p. 82. Grifos meus.

Cabe aqui recordar o convite de Habermas à reflexão sobre a experiência histórica do movimento comunista mundial : “A figura particular do partido é mediatizada com o universalismo dos fins através da *inclusão da dimensão futura*, ou seja, de uma segmentação diacrônica da razão”.²²⁵

Ainda nesta direção o jovem Gramsci, ao seu tempo e analisando o analfabetismo, então generalizado na Itália dos pobres, comenta o particularismo e a estreiteza em que transcorria a existência do povo, cuja vida de relações se esgotava na conversação em dialeto (*al campanile, alla famiglia*). O autor observa que foi “...a propaganda socialista e a prática parlamentar socialista que propuseram o ensino obrigatório. A propaganda socialista colocou o sentimento vivo de não ser o indivíduo membro de um pequeno círculo de interesses imediatos, mas sim um cidadão de um vasto mundo, como também o fato de que é necessário trocar com os outros homens as idéias, as esperanças e as dores. Em suma, a *cidadania universal só pode ser obra do socialismo*”.²²⁶

O imperativo que a razão libertária impõe para a reelaboração de um novo projeto universalista emancipatório somente será possível através da retomada da reflexão sobre os objetos do mundo social, realizada na mais ampla e articulada interdisciplinaridade dos saberes, cumprindo assim o destino que Proust poeticamente reservara às idéias : “...diga-se depois se na vida comum que levam as idéias no seio de nossa alma haverá uma única das que nos fazem felizes que não tenha ido antes, verdadeira parasita, pedir à vizinha a melhor parte da força que lhe faltava?”.²²⁷

²²⁵ Habermas, Jürgen. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983, p. 94. Grifos meus.

²²⁶ Gramsci, Antonio. *La Città Futura*. Torino, Einaudi, 1982, p. 7. Grifos meus.

²²⁷ Proust, Marcel. *À Sombra das Raparigas em Flor*. In: *Em Busca do Tempo Perdido*. Vol. 2. Porto Alegre, Ed. Globo, 1960, p. 41.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria que as reflexões realizadas nestes ensaios, que se pretenderam informadas por algumas categorias da teoria política e da sociologia, tenham capturado os eventos descritos na sua historicidade específica, esperando que, por deficiências da descrição, não tenham deixado de revelar seus conteúdos potencialmente universais. As encarnações vivas dos seus principais portadores trazem à tona os limites e a grandeza de seus feitos. Os limites e grandezas dos personagens e de suas realizações terão sua intelegibilidade muito mais reveladas pelo deciframento das entranhas do tempo que viveram do que apenas pelo entendimento de suas circunstâncias pessoais. Com isto não se está querendo subestimar o peso existente na história dos fatos analisados das ações de indivíduos singulares. Dessa forma, apenas se quer salientar que o sentido de uma época sempre se reveste de cristalizações históricas herdadas, que determinam em parte as construções e escolhas dos homens, as vezes ampliando ou restringindo o campo de possíveis. Isso remete à advertência de Marx feitas nas belas páginas do *Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, sobre a inelutável compressão que a memória dos mortos exerce nos cérebros dos vivos. Esta tensão existente na história humana entre o legado dos mortos e a vontade dos vivos de andar adiante, configura mesmo a possibilidade da mudança, da superação, tornando, então possível a liberdade.

A experiência narrada pretendeu apreender este duplo movimento que presidiu a ação política e teórica dos atores envolvidos na modernização democrática da Itália. Este processo, como se viu, foi penoso e pleno de tensões e ambiguidades. Hoje tornou-se objeto de história no mais amplo sentido : é vivência de homens e mulheres, reais e

concretos, é história do embate de idéias políticas e sociais, é história de disputa por hegemonia e, portanto, de disputa de projetos políticos, assim se configurando como história da interação entre diversos sujeitos políticos. O legado pedagógico deste complexo conjunto para a reflexão da esquerda atual é enorme.

Em primeiro lugar, deve-se destacar que os fatos da vida social e política italiana enraizados em um antigo e profundo solo histórico, donde nasceram tradições intelectuais e sociais, cristalizadas e sedimentadas em endurecidos costumes e sentimentos, foram, em parte significativa, transformados em sentido democrático. A grande força prática que engendrou este resultado residiu no fato que as diferentes correntes progressistas, frente a magnitude e poder dos inimigos - o fascismo e o clericalismo intolerante e obscurantista, quase sempre aliados contra o progresso civil do povo -, foram por diversas vezes impelidas a suspender seus dogmatismos, suas intolerâncias e suas certezas, para atuarem juntas. Disso resultou uma interpenetração recíproca de idéias e princípios fecundantes de uma nova ética política e intelectual.

Hoje, na Itália, nenhum militante ou intelectual de formação comunista, e seriamente envolvido na lutas de seu país, pode ignorar os valores e escolhas rosselianas e gobettianas, como as que privilegiam o aspecto da autonomia moral e política dos cidadãos, enquanto condições para o exercício de uma cidadania democrática exigente. Outro tema relevante, oriundo desta perspectiva, patenteia-se na polêmica sobre o federalismo e as autonomias locais como potencializadores do bom governo, compreendido esse, em uma de suas dimensões, como *auctoritas*, que por estar próximo e identificado com as lutas e dificuldades de seus concidadãos os inclui nas decisões que lhes dizem respeito. A questão da ética pública e da moral, postas tanto pelo socialismo liberal de Rosselli como pelo liberal-socialismo de Calogero, estão sendo revisitadas à luz dos anos noventa como modo de enfrentar o problema da corrupção difusa pela sociedade. A operação *mãos limpas* de 91/92 demonstrou bastante bem que a sociedade reage quando dispõe de recursos políticos e de informação suficiente sobre a conduta ética que sua *classe política* estabelece com a *res pública*. Estas questões se articulavam nos liberais-socialistas com a exigência de uma profunda reforma democrática do velho estado italiano. Como se

pode observar, do ponto de vista programático, *le sinistre fratelli-nemici* ainda têm muitas estradas para percorrermos juntas.

Tudo somado, que lições retirar desta história particular ? Que o diálogo entre as diferentes tradições da esquerda mundial deve ser o mais amplo possível. O marxismo pode dialogar com um certo liberalismo. Não só pode, como deve incorporar ao seu campo de problematizações teóricas e políticas aquela dimensão do liberalismo que Michael Walzer considerou como a mais astuciosa (*artfulness*) realização daquela doutrina : a *arte da separação*. “A arte da separação não é uma ilusória ou fantástica empresa, ela é moral e politicamente uma adaptação necessária à complexidade da vida social”.²²⁸ De fato as *separações* significam delimitações e proteções jurídicas de espaços de liberdade (*protected space*), individual ou grupal, como as referentes às liberdades sexual, familiar e religiosa, e, também, como a separação entre as esferas pública e privada na vida dos cidadãos, garantindo-lhes o direito a sua privacidade (*privacy*) etc.

As considerações acima estão referidas à fruição das liberdades no âmbito da vida societária. Esta importante conquista do pensamento e das lutas sociais tornou-se patrimônio cívico da humanidade. Walzer propõe, então, que o mesmo seja posto *...a serviço do socialismo*.²²⁹

Ainda uma vez merece ser assinalado que a arte da separação como arte da limitação do poder do estado - donde decorre o clássico fundamento do Estado de Direito - foi bastante exigida pelos liberais de esquerda, para que se tornasse constitutiva do socialismo democrático, ou melhor, de um estado de direito socialista. Lembremo-nos do velho jurista Hans Kelsen, que nos anos vinte recordava aos marxistas austríacos esta profunda verdade.

Por tudo isto que foi aqui considerado talvez se possa concluir que a manutenção da força analítica do marxismo, como crítica radical do capitalismo, possa ser revigorada se sua teoria da política, do estado e da sociedade civil, assimilar de uma vez por todas o princípio de que liberalismo político e socialismo podem se interpenetrar teoricamente, e praticamente estabelecer acordos políticos de luta contra os inimigos da justiça e da

²²⁸ Walzer, Michael. *Liberalism and the art of separation*. In: *Political Theory*, vol 12. Number 3. August 1984. Beverly Hills-London-New Delhi Sage Publications, p. 319.

²²⁹ Walzer, Michael. *Ibidem*, p. 318.

liberdade, sem renunciar as suas diversidades. A possibilidade de que este encontro seja fecundo dependerá, e aqui parafraseando Gramsci, da única certeza que se tem na história : a dura e paciente luta dos homens pela liberdade.

Concluindo o *racconto* da experiência dos encontros e desencontros dos liberais-socialistas e comunistas italianos, apresentou-se a certeza de que este encontro histórico propôs problemas e encaminhamentos políticos e teóricos a todos os comprometidos com a emancipação dos homens de toda alienação, exploração e tirania. As dúvidas sobre o acerto das soluções adotadas por uns e outros perseguiu e persegue a todos que compartilharam esta aventura. Por isto, talvez Hamlet não tenha razão : a dúvida não paralisa a ação e o conhecimento, mas sim os ajuda a prosseguir.

BIBLIOGRAFIA

- Adler, Friedrich. *L'autodifesa di Friedrich Adler davanti al tribunali di Vienna*. In: Collotti, Enzo. *La Guerra e la Crisi della Socialdemocrazia*. Roma, Ed. Reuniti, 1972.
- Adorno, T. e Horkheimer, M. *Dialética do Iluminismo*. São Paulo, Editora Abril, 1980.
- Ajello, Nello. *Intellettuali e P.C.I. - 1944/1958*. Bari, Laterza, 1979.
- Albertoni, Ettore A. *Gaetano Mosca y la formación del elitismo contemporáneo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- Aliboni, Marta. *Carlo Rosselli : antifascismo e posfascismo in "Giustizia e Libertà"*. Pisa, monografia, 1972-1973.
- Arendt, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.
- Bagnoli, Paolo. *Rosselli, Gobetti e la rivoluzione democratica : uomini e idee tra liberalismo e socialismo*. Pisa, Scandicci : La nuova Italia, 1996.
- Basso, Lelio. *A trent'anni dalla morte di Piero Gobetti*. In: *Mondo Operaio*, n° 2, fevereiro de 1956.
- Bauer, Otto. *Bolchevismo o Socialdemocrazia?*. In: Marramao, G. *Austro-Marxismo e Socialismo di Sinistra fra le due guerre*. Milano, La Pietra, 1977.
- Becattini, Giacomo. *Libertà Positiva e Piena Occupazione: note sul liberalsocialismo*. Milano, *Rivista Il Ponte*, 1986.
- Benjamin, W. *Lições de Filosofia da História*. São Paulo, Ed. Abril, 1986.
- Bergami, Giancarlo. *Guida bibliografica degli scritti su Piero Gobetti - 1918-1975*. Torino, Einaudi, 1981.
- Berman, Harold. *La Formación de la Tradición Jurídica de Occidente*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1996.

- Bernardi, Mauro. *Idealismo militante e politica della cultura nella "Rivoluzione liberale" di Piero Gobetti*. Pisa, monografia, 1968-1969.
- Bernstein, Eduard. *O Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1964.
- Bobbio, Norberto. *Dal Fascismo alla Democrazia. I regimi, le ideologie, le figure e le culture politiche*. Milano, Baldino & Castoldi, 1997.
- ----- *Diário de um século*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1998.
- ----- *Intelletuali e Vita Politica in Italia*. Rivista *Nuovi Argomenti*, 1954.
- ----- *Intervenção no debate Inchiesta sul Partito d'Azione*. Rivista *Il Ponte*, 1951.
- ----- *Italia civile, Ritratti e testimonianze*. Manduria, Lacaíta, 1964.
- ----- *Liberalismo e Democracia*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988.
- ----- *Profilo Ideologico del'900*. Torino, Garzanti, 1992.
- ----- *Stato, Governo, Società - Per una teoria generale della politica*. Torino, Einaudi Ed., 1985.
- ----- *Temi Gobettiani*. In: Bobbio, N. *Italia Fedele, il mondo de Gobetti*. Firenze, Passigli, 1986.
- Bobbio, N. Bilenchi, R. et alli. *Un'esigenza comune*. Roma, Rivista *Nuovi Argomenti*, agosto de 1955.
- Bocca, Giorgio. *Palmiro Togliatti*. Roma, *L'Unità*, 1992, 2 vols.
- Bodei, Remo. *Estratégias de Individuação*. Rio de Janeiro, Revista *Presença*, setembro de 1989.
- Bongiovanni, Bruno. *Piero Gobetti e la Russia*. Roma, Arquivo Lelio Basso, 1996.
- Bovero, Michelangelo. Maura, Virgilio. Sbarberi, Franco.(Orgs.). *I dilemmi del liberalsocialismo*. Roma, La Nuova Italia Scientifica, 1994.
- Calamandrei, Piero. *Costruire la democrazia : premessa alla costituente*. Firenze, Vallecchi, 1945.
- ----- *Diritti Politici e Diritti Sociali*. Milano-Roma, Rivista *Liberalsocialismo*, 1946.
- ----- *La Logica del Radicalismo Italiano*. Firenze, Coi-Tipi-Di L. Nicolai, 1985.

- ----- *Lettere 1915-1956*. Firenze, La Nuova Italia, 1968.
- ----- *Scritti e discorsi politici*. Firenze, La Nuova Italia, 1966.
- ----- *Scritti e inediti celliniani*. Firenze, La Nuova Italia, 1971.
- Calogero, Guido. *A Pisa Fra La Sapienza e la Normale*. Bologna, Il Mulino, s/d.
- ----- *Democrazia Politica e Democrazia Sociale*. In: Calogero, G. *Le regole della democrazia e le ragioni del socialismo*. Roma, Edizioni dell'Ateneo, 1968.
- ----- *Difesa del Liberal-socialismo*. Roma, Ed. Atlantica, 1945.
- ----- *Il principio del laicismo*. In: *A Trent'Anni dal Concordato*. Firenze, Ed. Parenti, s/d.
- ----- *Intorno al concetto di giustizia*. In: Calogero, G. *Difesa del Liberal-socialismo*. Roma, Ed. Atlantica, 1945.
- ----- *L'Abbicci Della Democrazia*. In: Calogero, G. *Le regole della democrazia e le ragioni del socialismo*. Roma, Edizioni dell'Ateneo, 1968.
- ----- *La Giustizia e la Libertà*. In: Calogero, G. *Le regole della democrazia e le ragioni del socialismo*. Roma, Edizioni dell'Ateneo, 1968.
- ----- *La Scuola Dell'Uomo*. Firenze, Sansoni, 1939.
- ----- *L'educazione civile*. Milano, Arquivo Calogero da Fondazione Feltrinelli, 1944.
- ----- *Le regole della democrazia e le ragioni del socialismo*. Roma, Edizioni dell'Ateneo, 1968.
- ----- *Per il socialismo*. Roma, 1948.
- ----- *Quaderno laico*. Bari, Laterza, 1967.
- ----- *Un Educatore Politico: Aldo Capitini*. Roma, *Giornale Mercurio*, junho 1945.
- Capitini, Aldo. *Il potere di tutti*. Firenze, La Nuova Italia, 1969.
- Cantoni, Remo. *La Dittatura dell'idealismo*. In: *Rivista Il Politecnico*, outubro 1947.
- Cerroni, Umberto. *La libertad de los modernos*. Barcelona, Ediciones Martínez Roca, 1972.
- Cesa, Claudio. Sasso, Gennaro. *Guido Calogero a Pisa fra la Sapienza e la Normale*. Bologna, Il Mulino, 1997.

- Colombo, Arturo. *Voci e volti della democrazia : cultura e impegno civile da Gobetti a Bauer*. Firenze, Felice Le Monnier, 1990.
- Collotti, Enzo. *Il caso della Vienna Rossa*. In: *L'Internazionale Operaia e Socialista tra le due guerre*. Milano, Annali Feltrinelli, 1983-1984.
- Collotti, Enzo. *La Guerra e la Crisi della Socialdemocrazia*. Roma, Ed. Reuniti, 1972.
- Coutinho, Carlos Nelson (org). *Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Ed. Muro, 1980.
- Croce, Benedetto. *Ettica e Politica*. Bari, Laterza, 1931.
- Croce, Benedetto. *La Storia d'Italia*. Bari, Laterza, 1928.
- Croce, Benedetto. *La Storia d'Europa*. Bari, Laterza, 1932.
- D'Alema, Massimo. *Relazione di Massimo D'Alema. Un futuro sicuro per l'Italia*. Roma, Consiglio Nazionale del PDS, 1995.
- Della Volpe, Galvano. *Comunismo e Democrazia Moderna*. Roma, Revista Nuovi Argomenti, 1954.
- Delle Piane, Mario. *Liberalismo e parlamentarismo : saggi stotici*. Bari, Maeri, 1946.
- *Documenti del Partito Socialista Italiano*. Lugano, Libera Stampa, 1944.
- Doni, R. *A.A.V.V La generazione degli anni difficili*. Bari, Laterza, 1962.
- Donini, A. *Gli intellettuali e la riconciliazione nazionale*. In: *Lo Stato Operaio*, julho 1936.
- Farnetti, Cristina. *Guido Calogero dal 1920 al 1986*. Napoli, Enchiridion - Istituto Universitario Orientale, 1994.
- Finocchiaro, Maurice A. *Gramsci e Gaetano Mosca*. In: *Gramsci e l'Italia*. Napoli, Ed. Città del Sole, 1994.
- Firpo, L. (org.). *Storia delle idee politiche, economiche e sociali*. Torino, Utet, 1972.
- Furiozzi, Gian Biagio. *Sorel e l'Italia*. Messina-Firenze, Casa Ed. G. D'Anna, 1975.
- Garen, E. *Intellettuali italiani del XX secolo*. Roma, Ed. Reuniti, 1974.
- Garosci, Aldo. *Il II Risorgimento. Nel decennale della Resistenza e del ritorno alla Democrazia - 1945-1955*. Roma, Istituto Politico dello Stato, 1955.
- Garosci, Aldo. *Gli intellettuali e la guerra di Spagna*. Torino, Einaudi, 1959.
- Genzone, Elvira P. *Guido Calogero*. Torino, Edizioni di Filosofia, 1961.

- Ginsborg, Paul. *Storia d'Italia dal dopoguerra a oggi. Società e politica (1943-1988)*. Torino, G. Einaudi Editore, 1989.
- Gobetti, Piero. *I miei conti con l'idealismo attuale*. In: *La Rivoluzione Liberale*, janeiro 1923.
- ----- . *Il Liberalismo in Italia*. In: *La Rivoluzione Liberale*, maio 1923.
- ----- . *Opere complete di Piero Gobetti*. Torino, Einaudi, 1960.
- ----- . *La Rivoluzione Liberale : saggio sulla lotta politica in Italia*. Torino, Einaudi, 1995.
- ----- . *Liberalismo e Democrazia*. In: *La Rivoluzione Liberale*, janeiro 1923.
- ----- . *L'ora di Marx*. In: *La Rivoluzione Liberale*, abril 1924.
- ----- . *Manifesto de la Rivoluzione Liberale*. In: *La Rivoluzione Liberale*, fevereiro 1922.
- ----- . *Scritti Politici*. Torino, Einaudi Ed., 1969.
- ----- . *Risorgimento Senza Eroi (E altri scritti storici)*. Torino, Einaudi, 1976.
- Gramsci, Antonio. *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966.
- ----- . *Il Risorgimento*. Buenos Aires, Granica Ed., 1974.
- ----- . *La Città Futura*. Torino, Einaudi, 1982.
- ----- . *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- Habermas, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1991.
- ----- . *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- Ingrao, Pietro. *Crise e Terceira Via. Entrevista a Romano Ledda*. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1981.
- Jacobbi, Ruggero. *Matteotti - Piero Gobetti*. Roma, Libreria dell'800 Editrice, 1945.
- Kelsen, Hans. *La Democrazia*. Bolgna, Il Mulino, 1984.
- ----- . *L'Essence de l'État*. Caen, Cahiers de Philosophie Politique, 1991.

- -----, *Socialismo y Estado. Una investigación sobre la teoría política del marxismo*. Mexico, Siglo Veintiuno Editores, 1982.
- -----, *Teoria Generale del Diritto e dello Stato*. Milano, Etas Libri, 1984.
- Laski, Harold. *El Liberalismo Europeo*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1939.
- Leão Rêgo, Walquiria G. *Indivíduo, Liberdade e Igualdade no Pensamento Liberal e em Marx*. São Paulo, Revista Perspectiva, UNESP, 1988.
- -----, *Questões sobre a noção de Via Prussiana*. In: Antunes, R. e Leão Rêgo, W.D. (orgs.). *Lukács - Um Galileu no Século XX*. São Paulo, Ed. Boitempo, 1996.
- Levi, Alessandro. *La Filosofia Politica de G. Mazzini*. Bologna, Ed. Zanichelli, 1922.
- Liverotti, Daniela. *Il problema della classe politica in Piero Gobetti*. Tese mimeografada, Universidade La Sapiencia di Roma, 1965-66.
- Loew, Raimond. *The Politics of Austro-Marxism*. New Left Review, s/d.
- Losurdo, Domenico. *Democrazia o Bonapartismo. Trionfo e decadenza del suffragio universale*. Torino, Bollati-Boringhieri, 1993.
- -----, *Libertà e Uguaglianza. Marx e la Tradizione Liberale*. Padova, *Rivista Panorama Filosofici*, 1991.
- Lukács, Georg. *Teoria do Romance*. Lisboa, Editora Presença, s/d.
- Luna, Giovanni De. *Storia del Partito d'Azione - 1942-1947*. Milano, Feltrinelli, 1982.
- L'Unità - Documenti. *Socialismo Liberale. Il Dialogo con Norberto Bobbio*. Roma, 1989.
- Malandrino, Corrado. *Socialismo e libertà : autonomie, federalismo, Europa da Rosselli a Silone*. Milano, Angeli, 1990.
- Manacorda, Gastone. *Il movimento reale e la coscienza inquieta : l'Italia liberale e il socialismo e altri scritti tra storia e memoria*. Milano, Angeli, 1992.
- Mannheim, Karl. *Diagnóstico do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
- Manzotti, Fernando. *Partiti e gruppi politici dal Risorgimento al fascismo*. Firenze, Le Monnier, 1973.
- Manzotti, Fernando. *Il socialismo riformista in Italia*. Firenze, Le Monnier, 1965.
- Maquiavel, N. *O Príncipe*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s/d.

- Marramao, Giacomo. *Austro-Marxismo e Socialismo di Sinistra fra le due guerre*. Milano, La Pietra, 1977.
- Mariátegui, José Carlos. *Obras*. La Habana, Casa de las Americas, 1982, 2 vols.
- Mazzini, Giuseppe. *Dei Doveri dell'Uomo*. Milano, Rizzoli Ed., 1949.
- ----- . *Scritti editi e inediti*. Roma, Arquivo do Instituto Gramsci.
- Mondolfo, Rodolfo. *Marx y Mazzini*. In: *Marx y Marxismo*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1986.
- Mongardini, Carlo. *Sui Rapporti Fra Gaetano Mosca e Gaetano Salvemini (Con alcune lettere e un articolo inediti)*. In: *Storia e Politica (Documenti)*. Roma, 1978.
- Morra di Lavriano, Umberto. *Vita di Piero Gobetti*. Torino, Unione tipografico-editrice torinese, 1984.
- Mosca, Gaetano. *Scritti Politici (Teorica dei Governi-Elementi di Scienza Politica)*. Torino, Unione Tipografico Editrice, 1982.
- Maunain, P.H. *La Pensée Politique de Hans Kelsen*. Caen, Cahiers de Philosophie Politique, 1991.
- Natoli, Claudio. Trincia, Francesco S. *Marxismo e Liberalismo : una riflessione critica di fine secolo*. Milano, Franco-Angeli, 1995.
- Nassisi, Cosima. *"Il Nuovo Risorgimento", (1944-1946) : gli anni della grande speranza - il polo liberal-socialista pugliese*. Lecce, Milella, 1990.
- Offe, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1984.
- Pareto, Vilfredo. *Trattato di Sociologia Generale*. Bolgna, Il Mulino, 1959.
- Perona, Ersilia A. *Nella tua breve esistenza : lettere 1918-1926 - Piero Gobetti e Ada Gobetti*. Torino, Einaudi, 1991.
- Piccolo, Francesco. *I liberali italiani dopo il 1860*. Firenze, Sansoni, 1934.
- Proust, Marcel. *Em Busca do Tempo Perdido*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1960.
- *Quaderni di "Giustizia e Libertà"*. Dal n° 7 al n° 12. Bruxelles-Paris, 1932-1935.
- Rabinbach, Anson. *The Crisis of Austrian Socialism. From Red Vienna to Civil War 1927-1934*. Chicago, Chicago University Press, 1983.

- Racinaro, Roberto. *Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte y treinta*. Mexico, Siglo XXI Editores, 1982.
- *Rivista Storica del Socialismo*. Milano, I (1958).
- Rosselli, Carlo. *Oggi in Spagna domani in Italia*. Torino. Einaudi, 1967.
- -----, *Socialismo Liberale*. Torino, Einaudi, 1954.
- Ruggiero, Guido de. *Historia del Liberalismo Europeo*. Madrid, Ed. Pegaso, 1944.
- -----, *La Filosofia Contemporanea*. Buenos Aires, Ed. Atalaya, 1946.
- -----, *Liberali e Laburisti*. In: *La rivoluzione liberale*, abril 1924.
- Salvemini, Gaetano. *Dal Patto di Londra alla Pace di Roma : documenti della politica che non fu fatta*. Torino, Gobetti, 1925.
- Salvemini, Gaetano. *Fu l'Italia prefascista una democrazia ?*. In: Roma, *Rivista Il Ponte*, 1954.
- Santarelli, Enzo. *La revisione del marxismo in Italia*. Milano, Feltrinelli, 1964.
- -----, *Storia Critica della Repubblica. L'Italia dal 1945 al 1994*. Milano, Feltrinelli, 1996.
- Sartre, Jean Paul. *Questão de Método*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.
- Sasso, Gennaro. *Calogero e Croce : la libertà, le libertà, la giustizia*. Bologna, Il Mulino, 1997.
- Sasso, Gennaro. *De Ruggiero, Calogero, Scaravelli*. In: *Filosofia e Idealismo*, vol. III, Napoli, 1997.
- Sasso, Gennaro. *Guido Calogero - Considerazioni e ricordi*. Napoli, Istituto Universitario Orientale, 1994.
- Scalfari, Eugenio. *La sera andavamo in via Veneto. Storia di un gruppo dal "Mondo" alla "Repubblica"*. Milano, A. Mondadori Editore, 1976.
- Scoppola, Piero. *La Democrazia nel pensiero cattolico del novecento*. Torino, Utet, 1972.
- Scoppola, Piero. *La repubblica dei partiti (Profilo storico della democrazia in Italia - 1945-1990)*. Bologna, Il Mulino, 1991.
- Sereni, Emilio. *Il Capitalismo nelle Campagne (1860-1900)*. Torino, Piccola Biblioteca Einaudi, 1968.

- Silone, Ignacio. *A Semente sob a Neve*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1952.
- Skinner, Quentin. *Maquiavelo*. Madrid, Alianza Editorial, 1984.
- Spadolini, Giovanni. *Gobetti: un'eredità*. Firenze, Passigli Ed., 1975.
- Spriano, Paolo. *Gramsci e Gobetti : introduzione alla vita e alle opere*. Torino, Einaudi, 1977.
- ----- . *Storia del Partito Comunista Italiano*. Torino, Einaudi, 1975.
- Tasca, Angelo. *El Nacimiento del fascismo*. Barcelona, Ed. Ariel, 1963.
- Togliatti, Palmiro. *A Política de Unidade Nacional dos Comunistas*. Rio de Janeiro, Ed. Muro, 1980.
- ----- . *In Tema di Libertà*. Roma, *Rivista Rinascita*, 1954.
- ----- . *Intervenção no debate Inchiesta sul Partito d'Azione*. *Revista Il Ponte*, 1951.
- Tranfaglia, Nicola. *Carlo Rosselli : dall'interventismo a "Giustizia e Libertà"*. Bari, Laterza, 1968.
- Thompson, E.P. *Patrician Society an Plebeian Culture*. London, *Journal of Social History*, 1974.
- Vacca, Giuseppe. *La "via italiana" e gli intellettuali (1956-1964)*. In: *Critica Marxista*, 1984.
- Valiani, Leo. *Il Liberalismo*. In: *Rivista Storica Italiana*. Napoli, Ed. Scientifiche Italiane, 1969.
- Veca, Salvatore. *Dalla Lealtà Politica alla Lealtà Civile: messaggi nella botiglia*. Bologna, Il Mulino, *Rivista di Filosofia*, 1997.
- Vittoria Albertina. *Togliatti e gli intellettuali*. Roma, Ed. Reuniti, 1992.
- Walzer, Michael. *The Company of Critics. Social Criticism and Political Commitment in the Twentieth Century*. New York, Basic Books, 1988.